



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS-MESPT

DADIBERTO PEREIRA AZEVEDO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE AÇAÍ PARA FORTALECER A
GESTÃO TERRITORIAL NA ILHA DO CAPIM, NO MUNICÍPIO DE
ABAETETUBA NO ESTADO DO PARÁ**

BRASÍLIA-DF

JULHO 2019

DADIBERTO PEREIRA AZEVEDO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE AÇAÍ PARA FORTALECER A
GESTÃO TERRITORIAL NA ILHA DO CAPIM, NO MUNICÍPIO DE
ABAETETUBA NO ESTADO DO PARÁ**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-graduação Profissional em Desenvolvimento sustentável (PPGPDS), Área de concentração em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais.

Orientadora: Dra. Ludivine Eloy Costa Pereira
Coorientadora: Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

BRASÍLIA-DF

JULHO 2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PAZ994c Pereira Azevedo, Dadiberto
A Construção Social do Mercado de Açaí para Fortalecer a Gestão Territorial na Ilha do Capim, no Município de Abaetetuba no Estado do Pará / Dadiberto Pereira Azevedo; orientador Ludivine Eloy Costa Pereira; co-orientador Janaína Deane de Abreu Sá Diniz. -- Brasília, 2019.
154 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Território. 2. Mercados. 3. Gestão. 4. Agroextrativismo. I. Eloy Costa Pereira, Ludivine, orient. II. Deane de Abreu Sá Diniz, Janaína, co-orient. III. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Dadiberto Pereira Azevedo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS-MESPT

DADIBERTO PEREIRA AZEVEDO

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE AÇAÍ PARA FORTALECER A
GESTÃO TERRITORIAL NA ILHA DO CAPIM, NO MUNICÍPIO DE
ABAETETUBA NO ESTADO DO PARÁ**

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre no Programa
de Pós-graduação Profissional em
Desenvolvimento sustentável (PPGPDS), Área
de concentração em Sustentabilidade junto a
povos e terras tradicionais.

Dissertação aprovada em 01 de Julho de 2019.
Brasília – DF.

Banca examinadora

Prof.^a Dra. Ludivine Eloy Costa Pereira (Orientadora - Presidente da banca)
MESPT/PPG-SPT/CDS/UnB

Prof.^a Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz (Coorientadora)
MESPT/PPG-SPT/CDS/UnB

Carlos Ferreira de Abreu Castro (Examinador Externo)
UDS/PNUD Brasil

Prof.^a Dra. Stéphanie Nasuti (Examinadora Interna)
MESPT/PPG-SPT/CDS/UnB

“A história de vida das comunidades tradicionais é escrita com fé, determinação, coragem, atitude e esperança”.

Deuza Maria Pereira Azevedo

PRÓLOGO



Figura 01: Mutirão dos agroextrativistas para limpeza do limite da reserva ecológica. Fonte: Deyvson Azevedo, (2015).

Sou Dadiberto Pereira Azevedo, moro na Ilha do Capim, onde está implantado o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Antônio II, localizado no município de Abaetetuba, estado do Pará. Sou filho de Deuza Maria Pereira Azevedo e Armínio Soares Azevedo. Tenho dois irmãos, Hueliton Azevedo e Deyvson Azevedo. Sou pescador, agricultor, varzeiro, estudante, homem das águas e das florestas, ribeirinho que vem desse contexto de comunidade tradicional agroextrativista.

Na comunidade desenvolvo várias atividades, tanto domésticas, quanto do sistema produtivo, entre elas o extrativismo vegetal, mineral e animal. Trabalho também com o cultivo de algumas frutíferas e a criação de pequenos animais. De todas as atividades que desenvolvo as principais são o extrativismo do Açaí onde contribuo com meus pais, no manejo, fazendo desbaste, limpeza e apanha que são práticas cotidianas na realidade da comunidade que envolve muitos saberes e ajudou na escrita dessa dissertação. Na pesca artesanal desenvolvo várias categorias de pesca, principalmente do Camarão, Sarda e Mapara. Trabalho também com uma criação de abelhas *Apis Mellifera*, pois sou apicultor e tenho alguns enxames de abelha que contribuem para minha renda, inclusive nas despesas dos meus estudos. Sempre estive envolvido nas organizações sociais da comunidade, principalmente na comunidade eclesial de base (CEB) onde participava de vários grupos de formação e atividades coletivas, principalmente na pastoral da juventude, posteriormente surgiu a associação de moradores onde tenho atuado nas organizações locais, em ações de fortalecimento institucional e organização da associação, para contribuir com a comunidade na superação dos problemas enfrentados.

As expressões culturais festivas mais significativas são as festas religiosas e os cultos religiosos, orientado pelas igrejas católica e protestante. No campo da organização do trabalho existe uma organização cultural local ampla, que perpassa por todos os sistemas produtivos e políticos. Além disso, as tecnologias utilizadas são internalizadas nas especificidades do meio biofísico, ou seja, as pessoas tem práticas de internalização da natureza nas atividades produtivas, portanto os repertórios culturais se caracterizam pela endogeneidade das práticas.

Minha localidade é povoada por população tradicional ribeirinha que desde o início da ocupação deste território a mais de duzentos anos, permaneceu submetido a uma condição de invisibilidade diante do Estado. Esta condição de habitante esquecido sempre me motivou a procurar entender melhor aquela região, principalmente devido o meu envolvimento no Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), a partir de 2006, que exigia um olhar amplo para contribuir no desenvolvimento de nossa localidade. Desde o início da ocupação desse território a comunidade sempre se organizou para defendê-lo e reivindicar seus direitos relacionados às políticas públicas, principalmente saúde, educação, segurança, saneamento básico, assistência técnica. Esses direitos historicamente negados trazem grandes prejuízos a comunidade.

A ausência dessas políticas e a forma como as poucas que existem, tem sido implementada tem efeito negativo imediato nos jovens, principalmente as mulheres, pois não tem uma política que reconheça sua importância e papel estratégico para o desenvolvimento sustentável, respeitando sua diversidade étnica, cultural e regional, contribuindo para que deixem seus territórios por falta de oportunidade. Além disso, tem contribuído para a expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores devido à ausência de políticas que valorizem a produção dos agroextrativistas, entre outros desafios.

Na tentativa de reverter esses problemas, nos organizamos por meio da associação de moradores e das pastorais, ligado as comunidades eclesiais de base (CEBs) e do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), movimento social que congrega várias associações das ilhas de Abaetetuba. Essas organizações trabalham no sentido de se complementar e se fortalecer na luta pela busca de direitos, participando de conselhos de saúde, educação, segurança, audiências públicas e outros espaços de diálogo junto ao poder público.

Depois de muitas lutas da comunidade em busca de políticas públicas voltada para a educação, no ano de 1984, foram contratada duas professoras, pelo governo do Estado, para trabalhar na comunidade da Ilha do Capim. A partir desse momento começou a funcionar duas turmas de alfabetização, inicialmente na casa de moradores da comunidade e depois no prédio do centro comunitário da comunidade eclesial de base (CEB). Alguns anos depois, foi crescendo o número de turmas o que exigiu um local amplo e adequado para os alunos. A partir dessa demanda, os moradores começaram a fazer várias mobilizações para conseguir a construção de uma escola na comunidade. No ano de 2008, foi construído o prédio da escola de nome Padre Pio.

Em relação à saúde também temos grandes desafios e durante muitos anos, tivemos assistência de uma agente comunitária de saúde, que faz seu trabalho com o

mínimo de recursos necessários e uma técnica de enfermagem que também não tem os recursos para desenvolver todas as atividades necessárias. O posto de saúde funciona na casa da técnica de enfermagem e somente no ano de 2015, foi construído uma unidade básica de saúde (UBS), mas as obras ainda não foram concluídas.

Os desafios no enfrentamento destas situações são cada vez maiores e exigem a criação de expertises por meio da organização e formação acadêmica. Além disso, minha comunidade está enfrentando atualmente, grandes impactos socioambientais decorrentes da poluição gerada por empresas mineradoras (complexo Hidro/Alunort e Companhia Docas do Pará - CDP) e pela tentativa constante de invasão de terras por empresas construtoras e de transporte fluvial (Bertolini) para a construção de portos.

Em relação a defesa do território, temos denunciado as diversas tentativas de invasão das empresas em nossa comunidade junto ao Ministério Público Federal, temos organizado atividades de formação, fortalecimento da identidade, articulações de apoio econômico e apoio institucional de algumas instituições como as universidades e já conseguimos desenvolver ações como a Cartografia Social¹. Além disso essa realidade de conflitos, exclusão e resistência contribuiu também para fortalecer a identidade da comunidade e reconhecer o descaso por parte do estado.

Iniciei minha trajetória acadêmica na comunidade de origem onde estudei do primeiro ao quinto ano, das series iniciais do ensino fundamental, depois, tive que estudar na cidade de Abaetetuba, pois a comunidade não ofertava a continuidade dos estudos. Foi um período difícil, porque, além das dificuldades econômicas, não conseguia me acostumar com a vida na cidade. No entanto com apoio dos meus pais, consegui vencer esse desafio. Depois surgiu outra oportunidade que agarrei com muito entusiasmo, foi a aprovação no ano de 2006, no curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio com Ênfase em Agroecologia, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) na então Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC), atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Castanhal. O curso teve duração de 3 (três) anos e se baseava na pedagogia da alternância, o que permitia estudar de forma presencial (tempo escola) e imergir na realidade da comunidade (tempo comunidade). Naquele momento tinha o objetivo de estudar na EAFC e voltar para minha comunidade para contribuir na organização social e no desenvolvimento da minha localidade. Essa experiência contribuiu muito no aprofundamento de minhas reflexões, na medida em que permitia articular minha própria experiência com os aportes das disciplinas do conhecimento formal, além de garantir minha proximidade da comunidade. Porém, a formação de caráter técnico vivenciada neste período não permitiu avançar em discussões para além da dimensão técnico produtiva dos agroecossistemas, deixando muitas indagações sem resposta, principalmente devido à complexidade dos agroecossistemas tradicionais, com diferentes regimes de propriedade, atividades

¹ Ramo da ciência cartográfica com uma proposta metodológica que busca valorizar o conhecimento tradicional e trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos. (GORAYEB, MEIRELES, SILVA, 2015).

produtivas polivalentes e a existência de um *corpus* específico, todos envoltos em um ambiente que reúne elementos técnicos, de gestão, simbólicos e políticos. Além de não respeitar os conhecimentos tradicionais tão importantes à reprodução dessas comunidades.

Após a conclusão do curso técnico, retornei à comunidade onde desenvolvi algumas atividades de base agroecológicas e contribuí com alguns agricultores com novas experiências de manejo, principalmente do açaí (que é o responsável pela maior parte da renda na comunidade da Ilha do Capim) e também em atividades políticas. No ano 2012, uma nova oportunidade surgiu devido a oferta do curso de graduação em educação do campo na Universidade Federal do Para (UFPA), campus Abaetetuba, ingressei no curso e vi, neste momento, a possibilidade de avançar na discussão sobre outros temas, além da dimensão tecnológica, principalmente no que se refere às dimensões socioeconômica, sociocultural e política da realidade.

Entre na academia com a certeza de estar no caminho certo, pois tive a felicidade de ingressar em um curso de educação do campo que nasceu a partir da mobilização e organização dos movimentos sociais, com o intuito de formar os filhos dos trabalhadores do campo e valorizar a cultura do homem do campo e suas especificidades com um desenho curricular que procura solucionar o problema da formação tecnicista, na perspectiva de rever a formação convencional que descontextualiza o conhecimento. Como resultado de um processo histórico de reformulação curricular da instituição, o curso se encontra estruturado na pedagogia da alternância, onde tinha o tempo universidade e o tempo comunidade dividido em eixos temáticos. O curso tem na sua proposta curricular, a orientação de proporcionar uma formação crítica, emancipadora, ampla, combatendo a visão parcelada e cartesiana de construção do conhecimento. Com essa proposta, o curso procura construir um processo de formação que responda aos desafios de cada época e de cada lugar, ao tomar como ponto de partida as situações existenciais que demandam soluções concretas para os problemas e anseios das populações, sem pensar em transferência de saber de forma vertical para o meio rural, ou seja, uma ciência com as pessoas. Nessa perspectiva busquei cursar o Mestrado profissional em desenvolvimento sustentável, na Área de concentração em sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais (MESPT) como oportunidade de aprofundamento de minha formação e a possibilidade que ele pode me proporcionar de contribuir, a partir de minha atuação profissional, no desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais do território amazônico, considerando suas especificidades. Nesse sentido essa pesquisa representa uma conquista minha e da minha comunidade e representa uma grande oportunidade de fazer uma intervenção mais qualificada na realidade.

Atualmente estou trabalhando no sistema de produção de minha família na Ilha do Capim e desenvolvendo atividades de assessoria voluntária na Associação do projeto de assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Antônio II, onde trabalho na construção de sistemas de produção de base ecológica e no fortalecimento da capacidade institucional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter iluminado minha caminhada e me dado força e coragem nos momentos difíceis.

Aos meus pais Armínio Soares Azevedo e Deuza Maria Pereira Azevedo pelo amor e apoio em todas as dificuldades, pois sempre estiveram do meu lado em cada escolha, em cada caminho de minha vida.

A meus irmãos Hueliton e Deyvson, pelo apoio e contribuição nessa atividade.

À orientadora Dra. Ludivine Eloy Costa Pereira, por aceitar me orientar, pela compreensão, pela orientação acadêmica e incentivo o que tornaram possível a conclusão desta dissertação.

À coorientadora Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, pelas ricas contribuições, dedicação e apoio.

À universidade de Brasília, seu corpo docente, direção e administração que me oportunizarão novos horizontes de aprendizagens.

Ao projeto Bem diverso, pelo apoio financeiro a este trabalho, e especialmente para o Carlos Castro pelo seu incentivo e seus conselhos.

Aos docentes do MESPT, pela contribuição, dedicação e esforço.

À coordenação do MESPT pela dedicação, esforço, afeto e carinho.

Aos meus colegas de turma que muito contribuíram em todos os momentos dessa caminhada.

Ao presidente da associação de moradores da Ilha do Capim, Domingos Teles Assunção pela contribuição na presente pesquisa.

Agradeço aos agroextrativistas da Ilha do Capim, sempre resistindo na luta pelos seus direitos, cujos aprendizados e as trocas de conhecimento são sempre abundantes.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que participaram de mais esse sonho, direta ou indiretamente.

RESUMO

Esta dissertação trata sobre a construção social do mercado de açaí (*Euterpe Oleraceae* Mart.) para fortalecer a gestão territorial no âmbito das relações mercantis na Ilha do Capim em Abaetetuba/PA. O objetivo deste trabalho é compreender os desafios históricos e atuais no que se refere às relações dos agroextrativistas com os mercados e analisar processos de construção social de mercados que busquem superar estes desafios, no sentido de fortalecer estratégias de gestão autônoma do território. A pesquisa foi realizada em três fases. A primeira foi a análise da trajetória das transformações nas formas de intercâmbio econômico para revelar os desafios atuais provocados pelas mudanças históricas na configuração das relações econômicas no território. Esta fase foi operacionalizada através de pesquisa histórica. O segundo momento foi a realização de um diagnóstico dos sistemas de produção para evidenciar as implicações atuais das mudanças nas relações com o mercado identificadas no primeiro momento da pesquisa. Esta fase da pesquisa foi operacionalizada através da aplicação de questionário semiestruturado. A terceira fase da pesquisa consistiu na análise de experiências concretas voltadas para a superação dos problemas vivenciados no território no âmbito das relações mercantis. Buscou-se verificar as lições que estas experiências aportam para a criação de estratégias que permitam articular o processo de construção social de mercados com o fortalecimento da gestão autônoma do território. Para isso, realizou-se análise comparativa entre várias experiências de organizações agroextrativistas, incluindo uma experiência da localidade estudada. Ainda nesta fase, foi organizado um espaço de discussão para apresentar aos agroextrativistas os resultados obtidos nas duas primeiras fases da pesquisa e, a partir disso, elaborar coletivamente propostas de superação dos desafios identificados. A pesquisa mostrou que existem profundas desvantagens dos agroextrativistas da Amazônia no âmbito das relações mercantis e são crescentes as mudanças socioambientais causadas por essa forma de mercado. As desvantagens caracterizam-se por um conjunto de bloqueios históricos e atuais de natureza político-institucional que implicam na transferência da maior parte da riqueza social produzida no território para as mãos de agentes mercantis externos. As mudanças socioambientais caracterizam-se pela crescente especialização dos sistemas de produção e a consequente simplificação da paisagem. A pesquisa mostrou também que a superação destes desafios depende de um processo de construção social de mercados que articule dois fatores: (a) a criação de estratégias de autonomia em relação a agentes mercantis externos e (b) a criação de estratégias de autonomia para ampliar as margens de liberdade internas no território. A realização desta pesquisa trouxe o resultado concreto de criar um espaço social de aprendizagem permanente para a superação dos problemas enfrentados no âmbito das relações mercantis na comunidade estudada.

Palavras-chave: Açaí; Gestão territorial; Comercialização; Comunidade; Agroextrativismo.

ABSTRACT

This dissertation deals with the social construction of the market of Açai (*Euterpe Oleraceae* Mart.) to strengthen the territorial management in the ambit of mercantile relations in Capim Island in Abaetetuba/PA. The objective of this work is to understand the historical and current challenges regarding the relations of the agroextractivists with the markets and to analyze processes of social construction of markets that seek to overcome these challenges, in order to strengthen strategies of autonomous management of the territory. The research was carried out in three phases. The first was the analysis of the trajectory of the transformations in the forms of economic exchange to reveal the current challenges provoked by the historical changes in the configuration of the economic relations in the territory. This phase was operationalized through historical research. The second moment was the realization of a diagnosis of the production systems to highlight the current implications of the changes in the market relations identified in the first moment of the research. This phase of the research was operationalized through the application of a semi-structured questionnaire. The third phase of the research consisted of the analysis of concrete experiences aimed at overcoming the problems experienced in the territory in the scope of mercantile relations. The aim was to verify the lessons that these experiences contribute to the creation of strategies that allow articulating the process of social construction of markets with the strengthening of the autonomous management of the territory. For this, a comparative analysis was made between several experiences of agroextractivists organizations, including an experience of the studied locality. Also at this stage, a discussion space was organized to present the results obtained in the first two phases of the research to agroextractivists, and from this, collectively elaborate proposals to overcome the challenges identified. The research showed that there are deep disadvantages of the agroextractivists of the Amazon in the scope of the mercantile relations and the socioenvironmental changes caused by this form of market are increasing. The disadvantages are characterized by a set of historical and current political and institutional blocks that imply the transfer of most of the social wealth produced in the territory to the hands of external market agents. Socio-environmental changes are characterized by the increasing specialization of production systems and the consequent simplification of the landscape. The research also showed that overcoming these challenges depends on a process of social construction of markets that articulates two factors: (a) the creation of autonomy strategies in relation to external market agents and (b) the creation of autonomy strategies to expand the internal margins of freedom in the territory. The realization of this research brought the concrete result of creating a social space of permanent learning to overcome the problems faced in the scope of mercantile relations in the studied community.

Keywords: Açai; Territorial management; Commercialization; Community; Agroextractivism.

LISTA DE SIGLAS

ATAA	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do rio Acutipereira
COFRUTA	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação
FFCF	Fundos Florestais Comunitários e Familiares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFPA	Instituto Federal do Pará
IVR	Instituto Vitória Régia
MORIVA	Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba
NSGA	Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema
ONG	Organizações Não Governamentais
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PU	Plano de Utilização
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
CLUA	<i>Climate and Land Use Alliance</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diferentes formas de relacionamento entre mecanismos de intercambio ao longo do tempo. Interrelações entre os três princípios de integração social de Karl Polany.	28
Figura 2: Mapa da distribuição espacial dos estabelecimentos com as características de camponeses agroextrativistas na Amazônia.	41
Figura 3: Localização da Ilha do Capim no município de Abaetetuba, Pará.	43
Figura 4: Imagem panorâmica da Ilha do Capim.	44
Figura 5: Oficina sobre alternativas de comercialização do Açaí.	49
Figura 6: Representação demonstrativa dos setores.	50
Figura 7: Linha do tempo dos produtos agroextrativistas de maior importância econômica, relações mercantis e divisão do território.	52
Figura 8: A) Peneira, B) Coadeira, e C) Alguidar.	67
Figura 9: Nível de importância dos principais produtos do agroextrativismo na renda familiar em cada período na Ilha do Capim.	68
Figura 10: Transporte de açaí (a) e embarcação de marreteiro (b).	69
Figura 11: Solo de Várzea submerso pela maré alta.	77
Figura 12: Localização das áreas de várzea na Ilha do Capim.	78
Figura 13: Algumas espécies da Várzea.	78
Figura 14: Mapa da Ilha do Capim e localização dos pesqueiros. Fonte: Boletim da cartografia social da Ilha do Capim (2017).	85
Figura 15: Matapi (Instrumento de captura de Camarão) confeccionado com fibra vegetal.	89
Figura 16: Produção de açaí anual de 88 famílias (70% dos moradores da Ilha do Capim), no inverno e no verão (Produção total em kg e porcentagem).	90
Figura 17: Soma do valor da renda de 88 famílias obtida através da produção de açaí em 2017, comparado com as demais atividades agroextrativistas (valores em reais). ...	91
Figura 18: Quantidade de áreas totalmente ocupada com açaí (Frequência em Percentual).	95
Figura 19: Práticas de manejo intensivo: Capina e raleamento.	96
Figura 20: Diferença de palmito em cada tipo de manejo: 19 (a) manejo intensivo. 19 (b) manejo moderado e manejo leve.	97
Figura 21: Atividade de escalada do açazeiro, debulha e escoamento.	98

Figura 22: Erosão na margem do igarapé.....	102
Figura 23: Diferentes canais de comercialização do açaí na Ilha do Capim e média de valor de compra e venda por rasa no ano de 2018.....	107
Figura 24: Sachê de açaí na prateleira de uma loja de produtos naturais em Brasília – DF.....	109
Figura 25: Mini agroindústria comunitária..	116
Figura 26: Ponte construída com recursos do Fundo Açaí.....	117
Figura 27: Imagem para identificar os benefícios dos principais projetos e ações do Fundo Açaí	119
Figura 28: Mapeamento dos portos de açaí nas comunidades do rio Canaticu.....	122
Figura 29: Porto de embarque de Açaí.....	123
Figura 30: Prédio da cooperativa Cofruta.	125
Figura 31: Polpa de açaí sendo embalada (A) e armazenada (B).....	126
Figura 32: Fabrica de polpa.....	129
Figura 33: Árvore de bacaba (A), fruto de bacaba (B).....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exportação de polpa de açaí	21
Quadro 2: Produção de açaí do extrativismo no Brasil	21
Quadro 3: Relações econômicas envolvidas na extração dos produtos extrativistas no período da borracha e lenha (1840-1965).....	60
Quadro 4: Tipos de atividades desenvolvidas nesse período e relações econômicas envolvidas na extração dos produtos extrativistas no período da pesca artesanal na Ilha do Capim.....	66
Quadro 5: Algumas implicações de cada tipo de venda.....	72
Quadro 6: Tipos de relações econômicas envolvidas na extração dos produtos extrativistas no período da produção de açaí.....	72
Quadro 7: Espécies encontradas na várzea e formas de uso.....	79
Quadro 8: Produtos de origem vegetal encontrados na Ilha do Capim e seus respectivos valores de mercado local.	81
Quadro 9: Produção total (88 famílias) de alguns produtos de origem vegetal na Ilha do Capim e valor de mercado em 2018.	82
Quadro 10: Calendário sazonal de algumas atividades de pesca na Ilha do Capim.....	83
Quadro 11: Categorias de pesca, práticas e tecnologias.....	84
Quadro 12: Categorias de captura, práticas e tecnologias.....	86
Quadro 13: Produtos de origem animal encontrados na Ilha do Capim e seus respectivos valores de mercado local.	87
Quadro 14: Produção de origem animal na Ilha do Capim e seu valor de mercado no ano de 2017 em 70% das famílias da comunidade. Soma das médias das famílias.....	87
Quadro 15: Práticas e tecnologias utilizadas no manejo e extração do açaí.....	92
Quadro 16: Período de floração, produção e coleta.....	94
Quadro 17: Período de floração, produção e coleta.....	95
Quadro 18: Período de floração, produção e coleta.....	97
Quadro 19: Despesas referentes a materiais e a diária de trabalho de manejo e atividade de coleta de açaí.....	98
Quadro 20: Diferenças entre os tipos de manejo.....	99
Quadro 21: Projetos ou ações realizadas a partir do Fundo Açaí na comunidade Santo Ezequiel Moreno, Portel, Pará.....	118
Quadro 22: Produção de Açaí na comunidade Santo Ezequiel Moreno – período 2010-2014.	120

Quadro 23: Produção de açaí da comunidade Boa Esperança no período 2012-2014.	124
Quadro 24: Comparação entre as experiências de comercialização no contexto da gestão do território (Continuação).	132

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 A NECESSIDADE DO ESTUDO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO PELO RECORTE DAS RELAÇÕES MERCANTIS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	26
2.2 A NECESSIDADE DE AVALIAR AS IMPLICAÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES MERCANTIS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	29
2.3 A NECESSIDADE DE COMPREENDER PROCESSOS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADOS PARA SUPERAR OS DESAFIOS ENFRENTADOS	31
3. METODOLOGIA	38
3.1 LOCAL DE ESTUDO.....	42
3.2. ETAPA 1 - ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E DAS CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NA ILHA DO CAPIM.....	45
3.3. ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO DA DIVERSIDADE ATUAL DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E AS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DAS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NA ILHA DO CAPIM.....	47
3.4. ETAPA 3 – IDENTIFICAÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ	48
4. AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NA ILHA DO CAPIM	49
4.1. PRIMEIRAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DIRECIONADAS AO COMÉRCIO	50
4.2. PERÍODO DO AGROEXTRATIVISMO COM <i>MAIOR ÊNFASE</i> NA BORRACHA E LENHA (1840-1965).....	52
4.2.1. RELAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DA BORRACHA (MERCANTIL E DE RECIPROCIDADE)	54
4.2.2. A COLETA DA LENHA NA ILHA DO CAPIM	58
4.2.3. A COLETA DE SEMENTES NA ILHA DO CAPIM.....	59
4.3. PERÍODO DO AGROEXTRATIVISMO COM <i>MAIOR ÊNFASE</i> NA PESCA ARTESANAL	61
4.3.1. RELAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DA PESCA ARTESANAL (MERCANTIL E DE RECIPROCIDADE).....	62
4.3.2. AS INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE TROCA NO PERÍODO DA PESCA ARTESANAL	65
4.4. PERÍODO DO EXTRATIVISMO COM <i>MAIOR ÊNFASE</i> NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ (1990 ATÉ HOJE).....	67
4.5. OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS NA ILHA DO CAPIM PROVOCADOS PELA TRAJETÓRIA HISTÓRICA ESPECÍFICA DA LOCALIDADE	73
5. AS IMPLICAÇÕES DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NA DIVERSIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA ILHA DO CAPIM E AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ.....	76
5.1. EXTRATIVISMO VEGETAL	77
5.1.1. SISTEMA DE CULTIVO	80
5.1.2. EXTRATIVISMO ANIMAL: PESCA ARTESANAL	83
5.1.3. EXTRATIVISMO ANIMAL: CAPTURA OU CAÇA DE ANIMAIS.....	85
5.1.4. SISTEMA DE CRIAÇÃO	86
5.2. DO EXTRATIVISMO AO MONOCULTIVO DO AÇAÍ.....	89
5.2.1. RUMO A UMA ESPECIALIZAÇÃO.....	92
5.2.1.1. Tipos de manjo	92
5.2.1.2. MANEJO LEVE.....	93
5.2.1.3. MANEJO MODERADO	94

5.2.1.4. MANEJO INTENSIVO.....	95
5.3. O AGROEXTRATIVISMO, UMA ALTERNATIVA PARA ENFRENTAR OS GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA.....	105
6. DESAFIOS ENCONTRADOS NA COMERCIALIZAÇÃO, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO TERRITORIAL.....	106
6.1. EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA PARA ACESSAR DIFERENTES MERCADOS.....	112
6.1.1. EXPERIÊNCIA PORTEL – FUNDO AÇAÍ.....	113
6.1.2. EXPERIÊNCIA CURRALINHO – FUNDO FLORESTAL COMUNITÁRIO.....	121
6.1.3. EXPERIÊNCIA COFRUTA - COOPERATIVA.....	125
6.2. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ALTERNATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ NA ILHA DO CAPIM.....	135
7. CONCLUSÃO	142
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E DAS CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTA NA ILHA DO CAPIM	153

1. INTRODUÇÃO

A biodiversidade na Amazônia é rica em espécies frutíferas. A Amazônia é a maior floresta tropical que ainda existe no mundo. A floresta tropical cobre apenas 7% da superfície do nosso planeta, no entanto, contém mais de 50% das espécies da terra (SHANLEY; MEDINA, 2005, p. 17). Uma delas é o açaí (*Euterpe oleraceae* Mart.), que além de sua importância ecológica e cultural exerce também grande impacto socioeconômico nas comunidades ribeirinhas devido à sua contribuição na alimentação local e grande aceitação no mercado. De acordo com Rodrigues, Ribeiro e Silva (2015) o açaizeiro está presente em toda a extensão do estuário amazônico, com maior concentração nos estados do Pará, Amapá e Maranhão.

A origem etimológica da palavra açaí vem do tupi “ya-çaí” que significa “fruto que chora” (OLIVEIRA et al., 2000). Sua estrutura do sistema radicular é do tipo fasciculado (Nascimento, 2008), possuem raízes pneumatóforas servindo para subsidiar a respiração da planta quando o solo está submerso (NOGUEIRA, 1997). O caule é denominado de estipe (Silva & Almeida, 2004), sem ramificações (Nogueira, 1997) e diâmetros de 7 a 18 cm (Xavier et al., 2011), floresce durante o ano todo com alta produção de flores nos meses de fevereiro a julho e no período de frutificação de agosto a dezembro (JARDIM & ANDERSON, 1987). Na Ilha do Capim, no município de Abaetetuba, a população reconhece três tipos de açaí. Estes tipos são diferenciados de acordo com as características dos frutos: o “Preto” (de coloração preta); o “Branco” (de coloração verde) e o “Casado ou Parau” (com coloração mista envolvendo o verde e o preto). O açaizeiro inicia seu ciclo de produção de frutos a partir dos 3 ou 4 anos de idade (OLIVEIRA e FRENANDES, 1993).

Para os moradores da região, o fruto do açaí representa não somente a garantia do alimento na mesa de sua família, mas a manutenção e afirmação da segurança alimentar e fonte de renda. Seu fruto é um importante alimento para as populações locais, sendo a base da alimentação principalmente para os ribeirinhos e, além disso, se torna relevante por ser fonte de palmito, frutos, caroços e fibras, o que o torna um vegetal aproveitado quase que integralmente (Rodrigues; Ribeiro; Silva, 2013).

Com a divulgação das qualidades do açaí e sua preferência no Brasil e em mercados internacionais (Nogueira; Santana, 2016), as famílias ribeirinhas do estuário amazônico, em sua maioria, dedicam grande parte do seu tempo de trabalho com esta

espécie. O estado do Pará lidera a produção de açaí, e em 2009 ultrapassou 604 mil toneladas, de uma área colhida de 61.814 ha. Em 2015 teve uma produção extrativa de 1.000.850 toneladas e em 2016 alcançou 1.080.612 toneladas, de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) (IBGE, 2017).

O açaí é o produto principal da fruticultura paraense, uma vez que ocupa mais de 25 mil pessoas, em empregos diretos e indiretos, somente na cidade de Belém, e responde por 70% da fonte de renda da população ribeirinha (NOGUEIRA; SANTANA; GARCIA, 2013 apud RODRIGUES, RIBEIRO; SILVA, 2015). Atualmente, a fruta do açaí é a fonte de renda mais importante para a vasta maioria das unidades domésticas ribeirinhas e a base econômica para vários municípios como Ponta de Pedras, Abaetetuba e das ilhas do estuário amazônico, por exemplo, a Ilha das Onças (BRONDÍZIO, 2006).

A evolução da economia do fruto do açaí, nos últimos 30 anos, tem criado uma estrutura complexa de produção, distribuição, comercialização e processamento, significativamente especializada e hierarquizada (BRONDÍZIO, 2006). Além disso, a demanda externa tem fortalecido a comercialização do fruto, pois as exportações de polpa de açaí, no Estado do Pará, referente a 2008, atingiram o valor de US\$ 17,9 milhões. No ano de 2009, alcançou US\$ 24,0 milhões. A evolução, em 2009, em relação a igual período de 2008, foi de um aumento de 33,74% (NOGUEIRA; SANTANA; GARCIA; 2013).

Quadro 1: Exportação de polpa de açaí

ANO	EXPORTAÇÃO EM MILHÕES (US\$)	PERCENTUAL (%)
2008	17,9	100
2009	24	133,74

Fonte: Adaptado de NOGUEIRA; SANTANA; GARCIA, (2013).

No ano de 2010 a produção de açaí do extrativismo no Brasil foi de 124.412 toneladas e em 2016 chegou a 215.609 toneladas. No ano de 2010 a renda total no Brasil da produção de açaí no extrativismo foi de R\$ 179.378,00, chegando a R\$ 539.836,00 em 2016.

Quadro 2: Produção de açaí do extrativismo no Brasil

ANO	PRODUÇÃO (Ton.)	VALOR (R\$)
2010	124.412	179.378,00
2016	215.609	539.836,00

Fonte: Adaptado de PEVS-IBGE, (2017).

No ano de 2016 a produção total de açaí no Brasil foi de 1.092.205 toneladas, gerando uma receita de R\$ 4 bilhões, com uma área colhida de 167.5 mil hectares (PEVS-IBGE, 2017). Segundo alguns autores o crescimento do mercado pode se dar por duas razões:

A urbanização aliada à melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora e popular como consequência das políticas sociais iniciadas pelo governo federal desde os anos 2000 e o surgimento do açaí como um "superalimento" principalmente devido às suas propriedades energéticas e antioxidantes e cujo consumo é fortemente encorajado nos pavilhões esportivos (CIALDELLA N.; NAVEGANTES ALVES L., 2014, p. 122).

Em 2000 iniciou-se a exportação de polpa congelada para os Estados Unidos e Itália. De 2003 a 2006 o mercado externo cresceu 20% com a comercialização do açaí e deste misturado com outras frutas (HOMMA et al., 2006, apud SILVA, 2013). A exportação teve implicação positiva em relação ao aumento do preço do produto na comunidade, devido à estrutura longa da cadeia, resultando no aumento da demanda. Por outro lado, trouxe alguns desafios como o aumento da dependência econômica de uma única espécie. Esse fenômeno tem afetado a conservação de outras espécies², trazendo consequências tais como a maior vulnerabilidade ambiental.

A experiência e o conhecimento acumulados historicamente pelos produtores ribeirinhos têm permitido um aumento da produção a partir do manejo dos açazais. De acordo com Homma (2006, apud Rodrigues, Ribeiro; Silva, 2015), na Região Norte, o fruto açaí nas décadas de 1980 e 1990 era coletado de forma extrativa em açazais nativos em florestas, ilhas, áreas de várzeas, igapós e terras firmes, geralmente para consumo familiar. Outra forma de exploração era a derruba das palmeiras para retirada e comercialização do palmito, sendo responsável pelo sustento de diversas famílias que viviam nas regiões produtoras. Com o passar do tempo, devido à influência de fatores externos como o mercado, os sistemas começaram a se especializar e atualmente o manejo agroflorestal do açaí tem sido o foco de numerosos trabalhos no estuário (BRONDÍZIO, 2006).

² Algumas das espécies afetadas são: O Açacu (*Hura crepitans*), o Mututí (*Pterocarpus amazonicus* Huber), a Pracuuba (*Mora paraensis*), o Pacapuá (*Jacaranda copaia* (Aubl.) D Don), o Facão (*Clitoria fairchildiana*), o Pracaxi (*Pentaclethra macroleba* Willd.), o Mucunã (*Mucuna* spp.), a Garachama (*Eugenia brasiliensis*), o Erva-pão (*Artocarpus altilis* Park.), o Marajá (*Bactris* spp.), a Paxiúba (*Socratea exorrhiza*), a Quaruba (*Vochysia maxima*), a Andorinha (*Banara guianensis* Aubl.) a Jarandea (*Pithecolobium Latifolium*), a Mamorana (*Pachira glabra*) entre outros.

O açazeiro é uma planta nativa da região Amazônica (NOGUEIRA, 2005). Seu fruto é importante alimento e faz parte da cultura alimentar local, sendo a base da alimentação principalmente para as comunidades tradicionais ribeirinhas. Na Ilha do Capim é cultivada a espécie *Euterpe Oleracea* Mart. Essa espécie possui a capacidade de perfilhamento, também chamado de touceiras (SILVA; ALMEIDA, 2004) e é cultivada em solos de Várzea em áreas denominadas de açazais. Além da produção de frutos, são aproveitadas outras partes da palmeira para a construção de pontes, moirão para atracar embarcação, curral, produção de caroços e vassoura para fazer adubo, produção de palmito, entre outras formas de aproveitamento desse vegetal.

Além das áreas de açazais manejados por ribeirinhos extrativistas nas várzeas, emergiu também outro sistema de produção para atender o aumento da demanda nos últimos anos e contribuiu com o crescimento do mono cultivo irrigado na terra firme em assentamentos de reforma agrária e grandes fazendas. De acordo com Ciadella e Navegantes (2014), “o plantio de açai anão (variedades BRS) tende a se tornar o padrão genético dos produtores "modernos". Estas variedades com o melhor potencial produtivo são plantadas em monoculturas em terrenos firmes, adubadas e capinadas com produtos químicos ou pequenos trituradores mecânicos”, p. 134.

Portanto, como destacam as autoras, (Ciadella; Navegantes, 2014), toda a questão é diferenciar os sistemas de produção para valorizar o açai "tradicional", pois “a fronteira entre extração e cultivo é tênue e as práticas típicas de ambos os modelos frequentemente coexistem dentro do mesmo sistema de produção agrícola. Há, portanto, falta de clareza sobre o estado atual da produção e práticas associadas”. Ainda segundo as autoras:

A consolidação do modelo de produção intensiva, apoiado pelo desenvolvimento de setores comerciais do tipo industrial, arrisca, no entanto, marginalizar as populações ribeirinhas, comprometendo sua autonomia alimentar e excluindo-as de uma área de mercado que constitui a maior parte de suas oportunidades econômicas e sua renda. De fato, a entrada do açai como um produto à vista e não apenas como um alimento leva a uma forma de especialização das espécies usadas, em ecossistemas naturais e ainda mais em plantações de terras secas (CIADELLA; NAVEGANTES, 2014 p. 135).

O uso do açai surge como uma atividade produtiva de relevância em função de suas implicações na renda monetária e não monetária. Seu extrativismo constitui a principal atividade produtiva na área de várzea na Ilha do Capim e é um produto com produção de base familiar. Apresenta vários benefícios à saúde humana devido à

presença de fibras, vitaminas, sais minerais e baixo nível de calorias (ROGEZ, 2000; FARIAS NETO et al., 2008). Na Ilha do Capim a parte mais consumida pela população é a polpa do fruto do açaí. Até alguns anos atrás era utilizado para a subsistência das famílias e passou a ser uma das suas principais fontes de renda e também o principal alimento consumido na região (SIMONIAN, 2004).

O extrativismo tem grande potencial na região, principalmente pelo crescente investimento dos agroextrativistas na melhoria do manejo do açaí. A biodiversidade na Ilha do Capim, em flora e fauna, permite que a população possa explorar os recursos de forma a suprir parte das necessidades no que diz respeito ao autoconsumo e também na geração de renda monetária. Por outro lado, observamos os desafios que o aumento da demanda e produção do açaí gera na comunidade: dependência dos moradores em relação aos atravessadores para escoar sua produção *in natura*, além de problemas relacionados ao manejo do açaí, que têm causado a especialização dos sistemas produtivos, a homogeneização da paisagem (*monoextrativismo* do açaí) já identificado por (Nascimento, 2000), no período de extração da borracha, a destruição da mata ciliar e das nascentes.

No campo das relações mercantis também a comunidade tem se posicionado com profundas desvantagens. A principal consequência disso é que a riqueza produzida ao longo dos ciclos produtivos é transferida em sua maioria para outros agentes mercantis dispostos ao longo da cadeia produtiva. A dificuldade encontrada na comercialização tem obstado a melhoria das condições de reprodução social no território, pois a falta de autonomia em relação ao mercado dificulta a gestão do território, aumentando a fragilidade da organização interna sobre vários problemas relacionados à comercialização do açaí na comunidade.

Estas transformações são uma ameaça à reprodução humana e ecológica da comunidade, que depende da biodiversidade para sua sobrevivência. Nesse sentido, a comunidade busca estratégias para manter a diversidade existente, mas apesar de algumas ações na gestão dos recursos, pouco tem avançado em relação ao açaí. Um dos grandes desafios do extrativismo é o mercado de cadeias longas que valoriza um único produto como o açaí e cria bloqueio para a comercialização da diversidade de produtos extrativos disponíveis localmente. A comunidade conhece a importância da diversidade nos sistemas de produção e começa a perceber impactos desta situação, como: o aumento da dependência econômica de uma única espécie, a redução da biodiversidade,

e do índice do uso da terra (que implica na redução da produção quando vista em seu conjunto), afeta a conservação de outras espécies, maior vulnerabilidade ambiental (seca e barbeiro), entre outros.

O extrativismo e a produção de açaí vem sendo estudados por diversos autores e sobre diferentes temas na Amazônia, desde o seu lugar na biodiversidade amazônica (Shanley; Medina, 2005) à evolução da produção de açaí em vários municípios (BRONDÍZIO, 2006). Nos anos 1990, Homma (1993) já relatava sobre o crescimento do mercado interno e externo e Hiraoka (1993) já identificava uma dinâmica de crescente homogeneização da paisagem em função da produção de açaí. Mais recentemente, Araújo e Navegantes-Alves (2015) alertam para o fato de que, devido à valorização econômica, há uma tendência de adensamento de açaizeiros e diminuição da biodiversidade. Por fim, Pinheiro (2010) fala sobre a cultura do açaí na Várzea Amazônica e o circuito espacial produtivo e comercial do açaí nas Ilhas de Abaetetuba/PA.

Apesar de vários autores já discutirem assuntos relacionados ao açaí, poucos analisam as relações de mercado e seus vínculos com a temática da gestão territorial. Em função dessa problemática, este trabalho buscou aprofundar o debate sobre o mercado de açaí e responder à seguinte indagação: como organizar e criar estratégias de mercados socialmente regulados em torno do açaí para fortalecer a gestão territorial autônoma da Ilha do Capim no município de Abaetetuba, no estado do Pará? Para isso, foi necessário responder a um conjunto de outras indagações, como: Quais foram as transformações históricas que ocorreram no âmbito das relações econômicas e que determinaram a estruturação das cadeias dos produtos extrativistas na região? Como o crescimento do mercado de açaí afetou a organização econômica da comunidade e a gestão do território da Ilha do Capim? Quais problemas estão sendo enfrentados por esta comunidade diante deste novo cenário regional de inserção do açaí em cadeias longas de comercialização? Quais iniciativas estão sendo pensadas pelos ribeirinhos para lidar com as relações mercantis? Quais iniciativas podem ser criadas para construir socialmente novas relações mercantis?

Em face desse desafio, este estudo tem o objetivo de analisar a gestão do território a partir da organização da cadeia produtiva do açaí e propor estratégias de comercialização com promoção da autonomia na comunidade tradicional agroextrativista Ilha do Capim, município de Abaetetuba – Pará. Para alcançar esse

objetivo foi feito um estudo de caso em uma comunidade tradicional agroextrativista da Amazonia para (a) analisar as transformações do sistema de produção e das cadeias de comercialização agroextrativistas na Ilha do Capim; (b) realizar o diagnóstico da diversidade atual dos sistemas produtivos e dos canais de comercialização do açaí na Ilha do Capim; e (c) formular alternativas para melhoria das condições de comercialização que possibilitem maior autonomia dos agroextrativistas em relação ao mercado do açaí e melhor gestão dos açazais no território.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Ilha do Capim é uma comunidade agroextrativista, que tem uma diversidade de produtos, com destaque para a produção de açaí. O termo agroextrativismo visa, portanto, expressar as especificidades desse sistema de produção, que "conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais", típicos da agricultura familiar (NOGUEIRA e FLEISCHER, 2005, p. 129). Embora a diversidade e a qualidade dos produtos produzidos seja significativa, os agroextrativistas enfrentam grandes dificuldades na comercialização devido bloqueios criados por agentes de mercado diversos. Neste contexto, é fundamental compreender as implicações dos problemas enfrentados pelos agroextrativistas na gestão do território a partir do recorte específico das relações mercantis.

Para estudar as implicações dos problemas enfrentados no âmbito das relações mercantis, no processo de gestão do território, é necessário compreender três fatores. O primeiro são os fatores históricos que provocaram os atuais desafios enfrentados. O segundo é a situação dos sistemas de produção resultante das relações econômicas atuais provocadas pelas transformações históricas das diferentes formas de integração social. Por fim, é necessário analisar as iniciativas construídas pelos agroextrativistas para solucionar os problemas de gestão do território no âmbito das relações mercantis.

2.1 A NECESSIDADE DO ESTUDO DA GESTÃO DO TERRITÓRIO PELO RECORTE DAS RELAÇÕES MERCANTIS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os intercâmbios econômicos estabelecidos entre as comunidades agroextrativistas e a sociedade envolvente são mediados por mecanismos institucionais de integração social. A reciprocidade, a redistribuição e a troca nos mercados são as principais formas de integração encontradas (POLANYI, 2012). A reciprocidade é um mecanismo de intercâmbio econômico que é mediado por valores compartilhados,

específicos de cada local e geradores de aproximação entre pessoas e grupos sociais (SABOURIN, 2011). A redistribuição caracteriza-se pela centralização de recursos (por meio de tributos) dos cidadãos e em seguida o estado redistribui para a população através do acionamento de mecanismos políticos (POLANYI, 2012). A troca mercantil ocorre através do intercâmbio de recursos e serviços mediados por medidas de valor aceitas como legítimas por todos, basendo-se no interesse individual e na concorrência (SABOURIN, 2011). Estas três formas de intercâmbio econômico relacionam-se de forma diferenciada em cada comunidade de acordo com seu ambiente político-institucional e conseqüentemente possuem implicações diferentes para a gestão do território em cada momento histórico.

A compreensão da história de transformação das formas de intercâmbio econômico das comunidades agroextrativistas representa um aspecto de relevância para entender a gestão do território. Para Petersen et al. (2017 p. 58) “[...] a transformação histórica dos sistemas econômico-ecológicos [...] deve ser compreendida também como a evolução de arranjos político-institucionais historicamente estabelecidos”. Nesse sentido, a reflexão sobre a gestão do território dos agroextrativistas demanda o entendimento das mudanças históricas que ocorreram nos arranjos político-institucionais (mecanismos de intercâmbio), no relacionamento entre elas e suas implicações para a reprodução social destas populações.

Em cada território, as mudanças nas formas de intercâmbio econômico (reciprocidade, redistribuição e troca mercantil) implicam em novas dinâmicas internas.

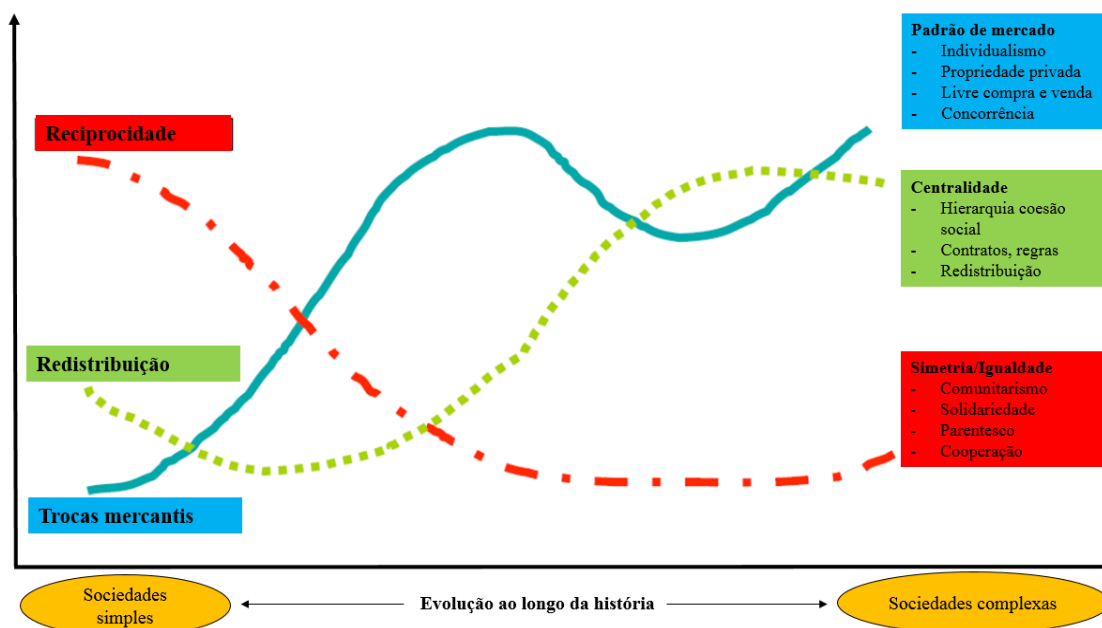


Figura 1: Diferentes formas de relacionamento entre mecanismos de intercâmbio ao longo do tempo. Interrelações entre os três princípios de integração social de Karl Polany. Fonte: (BOTAZZI, 1994 apud PETERSEN, 2019).

A figura 1 mostra a dinâmica histórica de interrelacionamento entre três esferas de troca econômica. A reciprocidade ocorre nas relações comunitárias; a redistribuição decorre das políticas implementadas pelo estado; a troca mercantil é regulada pela instituição dos mercados. Em cada território o interrelacionamento entre estes mecanismos de intercâmbio diferenciam-se em função dos estilos de agricultura adotados pelos agricultores e por políticas implementadas pelo estado.

A importância do conhecimento sobre as transformações históricas das formas de integração social está na implicação que ela possui na configuração da organização interna do território. Para Ploeg (2008) o estilo de agricultura adotado pelos agricultores depende significativamente do grau de integração a estes diferentes mecanismos de intercâmbio econômico. Para este autor, o padrão de organização da atividade produtiva depende do grau de integração que os agricultores estabelecem com os diferentes mecanismos de integração social. Ele defende ainda que as formas de organização mais integradas ao mercado tendem a afastar-se da dinâmica específica do território e passa a basear-se em critérios estabelecidos por atores exógenos, reduzindo a autonomia local. Por outro lado, ele defende que os agricultores que estão mais envolvidos com relações de reciprocidade tendem a estabelecer um distanciamento estratégico de relações de dependência com os mercados, aumentando suas margens de autonomia. É importante ter claro que estas formas de integração social não ocorrem de forma isolada,

coexistindo de forma mista ou híbrida nas comunidades (SABOURIN, 2011). Portanto, a análise da trajetória de transformação destes mecanismos de integração social permite compreender os condicionantes históricos dos desafios enfrentados pelos agricultores no âmbito das relações mercantis.

O aspecto das transformações históricas dos mecanismos de integração social é um objeto de análise importante devido sua implicação em situações diferenciadas de integração da atividade produtiva e do processo econômico no território. Um exemplo que pode ser destacado é quando as relações mercantis baseiam-se principalmente em mercados convencionais (fora do território) e provocam redução das relações de reciprocidade na comunidade. As situações como esta podem provocar o distanciamento de relações de confiança e dificultar a construção de novas formas de cooperação no interior do território, desfavorecendo a criação de espaços sociais de aprendizagem coletiva na construção de novos mercados. Portanto, a análise das transformações históricas dos mecanismos de intercâmbio econômico podem permitir a compreensão sobre os desafios enfrentados atualmente no processos de construção social dos mercados. A primeira parte dos resultados e discussões desta dissertação está dedicada a esta tarefa.

2.2 A NECESSIDADE DE AVALIAR AS IMPLICAÇÕES DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES MERCANTIS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

As implicações das transformações históricas das formas de integração social (reciprocidade, troca mercantil e redistribuição) podem ser observadas no estilo de agricultura empregado no interior de um território. Por isso, a análise do padrão de organização interna das atividades produtivas de um território representa uma forma de identificar os desafios concretos gerados pelas mudanças históricas nos mecanismos de intercâmbio econômico. Para Petersen et. al (2017 p. 59) a reciprocidade, a troca mercantil e a redistribuição “combinam-se de diferentes formas nos distintos agroecossistemas, condicionando padrões específicos de organização dos fluxos de bens e serviços”. Os agroextrativistas estabelecem relações econômicas híbridas (mistas), articulando a troca mercantil com a reciprocidade de diferentes formas (SABOURIN, 2011). Desse modo, é fundamental compreender a configuração dos sistemas de produção para avaliar os desafios existentes na relação entre o território dos agroextrativistas e o seu ambiente político e institucional.

Com base nesta perspectiva de análise podemos entender a lógica de organização da agricultura no território baseadas em dois estilos diferenciados. O primeiro é o estilo relativamente autônomo e historicamente garantido (PLOEG, 2008) onde a organização da produção está imersa no território, centrada em práticas endógenas e com elevada autonomia. Este estilo de agricultura estabelece relações econômicas híbridas (SABOURIN, 2011) mantendo a reciprocidade no âmbito da comunidade para criar formas de distanciamento estratégico dos mercados (PLOEG, 2011). Geralmente, este estilo de agricultura possui maior diversidade da produção e relações comunitárias significativas. O segundo, é o estilo dependente de mercado (PLOEG, 2008) que vincula-se de forma mais acentuada com processos de mercantilização, reduzindo suas margens de autonomia. Geralmente, esta lógica de organização estabelece maior distanciamento de relações de reciprocidade, reduzindo as relações de solidariedade no interior do território. Os sistemas de produção organizados com este estilo são mais simplificados do ponto de vista técnico-produtivo, devido sua maior dependência de relações mercantis vinculadas a um único produto.

Esta distinção é importante para revelar a relação entre a organização dos sistemas de produção com os mecanismos de intercâmbio econômico do território. O estilo de agricultura adotado pelos agroextrativistas pode aproximá-lo ou distanciá-lo das estratégias de gestão autônoma do território. O estilo de agricultura relativamente autônomo e historicamente garantido estabelece relações econômicas com maior densidade *no território* (PETERSEN, et al., 2017). Neste caso, grande parte da base de recursos dos agricultores são mobilizados sem a necessidade de valores monetários em função das relações de reciprocidade. Por outro lado, o estilo de agricultura dependente de mercados estabelece relações econômicas com maior densidade *fora do território* (PETERSEN, et al., 2017). Neste caso, os agricultores tornam-se muito dependente das relações de troca mercantil e de agentes de mercado situados em lugares distantes.

A análise da diversidade nos sistemas de produção é uma estratégia importante para compreender os impactos das transformações históricas dos mecanismos de intercâmbio econômico no território. Quando as relações mercantis ocorrem *no território* (Petersen et al., 2017) os agricultores tendem a se distanciar da especialização e/ou simplificação produtiva (PLOEG, 2011). Isso significa que os agricultores não produzem uma única mercadoria, como frequentemente ocorre na agricultura empresarial vincualda a mercados *fora do território* (PETERSEN et al., 2017). Além

disso, quando não existe a produção diversificada de produtos e serviços sendo entregue a um conjunto amplo de mercados revela-se a necessidade de construção social de mercados a partir da formação de atores sociais coletivos no território. A análise da diversidade produtiva pode ainda ajudar a compreender a capacidade dos agricultores de distanciarem-se de relações de dependência, visto que a simplificação produtiva ligada a mercados *fora do território* (Petersen et al., 2017) implica em redução das margens de liberdade (Ploeg, 2008) dos agricultores em relação a agentes externos. Por outro lado, nas situações onde a diversidade produtiva é relevante e os agricultores estão ligados a mercados *no território* a autonomia dos agricultores é maior (PETERSEN et al., 2017). Além disso, a combinação de diferentes atividades dentro de uma mesma área e a agregação de valor através de atividades de processamento são processos ampliadores da diversidade produtiva que, quando existem, permitem a criação de sinergias consideráveis e o aumento da riqueza socialmente produzida (PLOEG, 2011). Desta forma, a análise da diversidade produtiva dos sistemas de produção é um objeto privilegiado de investigação.

A análise da situação dos sistemas de produção contribui para verificar como os mercados *fora do território* (PETERSEN et al., 2017) prejudicam sua gestão autônoma ao implicar em processos de dependência econômica de poucos produtos, provocar mudanças ecológicas negativas, entre outros fatores. Desta forma, permitem identificar os desafios gerados pela desterritorialização dos mercados e compreender suas consequências nos aspectos técnico-produtivos do território. Estas questões serão discutidas na segunda parte dos resultados e discussões desta dissertação.

2.3 A NECESSIDADE DE COMPREENDER PROCESSOS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADOS PARA SUPERAR OS DESAFIOS ENFRENTADOS

Os mercados *fora do território* e *no território* (PETERSEN et al., 2017) tem características e implicações diferenciadas no aspecto organizacional. O primeiro caracteriza-se por regras padronizadas definidas por agentes mercantis distantes. Esta modalidade de mercado implica na construção de relações de dependência com agentes externos. O segundo caracteriza-se por mercados configurados por interações de proximidade. Estes mercados implicam “em maior autonomia e capacidade de controle sobre as transações mercantis por parte dos atores sociais envolvidos” (PETERSEN et al. 2017 p. 61). Os mercados no território são importantes para sua gestão autônoma em função de serem socialmente construídos e não pré-definidos por atores externos. Os

mercados socialmente regulados (*no território*) contribuem para a luta por autonomia frente aos mercados convencionais (*fora do território*).

Desta forma, a gestão do território torna-se cada vez mais fortalecida quando são acionados mecanismos de cooperação local (Ploeg, 2008) promotores de mercados socialmente regulados, ou seja, *no território* (PETERSEN et al., 2017). Para Ploeg (2011), através das novas formas de cooperação local o fluxo de recursos pode ser ampliado consideravelmente, ultrapassando os limites da unidade de exploração agrícola e expandindo-se para o nível do território. Por isso, é imprescindível o estudo de iniciativas territorializadas de cooperação local para a construção de mercados socialmente construídos. Por meio deste exercício é possível identificar iniciativas com diferentes níveis de êxito na construção de mercados no território. Com base nestas experiências torna-se possível refletir sobre como construir novas iniciativas de cooperação local, voltadas para a gestão autônoma do território no âmbito das relações mercantis.

Nesse sentido, a análise de processos organizativos em curso no próprio território dos agroextrativistas procura permitir a reflexão sobre a construção de novas formas de cooperação local a partir de experiências enraizadas no contexto das comunidades agroextrativistas. A caracterização e a comparação entre estas experiências de cooperação local representam a possibilidade de pensar em novas relações mercantis *no território* a partir de nichos de inovação (espaços sociais de aprendizagem) que já estão em curso (PETERSEN, 2013). Essa perspectiva de análise possibilita maior aproximação a um processo de construção social de mercados. Esse caminho é importante pelo fato do debate sobre a inserção dos produtos dos agricultores nos mercados pouco ter avançado, principalmente quando se trata de articulá-lo ao fortalecimento da autonomia (PLOEG, 2008).

A questão central na análise das experiências de organização da comercialização para o fortalecimento da gestão do território está em como estas experiências proporcionam um afastamento estratégico (PLOEG, 2008) em relação a relações de dependência fragilizadoras da autonomia local. Este afastamento estratégico pode ser analisado pela identificação de duas estratégias. A primeira são as estratégias de autonomia em relação a agentes externos que caracteriza-se “como uma relação de poder estabelecida entre o NSGA (núcleo social de gestão do agroecossistema) e o universo social e político compreendido por agentes e instituições que determinam e

regulam as regras de apropriação dos bens naturais e os fluxos econômico-ecológicos nos sistemas agroalimentares” (PETERSEN et al. 2017 p. 133). A autonomia em relação a agentes externos refere-se a relação com agentes situados fora do território (Idem). A segunda são as estratégias de autonomia para fazer as coisas do próprio jeito que se caracterizam “como um espaço de manobra (ou margem de liberdade) para que o NSGA coloque em prática estratégias de reprodução coerentes com suas perspectivas econômicas e projetos de vida” (PETERSEN et al. 2017 p. 133). A autonomia para se refere a condições internos no território (Idem). Um aspecto importante a ser ressaltado é que geralmente as estratégias de construção social dos mercados estão voltadas para a construção da autonomia em relação a agentes externos (como feiras orgânicas, grupos de consumo, etc) e dão pouca atenção a experiências de promoção da autonomia para fazer as coisas do próprio jeito (como fundos comunitários, construção de infraestruturas, outros). Neste trabalho ambas as formas de autonomia serão analisadas.

As iniciativas de estruturação de cadeias agroextrativistas são geralmente abordadas no sentido de fortalecer a comercialização de um único produto, como o açaí. No estado do Pará isso se evidencia na atual política denominada *Pará 2030*, que incentiva a dependência dos agricultores em relação aos circuitos longos³ de comercialização. Trata-se de apenas fortalecer a entrada dos agricultores no mercado *fora do território* sem levar em consideração as implicações disso. Há autores como Ploeg (2008) que argumentam que essa relação pode transformar a lógica de produção (aumento da dependência de mercados), mas que dependendo da forma como se organiza a atividade, estas cadeias de comercialização podem fortalecer a autonomia do grupo.

Para Ploeg (2008) as *novas relações mercantis*, ou seja, o processo de construção social dos mercados representa um mecanismo de recampanização⁴ em função de exigir novas formas de cooperação. Isso decorre do fato destas “novas relações” aumentarem o valor agregado (riqueza socialmente construída ao longo de um

³ Os circuitos longos de comercialização são um longo caminho percorrido pelos alimentos entre produtores e consumidores, assim como uma ampla distancia espacial entre eles (BAVA, 2012).

⁴ Os mecanismos de recampanização caracterizam-se pela composição de estratégias ativamente criadas pelos agricultores que tende a ampliar sua autonomia. Para Ploeg (2011) as novas formas de cooperação, que promovem novas relações mercantis, representam um mecanismo de recampanização devido aumentar a autonomia dos agricultores através de distanciamento de relações de dependência. Finalmente, tende a aumentar a riqueza produzida dentro da própria unidade agrícola, aumentando os rendimentos dos agricultores. Para Ploeg (2011) os mecanismos de recampanização são canais através dos quais a resistência é articulada.

ciclo produtivo) das famílias e o distanciamento estratégico de relações de dependência econômica com agentes mercantis externos. Este autor relata que estas novas relações são fundamentais para a gestão do território. Para isso, discute o caso das cooperativas territoriais no Norte da Frísia, na Holanda, que criaram novas relações mercantis no âmbito territorial e fortaleceram a autonomia dos camponeses.

A comunidade a ser pesquisada apresenta sistemas agroextrativistas diversificados, no entanto, o extrativismo e a comercialização do açaí possuem a maior importância econômica em relação às demais atividades produtivas. Porém, a comunidade tem dificuldade para vender este produto, devido a fatores como a definição de preços por atravessadores que criaram associações e diminuíram a concorrência entre eles para impedir a venda dos produtores por um preço melhor. Assim, os agroextrativistas identificam a comercialização do açaí como o principal problema econômico da comunidade.

A associação local (associação dos moradores Santo Antônio II) tem enfrentado dificuldades para organizar a cadeia produtiva, pois foi criada em 2005 para acessar as políticas da reforma agrária (fomento e habitação), e não acumulou nenhuma experiência no campo da comercialização do açaí que vem crescendo rapidamente em um curto período de tempo. No campo das relações mercantis, a comunidade tem se posicionado com profundas desvantagens. A principal consequência disso é que a riqueza produzida ao longo dos ciclos produtivos é transferida em sua maioria para outros agentes mercantis dispostos ao longo da cadeia produtiva. A dificuldade encontrada na comercialização tem dificultado a melhoria das condições de reprodução social no território, pois a falta de autonomia em relação ao mercado dificulta a gestão do território, aumentando a fragilidade da organização interna sobre vários problemas na comunidade relacionados a comercialização do açaí.

A organização da comercialização é fundamental para a gestão territorial das comunidades, pois é no espaço dos mercados que se trava a disputa pela apropriação da maior parte da riqueza gerada pelo trabalho dos agricultores. Defendo a mesma posição de Petersen et al. (2017) para quem,

A resultante dessa disputa se relaciona, fundamentalmente, à capacidade e ao nível de integração dos membros das famílias a processos organizativos autônomos de corte econômico e político nos territórios, que transformem os membros do núcleo social de gestão do agro ecossistema (NSGA), de produtores individuais em atores socioeconômicos e políticos coletivos,

capazes de atuar de forma concertada na defesa da mais elevada medida monetária dos produtos de seu próprio trabalho (PETERSEN, et al. 2017, p. 39).

De acordo com estes autores, a riqueza produzida por uma comunidade ao longo do ano pode ser significativamente aumentada com a organização da comercialização. Esta última tem influência direta na gestão do território porque a comunidade pode, a partir de sua organização, se posicionar melhor nas relações de poder no âmbito das relações mercantis.

É importante deixar claro as implicações da construção social dos mercados na gestão do território. Os sistemas de produção de um determinado território possuem diferentes mecanismos de vinculação dos agricultores aos mercados. De acordo com Petersen et al. (2017) os mecanismos que proporcionam a autonomia relativa são os mercados socialmente regulados que são construídos no território. Segundo eles “*os mercados imersos no território asseguram maior autonomia e capacidade de controle sobre as transações mercantis por parte dos atores sociais envolvidos*” (p. 61). Por outro lado, estes autores afirmam que os mecanismos que promovem dependência mercantil são aqueles onde os agricultores comercializam através de mercados convencionais, que são estabelecidos por regras construídas fora do território. Para estes autores a troca mercantil é o mecanismo pelo qual os fluxos econômicos são livremente estabelecidos entre os atores sociais segundo seus próprios interesses. Nesse sentido esta proposta de pesquisa procura organizar mercados socialmente construídos de forma imersa no território para permitir a governança sobre estas relações e contribuir na gestão autônoma do território.

Esta necessidade é premente em função da atual dinâmica de organização dos sistemas agroalimentares por circuitos longos de comercialização, que desterritorializam as relações entre produtor e consumidor. De acordo com Diniz e Cerdan: “*em diversos locais da Amazônia, o açaí passou, nas duas últimas décadas, de cadeias curtas, típicas de sistemas domésticos ou de comodidade, para configurações agroindustriais, principalmente nas capitais da região*” (DINIZ; CERDAN, 2016, p. 272). A forma como essas cadeias vem se organizando demanda um maior debate sobre o assunto, pois a comercialização desse produto tem revelado sua capacidade de aceitação no mercado e importância para fortalecer a cadeia produtiva na região.

A cadeia de comercialização do açaí no estado do Pará é muito importante, pois contribui para a economia do estado, como afirma a Secretaria de Estado de Agricultura

do Estado do Pará (SAGRI), “*a cadeia produtiva do açaí tem grande relevância econômica e de segurança alimentar no Pará, maior produtor do país*” (RODRIGUES; SOBRINHO, 2015, p. 67).

De acordo com Rodrigues, Ribeiro e Silva (2010, p. 8) “*o fruto surge como produto importante no fortalecimento da cadeia produtiva de frutas local, com elevada importância social e econômica, facilitando a convergência de esforços, para aprimoramento desta cadeia produtiva, abrindo os chamados mercados institucionais*”. Diante disso, a comunidade precisa de ações que possam contribuir na organização dessas atividades, pois não há nenhuma política de incentivo à comercialização, beneficiamento e agregação de valor ao açaí, nem assistência técnica, energia elétrica e transporte público. Desta forma, os moradores dependem exclusivamente dos atravessadores para escoar sua produção *in natura*.

Na academia existem controvérsias sobre a integração dos agricultores nos mercados. Schneider (2016) revela que, no debate da economia política, a relação dos agricultores com processos de mercantilização foi vista historicamente como uma via direta para sua desintegração. Porém, surgiram propostas teóricas questionadoras desta visão. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Ploeg (1992) que mostrou a possibilidade dos agricultores manterem relações com o mercado conservando sua autonomia relativa. Este autor sustentou, com estudos empíricos, que a relação com os circuitos mercantis podem ter um papel positivo na reprodução social dos agricultores.

A proposta teórica de Ploeg (2008) é importante por dois fatores. O primeiro é sua defesa de que a mercantilização pode, dependendo da forma de inserção nos circuitos de mercado, ser entendida como um processo social fortalecedor das estratégias elaboradas pelos agricultores. Por isso, ele defende que podem ocorrer graus e níveis de mercantilização, acionados de formas diferentes pelos agricultores. O segundo fator é que o êxito da organização produtiva vai depender do modo como os agricultores constroem sua inserção no mercado. Com base nestas ideias, Ploeg (2008) supera as visões anteriores que defendiam a desintegração irreversível da diversidade das lógicas de produção.

Surge, portanto, a necessidade de estudos que busquem entender o processo de desenvolvimento local a partir de cadeias produtivas e alianças estratégicas para contribuir no processo de comercialização e aumento do valor agregado ao produto. O extrativismo do açaí é uma atividade típica das comunidades tradicionais

agroextrativistas, no entanto seus produtos são vendidos a preços injustos, majoritariamente definidos pelos compradores, devido ao pouco conhecimento que as comunidades agroextrativistas têm sobre os mercados. A agricultura familiar representa uma parte significativa da produção brasileira, exercendo papel de grande importância no fornecimento de alimentos, geração de empregos, com uma grande diversificação nas suas atividades, relacionadas a aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo assim, importante a sua introdução no mercado (MARINI, 2009). No entanto, o intuito é fomentar ideias de cadeia produtiva voltada para a realidade das comunidades agroextrativistas, na qual a produção é estabelecida para a sobrevivência familiar, tanto para a venda como para o consumo.

No ponto de vista de Brum (2012, p. 187), as cadeias produtivas são vistas como “*sendo uma sucessão de operações de transformação separadas entre si por um encadeamento técnico*”. Pois, uma cadeia produtiva pode ser conceituada como um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um “fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes” (BRUM, 2012, p.189). O propósito do estudo da cadeia produtiva é alavancar alguns elementos fundamentais para seu desenvolvimento, dentre estes: mobilizar, articular, desenvolver e gerir ações sustentáveis de inclusão e transformação social. No caso do presente, tendo como objetivo desenvolver com maior êxito a comercialização da comunidade agroextrativista, propiciando um maior incentivo à autonomia familiar no quesito econômico, social e ambiental. Para isso é preciso conhecer melhor como se organizam os mercados, quais são as forças sociais que os regem e, sobretudo, como são construídas as relações que permitem a existência de distintas formas de interação nestes espaços sociais. A construção de alternativas de comercialização para o açaí pode representar um salto qualitativo na gestão do território, principalmente pela oportunidade de circular a riqueza dentro da comunidade a partir de organização social no contexto comunitário.

No caso dos ribeirinhos da Amazônia, estas dinâmicas dos sistemas de produção acima mencionados têm influência em todo o território por eles ocupado. Isso decorre do fato destes territórios serem, em grande medida, geridos de forma comum. De acordo com Petersen et al., (2017 p. 32) “quando o NSGA corresponde a um núcleo comunitário, como é frequente em povos indígenas e comunidades tradicionais, a delimitação do agroecossistema coincide com o território por ele ocupado”. Isso mostra

que, nestes contextos de comunidades tradicionais, a construção social dos mercados tem relação direta com a gestão do território, já que os sistemas de produção presentes nestas comunidades coincidem com o próprio território. Desta forma, no que tange a ligação com os mercados, pensar na construção de relações mercantis que permitam a ampliação das margens de liberdade (autonomia) destes atores, significa ao mesmo tempo pensar na própria gestão do território.

3. METODOLOGIA

Para compreender as transformações do sistema de produção agroextrativista, a diversidade atual dos sistemas produtivos e alternativas para melhoria das condições de comercialização do Açaí na Ilha do Capim foram utilizadas diversas abordagens metodológicas.

A proposta deste trabalho foi dialogar, refletir e interpretar as relações de comercialização da comunidade, buscando aprofundar o debate sobre a expropriação da riqueza das famílias da Ilha do Capim, os diferentes agentes que atuam no mercado de Açaí, trazendo os desafios da organização da comercialização coletiva, a influência na gestão do território e a percepção dos moradores sobre sua capacidade de encontrar soluções a partir da organização endógena.

A pesquisa de campo iniciou com uma pesquisa desenvolvida por meio de uma parceria entre o programa de pós graduação Mestrado em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília (UNB), do qual faço parte, e o Projeto Bem Diverso⁵ vinculado a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Neste âmbito, realizei em 2018 um primeiro estudo sobre a cadeia produtiva do Açaí na Ilha do Capim, quando apliquei um questionário semiestruturado junto a 88 famílias produtoras da comunidade e marreteiros. Essa pesquisa foi concluída no primeiro semestre de 2018. Posteriormente ainda em 2018 a pesquisa foi aprofundada, reestabelecendo diálogos com a associação e iniciando outras atividades.

A Ilha do Capim é a comunidade onde moro e desenvolvo várias atividades principalmente no extrativismo e essa realidade me possibilitou ter profundo

⁵ O Projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável da biodiversidade e de sistemas agroflorestais (SAFs), de modo a assegurar os modos de vida das comunidade tradicionais e agricultores familiares, gerando renda e melhorado a qualidade de vida. O bem diverso é fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). A execução é feita em parceria com organizações do governo e da sociedade civil.

conhecimento dos desafios locais, principalmente o conhecimento histórico de mudanças que contribuíram para os desafios mercantis atuais. A pesquisa aliada a essa experiência me possibilitou diálogos com outros autores fortalecendo os debates, as discussões e reivindicações comunitárias.

Tanto os pesquisadores externos quanto os pesquisadores que estudam sua própria comunidade enfrentam dificuldades e facilidades em seu estudo. O pesquisador que estuda sua própria comunidade tem o desafio de estranhar o familiar, mas tem a facilidade de já ser familiarizado com muitos fenômenos importantes para sua pesquisa (OLIVEIRA, 2007). Por outro lado, o pesquisador que não é da comunidade enfrenta o desafio de se familiarizar com o estranho e possui facilidade no estranhamento dos fenômenos (Idem). Apesar dos desafios os pesquisadores que estudam sua própria comunidade tem vantagens interpretativas em relação a pesquisadores de fora. Além disso, no aspecto da construção de alternativas às problemáticas enfrentadas, o pesquisador da comunidade possui vantagens. Nessa pesquisa, essa realidade pode ser percebida pela facilidade em interagir com a organização local para articular espaços de aprendizagem e formulação de propostas para os problemas enfrentados na comercialização da produção. Para um pesquisador de fora esse trabalho levaria muito tempo para permitir criar as relações de confiança necessárias com os tomadores locais de decisão. Dessa forma, minha experiência mostra que o fato de ser da comunidade permitiu avanços na construção de soluções para os problemas enfrentados pela comunidade que, no tempo disponibilizado, um pesquisador de fora da comunidade teria grandes dificuldades de realizar.

Além disso a pesquisa mudou minha concepção pois, antes eu imaginava que a interação com os mercados representava um processo de natureza exclusivamente negativa para a conservação dos recursos naturais e para a gestão do território. Porém, esta pesquisa possibilitou o acesso a repertórios teórico-analíticos e análise de situações empíricas que permitiu ver possibilidades de favorecer a gestão do território através de mecanismos de fortalecimento da autonomia dos agroextrativistas no contexto da interação com os mercados. Nessa perspectiva, percebi que a criação de novas formas de cooperação local são centrais para criar mercados socialmente regulados e fortalecer a gestão do território.

A pesquisa permitiu também concretamente iniciar a construção de um nicho de inovação na comunidade para avançar na elaboração coletiva de alternativas de

melhoria nas relações com o mercado. Por nicho de inovação refiro ao espaço social de aprendizagem criado por iniciativa minha, em colaboração com a associação local, para pensar alternativas com base nos resultados da pesquisa. Isso mostra também a importância de incentivar e formar representantes de povos e comunidades tradicionais.

Foi realizada uma oficina onde os participantes elaboraram propostas de superação para os problemas da comercialização. A oficina despertou o entusiasmo dos comunitários e permitiu incluir de forma permanente a temática da construção social dos mercados como um tema de atuação da associação local. Desta forma, a pesquisa permitiu instalar um espaço social de aprendizagem permanente para a superação dos problemas enfrentados no âmbito das relações mercantis. No contexto da localidade estudada, esse fato representa um acontecimento de grande valor histórico em função de ser a primeira iniciativa dos agroextrativistas da Ilha do Capim ao longo de uma história de mais de 200 anos de sua ocupação humana.

Estudar o meu local na pesquisa representa um anseio meu e de minha comunidade. Quando estávamos nas reuniões e encontros da associação local, os moradores sempre reclamavam que não existia estudos e orientações para ajudar na construção de propostas de comercialização da produção. Desta forma, as incertezas sobre como comercializar o açaí sem abrir mão da autonomia representa um desafio central. Além disso, a coordenação das organizações locais, embora tenham vontade e procurem constantemente avançar neste tema, encontram muita dificuldade em promover ações de construção social de mercados. Um dos principais motivos desta dificuldade é que as organizações locais não acumularam experiência sobre a comercialização em função de suas preocupações históricas terem se concentrado no acesso a políticas públicas como educação e saúde, considerado por todos como a principal necessidade nas décadas anteriores. Além disso, a luta histórica da minha comunidade por educação teve como fundamento o anseio por buscar formação dos filhos para que contribuíssem na luta por melhores condições de vida e de defesa do território.

Os motivos de escolha deste local para a realização do estudo foram vários. O primeiro foi a grande oportunidade que tive de pesquisar minha comunidade, além disso o açaí se tornou muito relevante para mim e para a associação local, devido a importância do extrativismo do açaí na região e sua relação com o mercado, assim como seus efeitos socioeconômicos e ambientais na comunidade. Tal procedimento tem por

objetivo a identificação dos principais gargalos e restrições (à montante e à jusante da cadeia) que condicionam o desempenho da comunidade no contexto da região amazônica. O segundo motivo é a possibilidade de continuação de pesquisas que já vinham sendo realizadas neste local e seu aprofundamento. O terceiro é a facilidade de pesquisa, já que esta localidade é meu local de moradia. A disponibilidade de transporte próprio, o conhecimento prévio de muitas situações e a disponibilidade de infraestrutura de apoio na cidade de Abaetetuba são fatores positivos para a realização da pesquisa. Pois por estar em Abaetetuba tive a oportunidade de me deslocar para outros locais além da comunidade em busca de informação sobre o mercado. Além disso, o estudo nesta área representa uma importante oportunidade de extrapolação das descobertas para uma escala mais ampla da realidade regional. Isso decorre do fato de os camponeses agroextrativistas estarem espacialmente distribuídos por uma ampla superfície do território amazônico com diferentes densidades de sua presença (Figura 2).

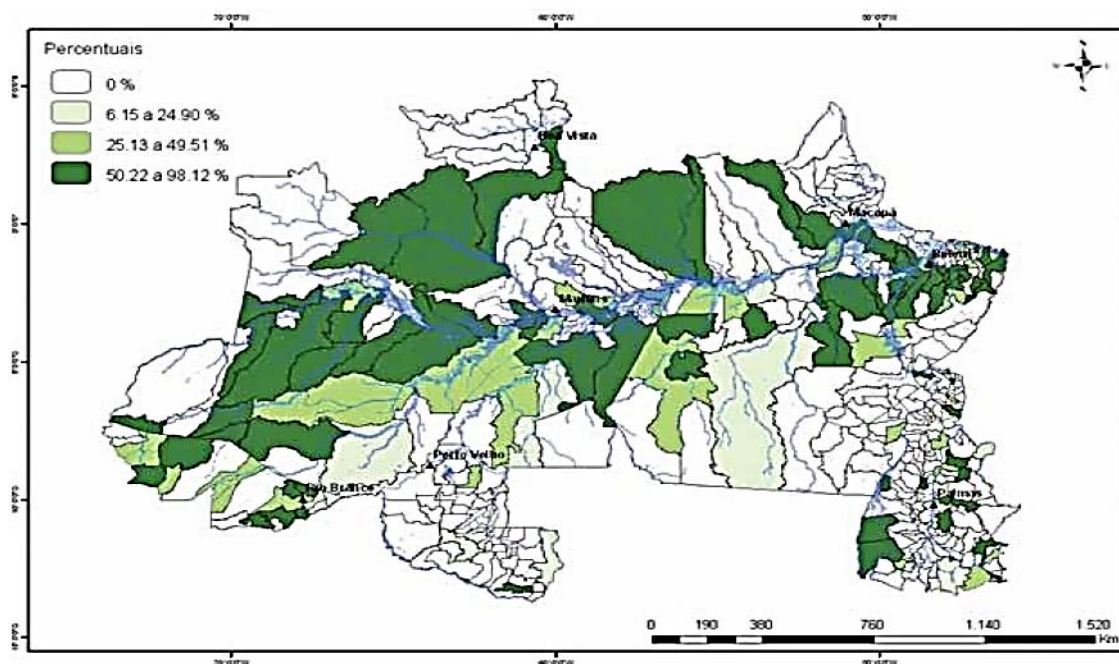


Figura 2: Mapa da distribuição espacial dos estabelecimentos com as características de camponeses agroextrativistas na Amazônia. Fonte: Costa (2012).

Desta forma, as descobertas da pesquisa na Ilha do Capim podem ser, em grande medida, extrapoladas para áreas onde estes atores estejam presentes e sejam influenciados por dinâmicas parecidas.

No processo da pesquisa em campo foram envolvidos diversos atores da cadeia produtiva: os moradores da Ilha do Capim, os marreteiros que compram os frutos de açaí na comunidade e vendem nos municípios de Abaetetuba e Belém, as fabricas

(processador II) e alguns batedores (processador I) do município de Abaetetuba, e as organizações com experiência em comercialização coletiva, entre elas a Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA).

Juntamente com uma revisão bibliográfica, foram utilizados dados secundários a partir de estudos na Ilha do Capim sobre a dinâmica produtiva e gestão do território como o Plano de desenvolvimento do Assentamento (PDA), relatórios de pesquisa, cartografia social e etc. Além disso, conversas informais ajudaram a entender melhor as estratégias desenvolvidas por cada morador para produzir e vender o açaí.

Realizamos também caminhadas transversais com o intuito de observar diretamente as práticas e paisagens. Como ferramentas de coleta de dados, foram utilizados questionários semiestruturados, observação direta, análise da paisagem e fotografias, com o intuito de conhecer como se desenvolvem essas atividades e suas transformações na região. Como ferramenta de tratamento das informações foi utilizada a estatística descritiva, média ponderada, histograma e gráficos. A entrevista semiestruturada foi testada anteriormente com quatro famílias para ajustar o guia de entrevista.

3.1 LOCAL DE ESTUDO

O local estudado é a Ilha do Capim, uma comunidade tradicional ribeirinha agroextrativista da Amazônia, localizada no município de Abaetetuba, estado do Pará (figura 3). Esta comunidade é uma das 63 que compõem o arquipélago de ilhas do município de Abaetetuba a uma distância de 16 Km da sede do município e distante 50 km de Belém (Capital do Estado do Pará).

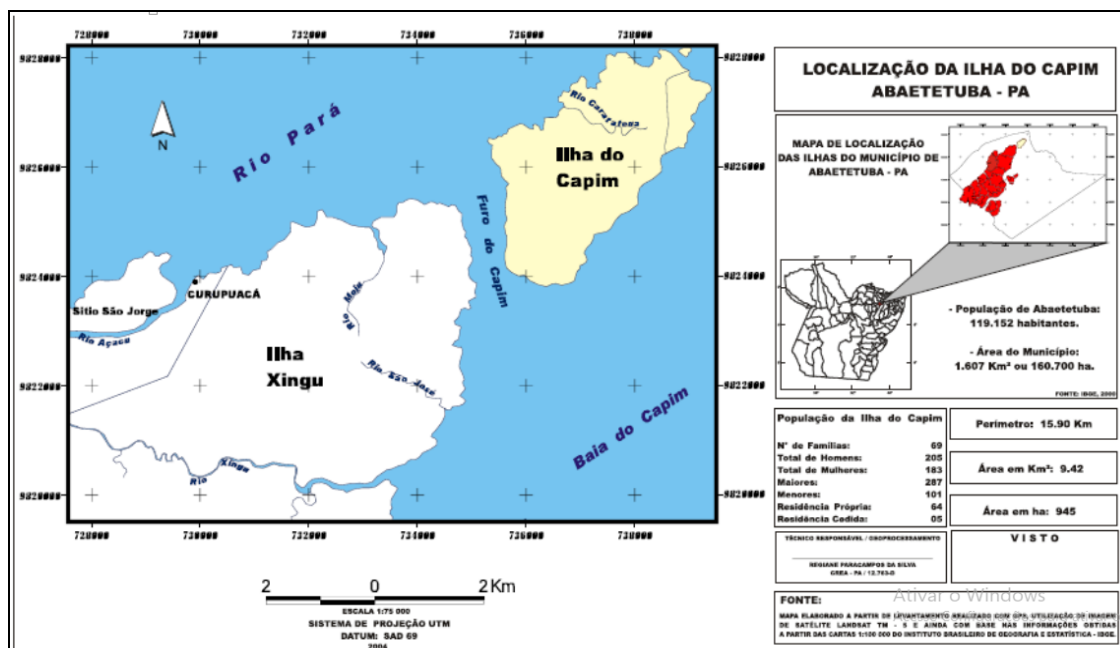


Figura 3: Localização da Ilha do Capim no município de Abaetetuba, Pará. Fonte: Sindicato dos trabalhadores rurais de Abaetetuba (2013).

O acesso a comunidade só é possível por via fluvial e o tempo do percurso da sede do município até a comunidade varia de acordo com a embarcação e as condições da maré para navegar, variando entre trinta minutos a duas horas e trinta minutos. A comunidade se localiza em uma região de difícil acesso tanto por estar em mar aberto⁶, o que ocasiona frequente registro de maresias nas viagens, como por estar em um local com grande número de pedras⁷, o que pode levar a naufrágios de barcos caso o piloto não conheça a região (figura 4).

⁶ Mar aberto corresponde a uma região onde as margens do rio estão mais distantes uma da outra contribuindo para maior tamanho e frequência de maresias.

⁷ Pedras são relevos submersos no rio de estrutura rochosa.



Figura 4: Imagem panorâmica da Ilha do Capim. Fonte: autor (2018).

Com uma área de 1.253 hectares e uma população de 125 famílias, a Ilha do Capim pertence à mesorregião do nordeste paraense, banhada pela baía do Marajó e rio Marapata, sendo que as famílias ocupam esse território há mais de 200 anos. A ilha está dividida em três espaços geográficos, denominados de setores pelos moradores locais, sendo eles: o Caiana, o Caratateua e o Marintuba. Essa divisão se baseia na distância entre os três principais povoadamentos da ilha. Cada setor possui um número de famílias diferente e essas áreas são distantes umas das outras. A figura 6 mostra os setores da Ilha do Capim onde a pesquisa foi realizada envolvendo todos os moradores (amostragem populacional) destes locais.

A maioria das casas na Ilha do Capim são construídas de madeira e coberta com telhas de barro. O restante é construído de alvenaria e poucas são cobertas com palhas. As casas construídas na várzea são suspensas por causa da entrada periódica da maré. Além das construções das habitações na Ilha do Capim existe duas igrejas de comunidades Eclesiais de Base (CEB): (a) comunidade Santo Antônio localizada na região do furo do Capim e (b) comunidade São Pedro localizada no rio Caratateua. Estas instituições operam a partir das diretrizes da paróquia das ilhas de Abaetetuba pertencente a Igreja Católica. Além destas existem três igrejas evangélicas de orientação protestante. Na ilha existe também uma escola municipal que possui um anexo na comunidade do rio Caratateua e conta com estudantes do nível fundamental series iniciais, series finais e ensino médio; uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que está em construção e a sede da associação entre outras construções.

A partir da década de 2000 foi regularizado o Projeto de Assentamento Agroextrativista denominado Santo Antônio II criado através da portaria do INCRA SR-01/G/nº 055, de 16 de dezembro de 2005. Nesse mesmo período foi criada a Associação do Assentamento Santo Antônio II que foi fundada no dia 28 de Novembro de 2005 para fins de acesso as políticas de reforma agrária por meio desta modalidade de assentamento. Além da associação, os moradores também participam da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), que é a primeira associação das ilhas de Abaetetuba e engloba os moradores de todas as ilhas. A Colônia de Pescadores Z-14, que também congrega todos os pescadores do município de Abaetetuba. E o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), que congrega várias associações da região das ilhas do município de Abaetetuba. Para operacionalizar esta pesquisa as atividades foram divididas em três etapas.

3.2. ETAPA 1 - ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E DAS CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NA ILHA DO CAPIM

O instrumento para a coleta de dados foi o questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, elaboradas sobre o tema, que foram aplicados aos moradores da comunidade e todos os envolvidos na comercialização, além de observações diretas. Na Ilha do Capim foram aplicados questionários em 88 famílias que equivale a 70% da população da comunidade.

Nessa etapa utilizei quatro tipos de questionários: um para moradores antigos (informante chave), um para os produtores da comunidade (moradores), um para os marreteiros (intermediários), um para os processadores (fábricas).

Foi realizado entrevistas (anexo A) com dez moradores antigos da comunidade com o objetivo de descrever as transformações históricas do sistema de produção e das cadeias de comercialização agroextrativistas na Ilha do Capim. De acordo com Hochman (2007), estas entrevistas possibilitaram conhecer escolhas que ocorreram no *passado*. Utilizamos um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, no período de 10 de fevereiro a 20 de março de 2019.

O questionário dos produtores buscou avaliar: a produção de açaí, as formas de manejo dos açaiçais, as outras atividades produtivas, as formas de comercialização do Açaí (transporte, relações com o mercado), os impactos ambientais do monocultivo, entre outros. Como primeira etapa deste diagnóstico, aplicamos este questionário (anexo

B) no setor Marintuba, onde moram vinte e seis famílias, e depois, aplicamos no setor Caratateua, onde se encontra a maioria das famílias da ilha, e depois no setor Caiana, entre os dias 18 a 24 de fevereiro de 2018. Por ser um morador da comunidade e também desenvolver essas atividades de colheita de Açaí, aproveitava para conversar sobre o assunto durante a atividade com alguns moradores e perceber como reagiam a partir de seus comentários.

O questionário para os produtores⁸ foi aplicado no período da entre safra do Açaí e isso contribuiu para encontrar muitas famílias em suas casas desenvolvendo outras atividades. Apesar da facilidade de diálogo, encontramos vários desafios para desenvolver essa atividade, como a distância entre as casas, a dependência de embarcação para facilitar o acesso a casa de alguns moradores, a geografia da ilha que depende da maré e dos ventos para navegar e ter acesso a alguns moradores.

O questionário para os marreteiros (anexo C) buscou levantar dados para entender como funciona a atividade dos marreteiros na comunidade com açaí, a quantidade comercializada em 2017, as suas relações com os processadores e identificar seus clientes. A aplicação dos questionários ocorreu na segunda fase de entrevistas, entre os dias 5 e 8 de março de 2018. Na primeira fase de entrevistas, priorizei os produtores para entender melhor a produção, e assim construir um questionário para os marreteiros com base nestas informações. Na tentativa de compreender melhor as estratégias de comercialização do marreteiro, eu também acompanhei várias atividades de comercialização e negociação com os moradores.

O questionário para os processadores ou fábricas (anexo D) tinha como objetivo avaliar o tempo de trabalho na atividade como processador do fruto, a quantidade processada durante o ano de 2017, a média de lucro por quilo e as exigências feitas para os fornecedores. No entanto não foi possível conversar com os processadores porque os donos das três fábricas localizada no município de Abaetetuba não aceitaram ser entrevistados. As informações sobre os preços que as fábricas praticam para comprar e vender o Açaí, e algumas de suas articulações para tabelar os preços, foi coletado com

⁸ A aplicação desses questionários para os produtores teve a contribuição do bolsista (Pedro) de um projeto denominado (A Climate and Land Use Alliance) (“CLUA”) que está sendo desenvolvido na comunidade e também de uma discente que está desenvolvendo sua pesquisa de dissertação (Conflitos socioambientais e resistência camponesa: Estudo do efeito da utilização da hidrovia da Soja em uma comunidade ribeirinha do Estuário Amazônico) na comunidade do curso de pós graduação do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF da Universidade Federal do Pará UFPA.

pessoas que tem experiência de comercialização coletiva e também através de um funcionário de uma fábrica do município que pediu para não ser identificado. As informações sobre as fábricas não puderam ser comprovadas pela falta de dados sobre as movimentações financeiras das mesmas, devido os bloqueios de acesso a informação por seus proprietários.

3.3. ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO DA DIVERSIDADE ATUAL DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E AS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DAS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NA ILHA DO CAPIM

Para a compreensão da diversidade atual dos sistemas produtivos e a produção da comunidade, usei os dados coletados no questionário aplicado aos produtores, onde perguntava sobre a diversidade existente e todos os sistemas produtivos de cada núcleo familiar, além de quantificar e valorar a produção.

Para analisar as consequências ambientais das mudanças na produção de Açaí, foi feito um inventário florístico das plantas presentes nos açazais e das características da população de açaí, em três parcelas amostrais. Primeiramente, identifiquei qual morador da comunidade desenvolvia os três tipos de manejo de açazais identificados na etapa anterior da pesquisa (leve, moderado e intensivo). Depois, conversei com o morador sobre a possibilidade de fazer a pesquisa de uma parcela em sua área e responder algumas perguntas. Nas parcelas, medimos os indicadores seguintes: quantidade de touceiras de açaí por ha, número médio de estipe e idade por touceira, quantidade de produção por idade, diversidade de espécies ao longo de um transecto, histórico de uso do solo da parcela, e mudanças na paisagem. Utilizamos também um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, elaboradas sobre o tema (anexo B).

Para não correr o risco de errar a contagem das espécies devido os acidentes que existem no solo de várzea foi desenvolvido o seguinte método: para cada açazal, era delimitado a parcela de 50mX50m (0,25 hectare). As parcelas foram subdivididas com várias linhas de três em três metros. Para contar as espécies caminhava na direção da linha e notava as espécies que estavam até três metros de um lado e outro da linha. O critério de inclusão das espécies no inventário era de dois metros de altura, pois abaixo disso os produtores tiram no momento do manejo de Açaí. Os dados levantados nos locais foram importantes para entender os resultados da evolução histórica do manejo

dos açazais, ou seja, o impacto desta atividade no sistema produtivo e ecológico da ilha.

3.4. ETAPA 3 – IDENTIFICAÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

Após a finalização das etapas I e II da pesquisa, realizei uma oficina (roda de conversa) para debater sobre as informações coletadas durante as duas etapas anteriores da pesquisa. Além disso, na oficina mostrei quatro experiências sobre comercialização coletiva solidária que foram sistematizadas pela seguinte pesquisa para contribuir no debate. Essas experiências foram sistematizadas a partir de material já elaborado, aplicação de questionários semiestruturado e contatos com pesquisadores.

Na apresentação das experiências mostrei o que levou os moradores a se organizar, o local onde as mesmas estão ocorrendo, o tempo de atuação, o nome, como estão se organizando para desenvolver a atividade, as principais contribuições para a comunidade local, os desafios encontrados para desenvolver as atividades entre outros resultados que foram mostrados detalhadamente para os participantes da oficina para entenderem como se desenvolvem e quais as contribuições que poderiam ser tiradas dessas experiências.

A oficina ocorreu no dia 13 de maio de 2019 das quatorze às dezoito horas no setor Caratateua, onde compareceram vinte moradores, sendo representados todos os setores da ilha. Além de produtores de açaí, participaram também da oficina professores da comunidade, agente comunitário de saúde da comunidade, pescadores e marreteiros da comunidade. No primeiro momento apresentei os resultados preliminares da pesquisa e depois fiz algumas perguntas para orientar o debate; (a) Vocês concordam com os problemas que foram identificados na pesquisa relacionado a comercialização do Açaí? (b) Vocês percebem outros problemas na comercialização do Açaí, além desses que a pesquisa mostrou? (c) Vocês concordam que os moradores deveriam se organizar de forma coletiva junto a associação para organizar a comercialização do Açaí na Ilha do Capim na tentativa de enfrentar os desafios trazidos pela seguinte pesquisa? (d) Se você percebe que realmente a comercialização do Açaí é difícil e você tem desejo de superar isso, qual a sua proposta para resolver essa situação? Na oficina os moradores acompanharam atentamente as apresentações e depois das perguntas começaram a se expressar livremente em relação à temática (figura 5).



Figura 5: Oficina sobre alternativas de comercialização do Açaí. Fonte: autor 2019.

Por meio deste espaço de diálogo, eu pude coletar, de forma participativa, novos dados para elaborar um plano de comercialização da produção de Açaí que promova o aumento do valor agregado da produção e contribua na gestão autônoma do território. No momento do debate, os moradores tiveram a oportunidade de, a partir de seus conhecimentos de organização social e produtiva, contribuir efetivamente para confirmar, completar e interpretar os resultados do diagnóstico, e construir alternativas de comercialização na comunidade.

É importante também destacar alguns desafios durante a realização da pesquisa na comunidade, como o deslocamento dentro da comunidade, devido as casas serem afastadas umas das outras e a dificuldade de acesso a algumas casas devido a dependência de maré.

4. AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTAS NA ILHA DO CAPIM

Neste capítulo, analiso a história dos sistemas produtivos através da organização e transformação das relações mercantis na Ilha do Capim. Por meio desta reconstrução histórica, busco identificar e entender os problemas enfrentados atualmente na comercialização dos produtos locais e os desafios que estes problemas representam para a gestão do território.

4.1. PRIMEIRAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DIRECIONADAS AO COMÉRCIO

A ocupação da Ilha do Capim inicia com pessoas vindas da Ilha do Marajó, no século XVIII. Segundo informações de moradores mais antigos, a ilha pertencia a um fazendeiro de Nabiju no Marajó, que a concedeu de presente para uma de suas filhas de nome Antônia, a qual se casou com um homem chamado Antônio. A família se instalou na Ilha do Capim e teve oito filhos, sendo seis homens e duas mulheres. Uma das primeiras atividades comerciais desenvolvida pela família foi a produção de cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) e em menor quantidade, de arroz (*Oryza sativa*). Estas plantações localizavam-se na área de várzea das margens da ilha, principalmente na região do setor Caiana e Marintuba (figura 6). Mobilizavam trabalhadores vindos de outras regiões, trazidos pela família proprietária da ilha. Os trabalhos desenvolvidos nesse período eram em regime de escravidão: a família possuía cem escravos e ficava com a totalidade dos recursos da comercialização. Os escravos ganhavam somente o local para morar e a comida, que não conseguia suprir toda a necessidade, pois tinham que caçar e pescar para complementar a alimentação.



Figura 6: Representação demonstrativa dos setores. Fonte: adaptado de Azevedo (2018).

Havia um engenho e o processamento da produção da cana era realizado na Ilha pelos próprios escravos. O arroz era produzido também pelos escravos, mas com o objetivo de ajudar na alimentação, sendo vendido somente o excedente. Existiam também outras atividades que contribuíam na alimentação como a criação de gado para o consumo e a captura de animais silvestres e peixes, além da extração de madeira para

a construção de embarcações, casas, pontes, entre outros. Segundo Azevedo (2018), nesse período, as relações de troca ocorriam através de viagens que o proprietário da ilha fazia em embarcações da família para comercializar a produção em Belém. Ele vendia aguardente, açúcar, e outros produtos extrativos da ilha (animal e vegetal). Navegavam a remo e a vela. Neste período, os produtos eram vendidos para a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão que, segundo Chambouleyron (2011), tinha a função de “estimular o comércio por meio do incentivo ao plantio e exploração dos produtos que, àquela altura, julgavam-se mais lucrativos no comércio com o Estado do Maranhão e Pará” (p. 95).

Ainda no século XVIII, a Ilha do Capim sofreu uma epidemia de varíola que chegou até a ilha através das embarcações que viajavam para outras cidades, e levou ao falecimento de Antonio e Antônia, que contraíram a doença nas viagens e em pertences vindos da embarcação. Após a morte dos donos e de outras pessoas que residiam na Ilha, os trabalhadores ficaram com medo de contrair a doença e migraram para outras ilhas vizinhas. Os filhos dos donos, também com receio de serem infectados, foram para Belém, com exceção de um de nome Armínio que permaneceu na ilha e não contraiu a doença. Depois de alguns anos, trouxe pessoas para a ilha, e seus irmãos também começaram a retornar. Armínio constituiu uma família, teve dois filhos e faleceu anos depois do nascimento do último filho, mas devido a outros problemas. Depois os moradores iniciaram uma nova forma de apropriação dos recursos naturais e de relação entre os donos e os moradores que começavam a se estabelecer na ilha em busca de morada e trabalho.

É possível perceber que diferentes períodos de extrativismo da Ilha do Capim se sucederam. A figura 7 mostra que, ao longo da trajetória histórica de transformação dos sistemas de produção da Ilha do Capim, os moradores realizaram diversas atividades produtivas, onde algumas assumiam o papel de destaque (*maior ênfase*) por serem responsáveis pela aquisição de recursos monetários para a família.

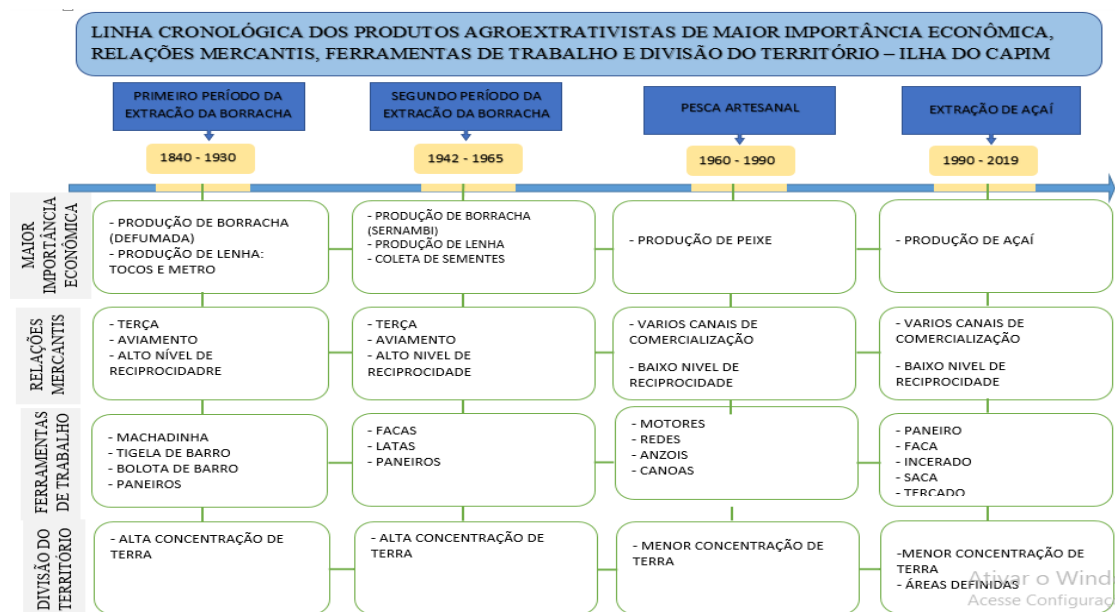


Figura 7: Linha do tempo dos produtos agroextrativistas de maior importância econômica, relações mercantis e divisão do território. Fonte: Organizado pelo autor (2019) com base nas entrevistas.

O termo *maior ênfase* é uma crítica a Homma (1993) que fala sobre *ciclos produtivos* na Amazônia e não considera a relevância da diversidade de atividades produtivas que existem no interior dos sistemas de produção em cada época. O termo *maior ênfase* busca revelar que a economia das famílias, em todos os períodos históricos, foi constituída pela mobilização de alguns produtos com a função de acessar recursos financeiros e de uma diversidade de produtos que contribuiriam principalmente na condição de recursos não-mercantizados (Ploeg, 2008) e que, portanto, eram/são invisíveis ao mercado.

A figura 7 mostra que no período da pesca a concentração de terra diminuiu. Isso ocorreu devido as famílias que vieram em busca de trabalho no período da borracha e ficaram na comunidade e também porque nesse período a terra não tinha tanta importância econômica pois o produto de maior valor econômico era o peixe. No período do Açaí (especificamente no ano de 2005) essas áreas que já eram demarcadas pelos moradores de forma informal, foram formalizadas devido a regularização do projeto de assentamento de reforma agrária agroextrativista.

4.2. PERÍODO DO AGROEXTRATIVISMO COM MAIOR ÊNFASE NA BORRACHA E LENHA (1840-1965)

A partir do retorno dos filhos de Antonio e Antônia e de moradores que se instalaram na Ilha do Capim, as famílias da ilha começam a diversificar suas atividades. Desta forma, iniciam diversas atividades extrativistas de grande relevância para as

famílias na ilha, mesmo a extração de borracha e lenha tendo maior importância econômica.

No período da borracha na Ilha do Capim a terra era mais concentrada devido a posse pertencer a um pequeno grupo familiar. Mas depois de alguns anos, contribuiu para o aumento da população na ilha, devido à oportunidade de trabalho nos seringais dos donos da ilha. Existiam dois grupos bem definidos na Ilha do Capim: a) os donos da terra, ou seja, as famílias que descendiam diretamente dos primeiros donos da ilha e tinham o controle sobre a terra e b) os seringueiros que eram caboclos que vieram de outras comunidades para trabalhar nas estradas de seringa.

O fato de a grande maioria dos trabalhadores da ilha se dedicar à atividade da borracha não significava que sua produção fosse pouco diversificada. Se tratava de uma estratégia de concentrar a força de trabalho no produto com maior renda monetária, mas combinava-se com atividades que não geravam renda monetária, como extração de lenha, coleta de sementes, pesca artesanal, extração de açaí, captura de caças, criação de porcos, entre outros.

Segundo Azevedo (2018), a atividade produtiva da borracha estabeleceu-se na ilha em dois períodos. O primeiro foi de 1840 a 1930 e o segundo entre 1942 e 1965. Estes dois períodos foram, respectivamente, resultado da demanda europeia por borracha em função de seu desenvolvimento industrial e pela II Guerra Mundial (COSTA, 2000, apud AZEVEDO, 2018). Na Ilha do Capim, os moradores distinguem esses dois momentos de transformação da atividade gomífera como o período da machadinha (1840 a 1930) e o período da faca (1942 e 1965). No primeiro período, o corte da seringueira era feito com o uso de uma ferramenta denominada machadinha, acompanhado de outros instrumentos como a tigela de barro, as bolotas de barro e o Paneiro. Esse período é sempre qualificado como um período de muito trabalho e pouca produção. O primeiro produto que os seringueiros começaram a extrair do látex foi a borracha fina (defumada) que, apesar de ser mais valiosa no mercado, exigia maior tempo de trabalho. Por isso, nesse período, a produção era *reduzida e trabalhosa*⁹. Segundo o entrevistado:

⁹ Devido a um conjunto de fatores, entre eles o corte da machadinha ser curto, o uso de cuia de barro, que obrigava os trabalhadores a se deslocarem durante longas caminhadas nas estradas de seringa carregando o barro na costa dentro de paneiros, o uso de caroço de Murumuru (*Astrocaryum murumuru*) no fogo para defumar a borracha, que também precisava ser coletado na floresta, o curto espaço de tempo entre as atividades, pois tinha que se deslocar para a floresta duas vezes ao dia. No início da manhã iam riscar a

Para defumar a borracha, a gente colocava uma bola de barro no meio de uma vara comprida, fazia um fogo com caroço de Murumuru e colocava um pouquinho de caroço de açaí, mas não podia ser muito, firmava uma ponta da vara em um toco e na outra ponta segurava e começava a girar a bola de barro em cima do fogo e ao mesmo tempo ia colocando leite até acabar, nós trazia duas cuias de leite do mato e demorava cinco a seis horas de tempo para acabar, quando a bola ficava com trinta ou cinquenta quilos já dava pra vender, depois era só tirar o barro e tava pronta, mas era um trabalho ruim de fazer e muito demorado (ARMÍNIO, 60 anos, Ilha do Capim, 2018).

A atividade da borracha fina exigia muito tempo dos trabalhadores, pois eles gastavam em média cinco horas para defumar o látex extraído durante o dia. Isso reduzia a possibilidade de desenvolver agricultura concentrando o trabalho no extrativismo vegetal e animal.

As famílias começaram a diversificar o uso do látex, dando origem a outros produtos como o *sernambi*¹⁰. Essa atividade foi vista pelos ribeirinhos como uma forma de amenizar o trabalho ("eu lembro quando o papai disse assim, agora vai diminuir nosso trabalho nos vamos trabalhar com sernambi, Arminho, 2018"). Na atividade de coleta do sernambi somente uma viagem era feita na floresta ou *estrada*,¹¹ como era também chamado, para desocupar as latas com o leite deixado no pé da árvore e era recolhido somente no sábado. Os seringueiros começaram a usar outros instrumentos de trabalho como a faca que permitia um corte maior na seringueira, a lata que substituiu a cuia de barro e não era preciso defumar a borracha. Essa extração de látex para o sernambi era melhor porque os trabalhadores tinham mais tempo para se dedicar em outras atividades.

4.2.1. RELAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DA BORRACHA (MERCANTIL E DE RECIPROCIDADE)

A comercialização da borracha na Ilha do Capim era feita em uma *bodega* que ficava no setor Caratateua, em um local chamado de igarapé Cachoeirinha, que pertencia a um descendente dos primeiros donos da ilha. Chamava-se Mundico, e era o principal seringalista da época. Toda a produção era trazida para esse local e não podia ser vendida em outro lugar. Ele vendia a borracha para uma empresa de Belém chamada Bittar. A comercialização no período da borracha ocorria preponderantemente pelo

seringueira e colocar a cuia e seis horas depois iam coletar o leite extraído e por último a defumação do látex para obter a borracha fina.

¹⁰ Tipo de borracha que não precisava ser defumada para ser comercializada.

¹¹ Uma estrada de borracha representa o caminho que o ribeirinho anda e onde se encontra um número determinado de árvores.

sistema de *terça*¹². Nesse período havia também o *aviamento*¹³, que vamos descrever no tópico seguinte.

No período da borracha, a maioria das terras eram concentradas na mão de um pequeno grupo de pessoas que eram donos. Com o crescimento do extrativismo da borracha, muitas famílias chegaram em busca de trabalho e como não tinham acesso à terra, pagavam a *terça*. A *terça* se intensificou com a chegada dos novos seringueiros e funcionava como um pagamento ao dono da terra para o seringueiro poder desenvolver suas atividades. De acordo com o entrevistado: "olha, a *terça* funcionava assim, se eu produzia trinta quilos de borracha dez quilos eram do dono da terra que sedia a estrada pra gente trabalhar" (Estevo, 2018). Essa prática ocorreu durante todo o período da borracha e começou a mudar com o declínio da mesma, mas ainda ocorria em outras atividades como a criação de porcos. Isso mostra o quanto, por meio da *terça*, a renda era deslocada dos seringueiros e transferida para os seringalistas.

Apesar de haver uma diversidade de atividades e produtos na ilha, essas relações mercantis não deixavam com que o território melhorasse principalmente economicamente, pois a possibilidade de organização do mercado (melhores preços e diversificação de produtos) pelos trabalhadores era muito difícil, ou seja, a gestão do território sempre teve um grande limite nas relações mercantis. Desta forma, essas relações mercantis contribuía com a pobreza dos trabalhadores, pois criavam formas de expropriação da riqueza devido a um conjunto de fatores como a concentração da riqueza em agentes internos (os donos das terras) e externos (regatões, entre outros) à comunidade; a comercialização da borracha a preços injustos; e forte relação de dependência, pois não podiam comercializar seus produtos em outros locais.

Outra relação mercantil é o *aviamento*, um sistema bastante conhecido na Ilha do Capim pelos moradores, que começou a ser utilizado no período de produção da borracha. O *aviamento* é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Na ilha, o *aviamento* ocorria da seguinte forma: o dono da bodega (comerciante ou aviador) adiantava bens de consumo (café, açúcar, remédios, entre outros) e instrumentos de trabalho (faca, lata entre outros) ao seringueiro e este o restituía a dívida com os produtos da extração do látex. Esse sistema gerava muitas dívidas aos seringueiros, pois

¹² Transferência de um terço de tudo o que era produzido para o dono da terra.

¹³ Sistema de adiantamento de mercadorias a crédito.

ficavam sempre dependentes dos seringalistas e não conseguiam obter uma renda que os sustentasse para além da comida. Segundo um entrevistado:

Esse trabalho dava pouco, era como um trabalho escravo, só dava pra comer, não dava pra comprar roupa, as nossas roupas era a mamãe que fazia, a gente levava a borracha e trazia as compras, as vezes quando adoecia não dava nem pra comprar o remédio (TEÓFILO, 73 anos, Ilha do Capim, 2018).

Era difícil o seringueiro acumular algum dinheiro porque dificilmente se usava dinheiro, já que as mercadorias eram trocadas com o dono da bodega. Além disso, apesar de ter outras atividades produtivas que podiam contribuir com a família, concentravam os esforços na borracha, que mais dava retorno econômico, pois precisavam produzir o suficiente para "ter saldo" (quitar as dívidas). Por fim, a mercadoria fornecida aos seringueiros tinha um valor bem maior aos praticados nos centros urbanos. Isso ocasionava um endividamento e uma dependência do seringalista durante todo o período da atividade. Outro problema era o preço pago na borracha, que, segundo os moradores, era um valor injusto, que só dava para pagar as contas.

De acordo com Esterici (1996), ainda durante a vigência do regime escravista, havia outras formas de imobilização de trabalhadores e elas foram utilizadas depois da abolição, nas principais áreas de produção. Um desses sistemas era o aviamento, amplamente empregado na Amazônia no período da borracha. Segundo Esterici:

A grosso modo, pode-se dizer que o que aprisionava o trabalhador não era o vínculo com a terra, mas a dependência criada a partir do fornecimento por um patrão, que lhe comprava a borracha e outros produtos da floresta, e lhe fornecia produtos que ele precisava e não produzia. No que tange a lógica da contabilidade, nada muito diferente do que se passa em outras situações, ela pendia para o lado do patrão de modo a reproduzir a dependência (ESTERICI, 1996, p.126).

Na Amazônia, além da borracha, esse sistema se ampliou para outros produtos como a farinha, que funcionava também como moeda de troca. Segundo Pinton e Emperaire (2000), as regras do aviamento garantem, em princípio, aos patrões o domínio da circulação da farinha de mandioca. De acordo com as autoras, vendendo sua farinha aos patrões, os pequenos produtores são obrigados a se abastecer com eles e, ainda que consigam diminuir seu grau de dependência, a lógica das trocas perpetua sistemas de obrigação dos quais a negociação é excluída. De acordo com Emperaire:

Este termo Aviamento é uma derivação de aviar, que significa preparar, executar; o aviamento é, em seu sentido mais amplo, o conjunto dos utensílios ou de gêneros necessários a realização de um objetivo. Na Amazônia, o termo aviamento refere-se ao sistema econômico que dá base ao extrativismo e no qual cada elo da cadeia está ligado ao precedente por uma

relação de dependência, que se dá por meio de um adiantamento de produtos manufaturados contra uma certa quantidade de produtos florestais. O último elo é o coletor, e o primeiro, a firma exportadora. O credor é chamado de aviador e o devedor aviado. Os termos aviado e aviador refere-se a estrutura hierarquizada do sistema tal qual é praticada desde o final do século XIX, quando se falava de casa aviadora para se designar as casas de comércio especializadas no extrativismo. Os termos freguês e patrão, as vezes utilizados, evidenciam não só as relações econômicas, mas também sociais que se dão no extrativismo (EMPERAIRE; 2000, p. 207).

Assim como em toda a Amazônia o aviamento contribuiu com a pobreza na Ilha do Capim e isso aliado ao arrendamento da terra através do sistema da *terça*, criou formas de expropriação da riqueza e dependência dos trabalhadores da borracha que concentrava a riqueza em um pequeno grupo, impedindo que essa renda circulasse na comunidade e a comercialização em outros locais (monopólios), além de forçar o trabalho em uma única atividade (especialização).

Porém, em paralelo a este sistema de exploração, os moradores desenvolviam formas de troca de produtos baseadas na *reciprocidade*, envolvendo uma diversidade de espécies vegetais, animais e a força de trabalho, o que fortalecia a resistência desses trabalhadores diante da exploração do seu trabalho.

Uma dessas atividades era o mutirão que consistia essencialmente na organização de pessoas próximas (na maioria das vezes vizinhos) convocados por um deles para fazer um determinado trabalho na Ilha do Capim. Os moradores faziam mutirão para fazer roças, farinha, plantio, derruba, colheita, limpeza de áreas, entre outros. De acordo com o entrevistado:

A gente sempre se ajudava aqui, logo quando começou esse trabalho de roça, nós fizemos uma roça muito grande bem no meio da ilha, tinha famílias lá do Caratateua, do furo e aqui do marintuba, nós derrubamos, depois queimamos e plantamos juntos, depois nós dividimos em partes iguais e cada família ficou com a área que estava mais próximo de sua casa, pra colher a produção (ARMÍNIO, 60 anos, Ilha do Capim, 2018).

O mutirão era uma atividade que, segundo eles, contribuía muito com as famílias, principalmente em atividades que exigiam maior esforço físico.

Uma outra relação de reciprocidade que ocorria também na Ilha do Capim é a *troca de diária*. Essa relação ocorria quando uma pessoa convidava a outra para desenvolver uma atividade durante uma determinada quantidade de dias em vários tipos de serviços como: limpeza de área, construção de casas, construção de cercas, entre outros. Essas relações ocorriam segundo eles quando, "*eu convidava uma pessoa para roçar a minha roça durante dois dias e depois eu o ajudava durante dois dias também,*

é assim que funcionava (TEÓFILO, 2018)". A troca de diária era uma relação que ajudava muito, porque as vezes um morador tinha que colher a mandioca que estava no tempo de colheita e que não podia esperar, mas precisava fazer uma limpeza antes da colheita e a troca de diária possibilitava uma limpeza mais rápida. Além disso às vezes não tinha dinheiro para pagar uma diária a outra pessoa, então pagava com seu próprio trabalho.

O empréstimo também era uma relação de reciprocidade que ocorria muito na ilha do Capim, para obter principalmente alimentos, ferramentas e embarcações. Essas parcerias ocorriam da seguinte forma: "*quando eu precisava ir em Abaetetuba e não tinha passagem eu emprestava a embarcação do compadre para fazer a viagem e ele não cobrava nada* (DOMINGOS, 2018)". Além do empréstimo de embarcações, tinha também o empréstimo de alimentos que na maioria das vezes era "pago" (retribuído) com o mesmo tipo e mesma quantidade, numa outra ocasião.

A doação era outra relação de reciprocidade importante na Ilha do Capim no período da borracha. Segundo os moradores, ela ocorria quando uma pessoa repassava parte de algum produto que produzia no extrativismo, no cultivo ou na criação para outra pessoa sem desejar nada em troca. Isso ocorria de várias formas: "*olha, antes aqui, tinha muita fartura, nos criava muito porco, quando o papai matava um porco ele mandava, um quarto para cada vizinho e nós ficava com um quarto só. Na pesca também era assim* (ARMÍNIO, 2018)". A doação era uma forma de partilha que beneficiava as famílias, pois as vezes recebiam doações que estavam precisando e não tinham como pagar, principalmente quando se tratava de alimentos.

4.2.2. A COLETA DA LENHA NA ILHA DO CAPIM

No período da borracha também havia outras atividades produtivas de menor importância econômica, entre elas, a produção de lenha. Essa atividade começou no início do século XIX com corte de *frechais*¹⁴ e *tábuas*¹⁵ compridas que eram vendidos para embarcações a vela vindas do rio Guajará de Beja (comunidade vizinha). Estes comerciantes vinham comprar madeira na ilha do Capim, porque nesse período não existia estância em Abaetetuba. Essa madeira era serrada com roladeira, que é um tipo

¹⁴ Os frechais eram pedaços de madeira medindo entre cinco a quinze metros de comprimento, dez centímetros de largura e dois de espessura. Utilizado principalmente na construção de embarcações e casas.

¹⁵ As tábuas eram pedaços de madeira medindo entre cinco a dez metros de comprimento, vinte centímetros de largura e um de espessura. Utilizado principalmente na construção de embarcações.

de serrote longo. No final da primeira metade do século XIX começou o corte de lenha conhecido como *tocos*, que precisava de madeira forte como Massaranduba (*Manilkara bidentata*), Sapucaia (*Lecythis pisonis*) e precisava ser serrada com roladeira e dividida em *achas* com um comprimento de aproximadamente trinta centímetros.

Nesse período os moradores iniciam o corte de lenha de *metro* que era menos exigente e poderia ser de vários tipos de árvores. A lenha era vendida para as padarias em Belém que exigiam espécies específicas de madeira e para a empresa Paraelétrica (Companhia de iluminação de Belém) que queimava nos fornos para produzir energia termoelétrica e poderia ser de vários tipos de madeira.

Apesar da produção da lenha ser um trabalho que exigia um grande esforço físico, esta não era vendida por um preço justo: "*era uma venda que só dava para a sobrevivência mesmo, porque quando o cara levava a madeira a gente já tinha comido tudo o dinheiro que tinha ficado adiantado aí ficava só aquela pontinha*" (MANOEL 2018). A maioria dos trabalhadores da lenha também extraíam borracha para poder complementar a renda, o que exigia um grande esforço físico: "*olha no final de semana eu nem conseguia fechar a mão de tão grossa que tava de tanto cortar de machado*" (ESTEVO, 2018)". A atividade de extração da borracha era feita de dia e o corte da lenha era muitas vezes feito a noite. Essa atividade começa a declinar quando a Paraelétrica começa a queimar óleo e não utiliza mais a lenha de extração vegetal.

4.2.3. A COLETA DE SEMENTES NA ILHA DO CAPIM

No período da borracha os moradores também coletavam sementes na ilha do capim, que apesar do baixo valor no mercado contribuía com a renda monetária das famílias. As sementes coletadas eram de ucuúba (*Virola surinamensis*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), andiroba (*C. guianensis*) e da seringueira (*H. brasiliensis*). A coleta era uma atividade coletiva (as famílias levavam os adolescentes e mulheres) o que ajudava no aumento da renda: "*ajudava porque para cortar seringa era só o papai que ia pro mato, mas para juntar sementes era todos nos na baia, mas era só para desempatar*" (ARMÍNIO 2018)". As sementes eram vendidas para marreteiros que compravam na Ilha do Capim e revendiam em Belém. Apesar de pouco contribuir com a renda familiar devido ao valor pago, era uma forma de ajudar nas despesas.

Além da coleta de sementes, as mulheres desenvolviam nesse período vários trabalhos no estabelecimento familiar "olha aqui nos fazia quase tudo, nos plantava, nos

criava, nos cuidava da casa, nos pescava, as vezes eu passava o dia inteiro na roça sem comer um bago de farinha porque não tinha pra levar e quando chegava em casa eu ainda ia fazer comida (MARIA 2018).” Entre os vários trabalhos desenvolvidos pelas mulheres nesse período, estava a roça que era uma atividade muito difícil (exigia muito esforço físico) e que não tinha retorno econômico, pois a farinha produzida não era comercializada devido à baixa produção e a ausência de mercado externo, sendo destinada somente para a alimentação da família. Nesse período a agricultura servia somente para ajudar na alimentação da família, pois não havia mercado e a família precisava de dinheiro para comprar outros produtos. Apesar dos desafios enfrentados na comercialização na Ilha do Capim no período da borracha, as relações comunitárias eram baseadas em relações de reciprocidade, como pode ser observado no quadro 3.

Quadro 3: Relações econômicas envolvidas na extração dos produtos extrativistas no período da borracha e lenha (1840-1965).

Relações econômicas.		Períodos	Borracha	Lenha	Pesca	Açaí	Caça	Sementes	Agricultura
		Mercantil	Aviamento	X	X				
	Terça	X							
	Venda adiantado ou não			X				X	
Reciprocidade	Mutirão						X		X
	Troca de diária								X
	Empréstimo				X	X			X
	Doação				X	X	X		X

Fonte: Autor (2018).

Durante a fase da borracha, a situação de pobreza e miséria não resultava do tipo de atividade econômica (extrativismo), mas das relações de poder no âmbito da comercialização dos produtos. Observa-se duas consequências relevantes: (a) a marcante relação de dependência dos seringueiros em relação aos donos dos seringais devido à ausência de outros canais de escoamento da produção e devido ao financiamento ordinário via *aviamento* e (b) a transferência permanente de parte significativa da riqueza produzida para os donos da terra através do sistema de *terça*. A gestão do território, no contexto das relações mercantis, ficava orquestrada por agentes de mercado externos ao território. Além disso, as relações sociais não permitiam a construção de iniciativas alternativas, já que os seringueiros não eram vistos como donos das áreas, sendo muitas vezes identificados como os *de fora*. As relações de

reciprocidade representaram uma importante estratégia de resistência com o fortalecimento da economia e criação de margens de indeterminação por agentes externos ao território. Porém, no contexto das relações mercantis, o período do agroextrativismo com maior ênfase na borracha caracterizou-se pela abertura da gestão do território para processos de expropriação da riqueza produzida pelos agricultores e a impossibilidade de elaborar estratégias coletivas para sua internalização.

4.3. PERÍODO DO AGROEXTRATIVISMO COM MAIOR ÊNFASE NA PESCA ARTESANAL

Desde o início da ocupação da Ilha do Capim no final do século XVIII, os moradores praticam a pesca como uma das principais fontes de alimentação na ilha. A pesca comercial começou a ganhar maior importância econômica a partir das décadas de 1960 a 1990, com o declínio de atividades extrativas tradicionais, entre elas a borracha, a lenha e as sementes oleaginosas, devido à queda da demanda do mercado exterior.

O crescimento da produção de pescado para atender uma demanda crescente combinou-se com a introdução de novas tecnologias. A pesca passou, segundo Leitão (1997) "*de atividade tradicional básica para a dieta alimentar dos moradores da ilha, a captura de peixes e camarões recrudescer diante de um mercado consumidor também crescente (p. 167)*". Na Ilha do Capim, nesse período, além da pesca existia também outras atividades não monetárias, mas que contribuía com as famílias, como a roça de mandioca, açaí, caça, a produção de óleos, a criação de porcos, entre outros.

A pesca na Ilha do Capim sempre foi realizada nos rios, igarapés, no furo e nas baías ao redor da ilha. Inicialmente as técnicas empregadas eram: *gapuia*¹⁶, *pesca de matapi*¹⁷, *cambão*¹⁸, *facho*¹⁹ e *tapagem*²⁰ e as tecnologias empregadas eram, respectivamente, *cuia*, *matapi*, anzol pequeno, *tocha de fogo* de folhas seca e *pari*. No período que existia somente essas práticas de pesca, não havia comércio de peixe.

¹⁶ A *gapuia* é uma técnica de pesca que consiste em secar um determinado lago de forma manual utilizando uma *cuia* (recipiente feito do fruto da cuieira).

¹⁷ A *pesca de Matapi* é realizada para capturar crustáceos (camarão) com um instrumento (*Matapi*) confeccionado de fibra vegetal e cipó.

¹⁸ O *cambão* é uma técnica de pesca que utiliza um anzol e uma linha para capturar o peixe na margem do rio.

¹⁹ O *facho* é uma técnica de pesca que utiliza um *facho* de fogo feito de folha seca para encandear o peixe no rio e em seguida capturar.

²⁰ A *tapagem* é uma técnica que consiste em cercar os peixes em um local com uma estrutura feita de fibra vegetal denominada de *pari*.

O comércio de peixe inicia junto com a *pesca de espinhel*²¹. O comércio de pescado começou a se fortalecer com a aquisição de redes de poliamida, conhecidas na ilha como *rede de plástico*. Estas aumentaram e facilitaram a captura do pescado, que, junto com o uso de gelo, os motores a diesel, a caixa isotérmica e, por último, a rede de nylon, intensificaram a produção e a comercialização do pescado na região. A produção de pescado na ilha tinha vários destinos comerciais, dependendo do tipo de pesca praticada, da quantidade de peixe capturado, da distância em que o pescador se encontrava da ilha e as condições e capacidade de armazenamento em sua casa ou embarcação.

4.3.1. RELAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DA PESCA ARTESANAL (MERCANTIL E DE RECIPROCIDADE)

A venda de peixe para os moradores da ilha sempre existiu, e na maioria das vezes ela ocorria por encomenda. Atualmente essas relações de mercado existem, mas ocorrem com pouca frequência. No período de maior produção, nas décadas de 70 e 80, quando um morador queria obter um tipo de peixe específico, ele encomendava para um pescador que estava capturando a espécie desejada durante aquele período, pois ocorriam vários tipos de práticas de pesca e uso de vários tipos de tecnologias no mesmo período, como *pesca de Filhote*²² (*Brachyplathystom filamentosum*), *pesca de Pescada*²³ (*Cynoscion leiarchus*), *pesca de Sarda*²⁴ (*Sarda sarda*), *pesca de Piraíba*²⁵ (*Brachyplathystom filamentosum*), *pesca de Arapaia*²⁶, entre outros. Existia também na ilha a venda por oportunismo que ocorria quando o pescador chegava da pesca (baía) e encontrava um cliente que queria um peixe de tipo e tamanho desejado para comprar. Havia também pessoas que queriam comprar um peixe com urgência e saíam procurando nas casas dos pescadores (na maioria das vezes encontravam). O preço pago pelo peixe comprado na Ilha do Capim se baseava pelo preço vendido em Abaetetuba e

²¹ A pesca de espinhel é uma técnica que utiliza anzóis grandes, captura peixes maiores e ocorre próximo da margem da ilha e em grandes profundidades.

²² A pesca de filhote é uma técnica que utiliza redes de nylon para capturar peixes (filhote) principalmente entre cinco a vinte quilos, praticada em altas profundidades e fica em movimento (acompanha a corrente da água).

²³ A pesca da pescada é uma técnica que utiliza redes poliamida ou *plástica*. É praticada em altas profundidades e fica em movimento (acompanha a corrente da água).

²⁴ A pesca da sarda é uma técnica que utiliza redes de poliamida ou *plástica* é praticada próximo a superfície da água e fica em movimento (acompanha a corrente da água).

²⁵ A pesca de Piraíba é uma técnica que utiliza redes de nylon para capturar peixes entre cinquenta a oitenta quilos praticada em altas profundidades e fica *escorada* (parada).

²⁶ A pesca de Arapaia é uma técnica que utiliza redes poliamida ou *plástica*. É praticada na superfície da água e a rede fica em movimento (acompanha a corrente da água).

na maioria das vezes era mais barato. Os moradores acham bom a compra de peixe na ilha porque é um peixe *novo*. A venda de peixe na ilha é importante também porque, além de proporcionar um produto economicamente mais acessível e de qualidade aos ribeirinhos, circula a renda na comunidade e não expropria o lucro do pescador.

A venda de peixe para marreteiros na Ilha do Capim é uma atividade que sempre ocorreu, com maior frequência no período de maior produção. Atualmente ocorre com pouca frequência e em pequenas quantidades. No período de maior produção 1960 a 1990, existiam dois tipos de marreteiros: aquele que residia na Ilha do Capim e aqueles que não residiam. O marreteiro que não residia era um comprador de peixe que vinha de outras ilhas, comprando os peixes capturados geralmente a noite para comercializar em Abaetetuba e em outras ilhas. Ele chegava nas primeiras horas do dia e ia negociando com os pescadores o preço de cada tipo e tamanho de peixe. Nesse período existia também vários marreteiros que moravam na ilha e compravam peixes dos pescadores. A venda para os marreteiros ocorria por vários fatores, entre eles a dificuldade de armazenamento, pois a maioria dos pescadores não tinham caixas isotérmicas grandes com capacidade acima de quinhentos quilos: "não tinha como armazenar, e era pouco pra levar em Abaete, não dava pra pagar a despesa, então nós trabalhamos assim, vendendo aqui no Capim até conseguir comprar uma caixa (Teófilo, 2018)".

A venda para os marreteiros era feita por um preço muito abaixo do que estava sendo vendido em Abaetetuba. Essa relação mercantil era prejudicial ao pescador pois o marreteiro tentava baixar o máximo o preço do pescado para aumentar sua margem de lucro e o pescador muitas vezes ficava sem alternativa por falta de capacidade de armazenamento e transporte.

Os peixes capturados na Ilha do Capim eram vendidos em vários centros comerciais, principalmente em Abaetetuba. Depois que o pescador tinha uma produção suficiente para a venda, eles se deslocavam até a cidade com as embarcações carregadas ou *chapadas* (como também é chamado pelos pescadores), para descarregar o peixe. A venda ocorria na maioria das vezes de madrugada porque é o horário mais propício devido à maior circulação de compradores. A venda era feita para os marreteiros, pois os pescadores não tinham estruturas e incentivos necessários para poder comercializar seu pescado.

No momento que a embarcação atracava no porto, os compradores conhecidos como marreteiros já estavam à espera dos pescadores para comprar o peixe. O

marreteiro é um comerciante que compra o pescado dos pescadores e logo em seguida revende por um preço maior. Depois que o marreteiro acerta a compra, o que ocorre muitas vezes de forma impositiva e sem muito diálogo, os tripulantes da embarcação levavam o peixe, em paneiros (recipientes de fibra vegetal), para ser pesado na balança do marreteiro.

O marreteiro, por ter uma articulação melhor na feira da cidade, como algumas estruturas de armazenamento, conhecimento de outros compradores (supermercado), consumidores e na maioria das vezes algum tipo de financiamento ao pescador (aviamento), consegue barganhar preços abaixo da média vendida no momento. Ele age como um intermediário, estabelecendo uma conexão entre a demanda e a oferta, assumindo um papel privilegiado e uma posição estratégica na venda para outro marreteiro ou consumidor final. Geralmente são considerados como exploradores pois visam o máximo de lucro sobre a força de trabalho do pescador. Segundo o morador:

No fundo no fundo, aquele peixe dava mais lucro pra ele (marreteiro) que não tinha despesa, não tinha trabalho porque começava vender o peixe sete horas da manhã e quando dava onze horas, meio dia, já tinha se desocupado, já tinha ganho aquele dinheiro e a gente tava se fumando aí, dia e noite na baía e era o que menos ganhava, afinal de conta qualquer coisa que o pobre trabalha aqui no mato, que a gente chama, né, ele nunca foi justo com a gente, com o trabalho da gente (Manoel Pereira, 80 anos, Ilha do Capim, 2018).

Além do preço do pescado ser tabelado pelos marreteiros, muitas vezes o mesmo não pagava toda a produção no mesmo dia e o pescador tinha que esperar para o dia seguinte e isso aumentava a despesa. Os pescadores da Ilha do Capim ainda vendem peixe em Abaetetuba, mas em quantidades reduzidas devido à baixa produção, e essa forma de comercialização que expropria a riqueza dos pescadores ainda existe.

Outro local de venda de peixe era no Ver-o-Peso em Belém. A venda nesse local acontecia devido a pesca estar mais próxima de Belém e também porque muitos pescadores eram *aviados* por balanceiros que trabalhavam nessa feira. No Ver-o-Peso a venda começa nas primeiras horas da madrugada e vai até o amanhecer. Nessa feira quem comanda são os *balanceiros*, que é um tipo de marreteiro ou atravessador cadastrado em uma associação na feira para desenvolver essa atividade e são pagos pelos pescadores por isso. Com os balanceiros funciona da seguinte forma: os pescadores trazem o peixe e o balanceiro é o responsável para fazer a venda. Depois que conclui a venda, o balanceiro soma a renda bruta e retira sete por cento se o pescador for um aviado (ou seja, alguém que deve a ele), e cinco por cento se for um pescador que

não deve a ele. O pescador *aviado* é aquele que é financiado pelo balanceiro para custear as despesas da viagem, como gelo, óleo, rancho, rede, motor. O balanceiro é um tipo de aviador que ganha muita importância entre os pescadores artesanais devido a não existência de uma linha de crédito público bancário que se adeque à sua realidade. Muitos pescadores da Ilha do Capim ficavam endividados, durante muitos anos e muitos não conseguiram pagar a conta. Atualmente na Ilha do Capim poucos pescadores recorrem aos balanceiros. Assim, da mesma forma que no período da borracha, a pesca repousava em grande parte sobre relações econômicas desiguais, principalmente o sistema de exploração do *aviamento*.

Apesar de ter diminuído as relações de reciprocidade, elas eram também importantes neste período. Entre os moradores da ilha as relações que figuravam como principais eram o empréstimo e a *emenda*.

O empréstimo era uma relação de reciprocidade que ainda ocorria na Ilha do Capim entre os moradores no período da pesca, mas segundo eles com menor intensidade que antes porque devido a pesca "*cada um tem que ter o seu*". No momento da atividade não tinha como emprestar, então tinha que ir comprando algumas ferramentas. Essa relação com o mercado e a compra de alguns materiais diminuía o empréstimo, mas continuava existindo.

A emenda era uma relação frequente no período da pesca que funcionava como uma estratégia de ajuda mútua: o pescador que tinha as redes e não tinha embarcação colocava sua rede de *emenda* com as redes de quem tinha embarcação. O peixe dessa rede era marcado, na maioria das vezes com um corte no rabo, e depois da venda o pagamento ao dono da embarcação era uma porcentagem pré-estabelecida pelos donos. A emenda era uma forma de desenvolver a atividade, associando pescadores com meios de produção complementares.

4.3.2. AS INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE TROCA NO PERÍODO DA PESCA ARTESANAL

O período de maior produção da pesca artesanal entre as décadas 1960 a 1990 na Ilha do Capim também foi um período de muita *riqueza e fartura* como falam muitos pescadores, porém foi possível observar também a grande concentração e expropriação dessa riqueza por agentes mercantis. Apesar de ter mantido as relações de troca, não se avançou em mecanismos que conseguissem incorporar uma parcela maior da riqueza produzida pelos pescadores no território: "a pesca também foi um período de muita

riqueza, mas os peixes diminuíram, muitos entraram em extinção e a pobreza continuou a mesma (MANOEL PEREIRA, 2018)".

No período de maior produção da pesca os moradores conseguiram adquirir alguns bens de maior valor econômico como redes de pesca, motores a diesel, embarcações e tiveram uma tímida melhora nas condições de vida das famílias. Foi possível observar também que com o aumento das relações mercantis, as relações de reciprocidade diminuíram, como pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4: Tipos de atividades desenvolvidas nesse período e relações econômicas envolvidas na extração dos produtos extrativistas no período da pesca artesanal na Ilha do Capim.

		Atividades desenvolvidas	Pesca	Açaí	Criação	Caça	Agricultura
		Relações econômicas	Mercantil	Venda de peixe na ilha do capim para moradores	X	-	-
Venda de peixe na ilha do capim para marreteiros	X			-	-	-	-
Venda de peixe para marreteiros em Abaetetuba	X			-	-	-	-
Venda de peixe para balanceiros em Belém	X			-	-	-	-
Empréstimo	X			-	-	-	X
Reciprocidade	Emenda		X	-	-	-	-

Fonte: Autor, (2018).

O quadro 4 mostra que o período do agroextrativismo com maior ênfase na pesca artesanal representou, no contexto das relações mercantis, um incremento na dependência do mercado quando comparado ao período histórico anterior. Para Ploeg (2008) isso representa um aumento no grau de mercantilização da produção. Desta forma, as relações mercantis passam a influenciar de forma mais significativa na gestão do território, já que as famílias passam a aprofundar a dependência do mercado. Entre as consequências, verifica-se a sensível redução das relações de confiança e também do trabalho coletivo, como por exemplo, os mutirões. Além de diminuir as formas de resistência dos moradores pela ausência de relações de reciprocidade, isso pode ter aumentado o desafio da organização coletiva em relação ao mercado, pois durante todo este período histórico, não foi desenvolvida nenhuma experiência de comercialização coletiva dos produtos. A comercialização sempre foi realizada de forma individual por cada família.

4.4. PERÍODO DO EXTRATIVISMO COM MAIOR ÊNFASE NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ (1990 ATÉ HOJE)

O açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart) é uma espécie vegetal nativa da região amazônica que sempre contribuiu na dieta alimentar dos moradores da Ilha do Capim. O açai sempre foi uma fonte de alimentos para os moradores da ilha, consumido diariamente nas refeições.

Até os anos 1990, os moradores extraíam o açai na mata sem cuidado prévio de manejo, pois o utilizavam somente como alimento para consumo próprio. A extração era feita em meio a vegetação fechada de grandes árvores e a produção era menor devido ao sombreamento. Algumas vezes derrubavam de forma aleatória para extrair o palmito, devido ao seu valor econômico no mercado. As famílias extraíam somente a quantia de açai utilizado na refeição diária, o que ficava no mato e não era extraído ou comido por pássaros, depois de maduro, secava e caía no chão e às vezes germinando novas árvores.

Nesse período o açai era *amassado* (processado) de forma manual em *peneiras* (figura 8a), que é uma estrutura no formato de tela feita de fibra vegetal, coado em uma *Coadeira* (figura 8b) e coletado em um *Alguidar* (bacia de barro) (figura 8c). Depois de ter ficado de molho na água para que a polpa se solte e seja misturada com a água, se transforma em um suco grosso chamado localmente de vinho de açai. A forma tradicional de tomar o açai na ilha é puro, misturado com farinha de mandioca.

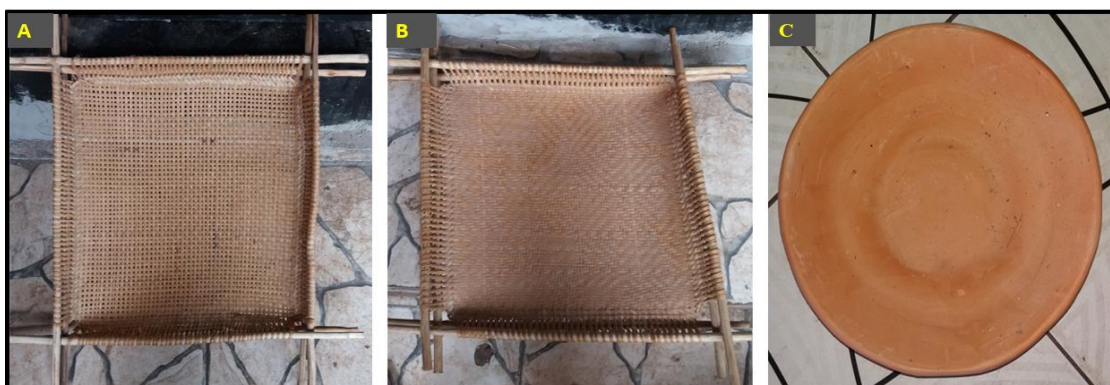


Figura 8: A) Peneira, B) Coadeira, e C) Alguidar. Fonte: Autor (2018).

Nas últimas três décadas o extrativismo do açai se tornou uma atividade comercial devido a alguns fatores como a diminuição na produção de pescado, e aumento da demanda: “*contudo, com a divulgação de suas qualidades energéticas e nutritivas, o açai, rapidamente, passou a ser comercializado em supermercados, casas*

de suco, restaurantes, lanchonetes de academias e praias, ganhando a preferência dos adeptos da alimentação saudável em todo Brasil e no mercado internacional” (NOGUEIRA e SANTANA, 2016, p. 2).

Segundo os moradores, o açaí foi o produto do extrativismo entre todos os outros que já passaram que deu maior contribuição econômica (figura 9) para as famílias e isso é observado no acesso principalmente a bens como casas de madeira e alvenaria, barcos, motores, geradores, eletro domésticos, energia solar entre outros.

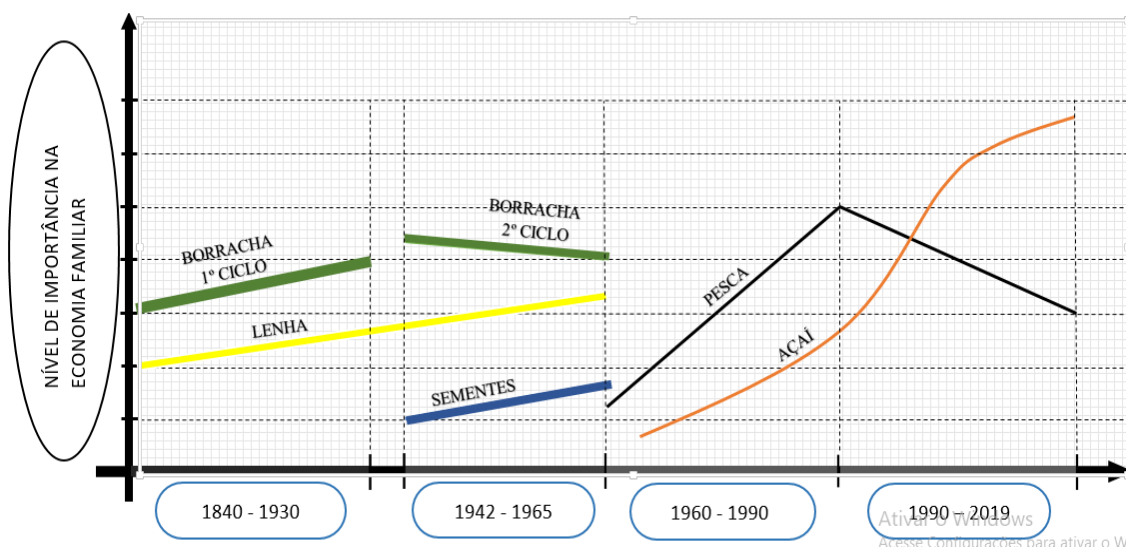


Figura 9: Nível de importância dos principais produtos do agroextrativismo na renda familiar em cada período na Ilha do Capim. Fonte: Autor (2019), adaptado de SBSP (2014).

A figura 9 dá uma ideia dos períodos históricos produtivos da comunidade, em particular a importância do açaí nessas trajetórias de mercado. Além do açaí existem outras atividades monetárias e não monetárias na Ilha do Capim como a pesca, a caça, a produção de óleos, criação de animais (avicultura, suinocultura, apicultura, o cultivo) entre outros. O manejo das florestas ricas em açaí foi se intensificando de acordo com as exigências do mercado, que começou a demandar maior quantidade do produto. Inicialmente era feito o manejo de açaí em pequenas partes da área total e depois foi se expandindo em toda a área de várzea existente na comunidade. Essas mudanças de manejo na várzea foram mudando a vegetação em áreas com maior predominância de açaí, denominadas de açazais como mostra o capítulo seguinte.

4.4.1. RELAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DO AÇAÍ (MERCANTIL E DE RECIPROCIDADE)

A partir da entrada do açaí no mercado nos anos 1990, sua extração se tornou a principal atividade econômica para a maioria dos moradores da Ilha do Capim. A

produção de açaí na ilha ocorre durante o ano todo, mas a *safra* inicia em agosto e se prolonga até dezembro. Devido à sua importância no mercado, os moradores dedicam grande parte do tempo na produção de açaí. A produção de açaí é comercializada de várias formas e em vários locais.

A maioria das famílias da Ilha do Capim vende sua produção de açaí apanhado para *marreteiros* ou atravessadores. Essa relação mercantil funciona da seguinte forma: os marreteiros espalham os *paneiros* ou *rasas*²⁷ nas casas dos moradores, que pegam os paneiros e vão extrair o açaí. Nesse tipo de venda, a responsabilidade em coletar o açaí é do dono da área. No dia seguinte o marreteiro retorna nas casas a partir das onze horas da manhã, recolhendo os paneiros com açaí (figura 10a). A maioria dos marreteiros residem na ilha e utilizam embarcações próprias (figura 10b).



Figura 10: Transporte de açaí (a) e embarcação de marreteiro (b). Fonte: Autor (2019).

Na maioria das vezes os marreteiros pagam o açaí para os moradores um dia depois da entrega. Segundo eles, isso ocorre porque não possuem capital para pagar no momento da compra. Vendem o açaí para *maquineiros*²⁸ de Abaetetuba e outros municípios vizinhos, mas também para caminhoneiros que compram na sede do município (Abaetetuba) e levam para feiras de municípios vizinhos. Mas na maioria das vezes vendem para *empresas*²⁹ que ficam comprando também na sede do município.

Os marreteiros levam o açaí para os compradores. Esses marreteiros escoam o açaí da ilha por dois locais e gastam de duas a quatro horas de tempo para concluir o

²⁷ Recipientes de fibra vegetal que servem para armazenar o açaí com capacidade de 14 Kg.

²⁸ Os maquineiros são pessoas que compram o açaí dos agroextrativistas nas feiras das cidades e processam para revender para consumidores urbanos. Os maquineiros também são conhecidos como batedores.

²⁹ As empresas compram o açaí em grandes quantidades para processar e revender em outros estados e no exterior.

trabalho de entrega e percorrem uma distância entre dez e sessenta quilômetros. Ganham, segundo eles, em média três reais por paneiro de Açaí transportado. Os moradores reclamam do preço pago pelos marreteiros, que é tabelado pelos compradores (principalmente as empresas) e consideram um pagamento injusto pelo açaí. O tanto de açaí vendido aos marreteiros depende do tamanho da área de cada morador.

A venda na árvore também ocorre na Ilha do Capim, mas em menor quantidade. Essa relação mercantil ocorre quando marreteiros (na maioria das vezes de outros municípios) que tem equipe de *peconheiros* (pessoas que escalam as árvores) para "comprar" o *açaí no mato*³⁰. Essas equipes, normalmente compostas de várias pessoas, entram nas áreas de açaí e colhem uma quantidade compatível com a carga da embarcação. Depois de colhido, o morador dono da área conta a quantidade extraída e recebe o dinheiro no ato da entrega do açaí. O preço pago por esse marreteiro é o preço que está sendo pago por outros marreteiros. Essa prática de extração não é muito realizada na ilha porque os moradores reclamam que os *peconheiros* dos marreteiros estragam muito açaí no momento da coleta. Apesar de ser um outro canal de comercialização, não tem importância econômica porque os moradores não tiram vantagem em relação ao preço.

Outra forma de venda é na feira da cidade do município (Abaetetuba), que sempre ocorreu, mas em menor quantidade devido principalmente a duas razões: a oscilação nos preços da feira (que, apesar de ser pequeno em relação ao preço pago pelos marreteiros pode causar prejuízo se for um número maior de paneiros), e a falta de embarcação adequada para transportar o açaí até a feira. Essa relação mercantil ocorre na maioria das vezes de madrugada porque é o horário mais propício devido à maior circulação de compradores. A venda é feita para os marreteiros e poucas vezes para os *maquineiros* devido ao fato de que os marreteiros sabem qual é o melhor açaí da feira e são mais "articulados": o marreteiro compra o açaí e logo em seguida revende por um preço maior para os *maquineiros*. O preço pago pelos marreteiros é considerado injusto pelos ribeirinhos, pois esses compradores estipulam um valor abaixo da média da feira para poder ganhar o máximo na revenda.

³⁰ Vender açaí no mato significa que o marreteiro vai ser o responsável em levar os *peconheiros* para coletar o açaí na área do ribeirão.

Outra forma de comercialização é a venda adiantada de toda a safra, que ocorre na Ilha do Capim quando um dono de açazal precisa de dinheiro e vende sua produção da safra para um marreteiro e pega o dinheiro adiantado. O valor da produção é calculado pelos dois negociantes que, depois de entrarem em consenso, validam o negócio. No período da safra, o marreteiro vem apanhar o açaí até o dia marcado para encerramento do negócio. Isso é uma forma de venda que na maioria das vezes traz grandes prejuízos ao morador devido ao valor da produção ser calculado abaixo do que poderia produzir. Além disso, no período da safra, o morador não pode coletar açaí para sua alimentação. Esse tipo de comercialização ocorre principalmente porque a comercialização injusta e a necessidade de aquisição de outros produtos vão endividando o morador e contribuindo para que sua produção seja vendida antes da safra por um preço inferior ao que vale.

A venda de açaí de parte da safra também ocorre na Ilha do Capim. Essa relação mercantil ocorre quando um morador precisa de dinheiro para uma necessidade urgente e pega uma quantia em dinheiro com um marreteiro para pagar com açaí no período da safra, comprometendo de forma antecipada parte de sua safra com o marreteiro. No período da safra precisa vender açaí para esse marreteiro até quitar sua dívida. Essa relação também traz grandes prejuízos ao morador, que é obrigado a negociar com menos marreteiros e a vender a preços menores muitas vezes impostos pelo marreteiro, pois precisa pagar sua dívida.

Quadro 5: Algumas implicações de cada tipo de venda.

Tipos de venda	Vantagens	Desvantagens
Venda apanhado para marreteiro	Não precisa de transporte; Menor trabalho	Preços tabelados
Venda na árvore para marreteiro	Menor trabalho	Preços abaixo da média; Coleta desorganizada
Venda na feira em Abaetetuba	Possibilidade de preço melhor	Precisa de transporte (canoa); Maior custo e trabalho
Venda adiantado de toda a safra	Consegue o dinheiro no momento que deseja	Vende a produção por um valor inferior ao que vale; Não pode coletar para o consumo
Venda adiantado de parte da safra	Consegue o dinheiro que precisa	Contrai dívida antes da safra; É obrigado a vender para o marreteiro que deve, mesmo a preços menores

Fonte: Autor (2019).

Apesar da predominância destas relações mercantis, as relações de reciprocidade ainda persistem na Ilha do Capim, sendo o empréstimo a principal. Além de alimentos, as pessoas também emprestam principalmente materiais utilizados na produção de açaí como paneiro, encerado, sacas, embarcações entre outros (quadro 6).

Quadro 6: Tipos de relações econômicas envolvidas na extração dos produtos extrativistas no período da produção de açaí.

Relações econômicas	Mercantil	Períodos	Açaí	Pesca	Criação	Caça	Extração vegetal	Agricultura
		Venda apanhado para marreteiro	X	-	-	-	-	-
		Venda na árvore para marreteiro	X	-	-	-	-	-
		Venda na feira do município	X	-	-	-	-	-
		Venda adiantado de toda a safra	X	-	-	-	-	-
		Venda adiantado de parte da safra	X	-	-	-	-	-
	Reciprocidade	Empréstimo	X	X	-	-	X	X

Fonte: Autor (2019).

O quadro 6 mostra que a tendência de incremento dos processos produtivos nas relações mercantis no período da pesca se aprofundou no período do açaí. As relações de reciprocidade reduziram, fragilizando a resistência e os laços de confiança e desmobilizando processos de trabalho coletivo. A atividade de comercialização permaneceu, sendo realizada de forma individual por cada família.

Porém, pela primeira vez na história de comercialização dos produtos locais, iniciou-se um processo de organização coletiva da comercialização para o fortalecimento da gestão do território. A experiência surgiu quando foi decidido na assembleia da associação que seriam vendidos os frutos da bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e as madeiras caídas na área da reserva ecológica. Esta decisão ocorreu pela constatação da fragilidade da organização local na defesa do território, principalmente em função da dificuldade de arrecadação financeira. Por isso, no início do ano de 2019, foi decidido que a associação venderá os bens comuns florestais da reserva ecológica como forma de consolidar a organização comunal desta reserva e fortalecer o trabalho político da associação, principalmente de defesa do território. Esta experiência ainda está em construção, porém a decisão coletiva já está firmada. Esta experiência que será melhor detalhada no próximo capítulo reflete o surgimento de uma mudança na história das relações mercantis ao surgirem iniciativas de novas formas de comercialização diretamente ligadas ao fortalecimento da gestão do território.

4.5. OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS NA ILHA DO CAPIM PROVOCADOS PELA TRAJETÓRIA HISTÓRICA ESPECÍFICA DA LOCALIDADE

A trajetória histórica das relações econômicas na Ilha do Capim implicou na existência atual de problemas na comercialização e, conseqüentemente, um conjunto de desafios a serem enfrentados pelos moradores. Mas quais problemas e desafios são esses? Qual a relação destes problemas e desafios com a gestão do território? Essas questões podem ser respondidas pela trajetória histórica de comercialização da produção.

O primeiro problema é a ausência, em toda a história da localidade, de organização coletiva para realizar a comercialização. Isso pode ser resultado de fatores como: a manutenção prolongada do controle dos recursos naturais por grupos locais considerados historicamente como os *donos* da ilha; a distância dos centros urbanos; a dificuldade de acesso à infraestrutura necessária; e a inclinação histórica das

organizações locais para outras temáticas (saúde, educação) desvinculadas da comercialização da produção. Esta ausência organizacional representou uma abertura histórica da gestão do território para a presença de relações de expropriação da riqueza por agentes mercantis externos, mantendo a maioria das famílias em situação de pobreza. Nesse sentido, para Petersen (2013), é fundamental a construção de nichos de inovação local, ou seja, a construção de espaços sociais de aprendizagem sobre novas formas de comercialização que superem as barreiras impostas pela atual configuração das relações mercantis. A venda dos recursos da reserva representa o surgimento de um nicho de inovação que pode alavancar o fortalecimento de processos de aprendizagem na comercialização, de forma fortalecedora da gestão do território. Neste caso, o desafio está no fortalecimento dos nichos de inovação emergentes e na construção de novos espaços sociais de aprendizagem.

O segundo problema resulta do primeiro e caracteriza-se pela significativa dependência das famílias em relação aos marreteiros. A principal consequência é a elevada transferência do valor agregado (totalidade da riqueza produzida no estabelecimento durante um ano) para agentes mercantis dispostos ao longo da cadeia produtiva. Por causa deste fator, estão surgindo situações em que os moradores têm dificuldades de manter sua renda no final do processo produtivo. Todos os agentes da cadeia produtiva criaram organizações para garantir maiores lucros, com exceção dos agricultores. Essa situação torna os moradores cada vez mais vulneráveis diante das relações de poder no âmbito das relações mercantis. O desafio para a organização dos moradores está em construir iniciativas que aumentem o valor agregado (riqueza) da produção de forma alinhada ao fortalecimento da gestão do território. Nesse sentido, para Ploeg (2008) o desafio está na imersão diferenciada dos produtores no mercado sem perder sua autonomia relativa. É possível observar que a maior parte da riqueza produzida pelos moradores da Ilha do Capim não está ficando no território, ou seja, está sendo transferida para agentes mercantis externos ao território, principalmente os processadores que estão concentrando a maior parte da riqueza. Superar estes desafios pode contribuir significativamente na gestão do território pelos moradores.

O terceiro problema resultante da trajetória histórica de comercialização de produtos extrativistas na localidade é a redução das relações de confiança. Isso ocorreu em função da maior imersão das atividades produtivas nas relações mercantis e a consequente redução das relações de reciprocidade. Atualmente as relações econômicas

na Ilha do Capim possuem *sistemas mistos* (SABOURIN, 2014). Para Ostrom (1990) a redução das relações de confiança torna inviável a construção de experiências através da informalidade. Para esta autora, um tecido social com relações de confiança frágeis exige que as inovações sejam realizadas através de instituições. Por isso, a construção de nichos de inovação na comercialização dos produtos locais necessita da criação de arranjos institucionais que permitam superar a fragilidade das relações de confiança.

O quarto problema é o bloqueio da diversidade de produtos comercializáveis para o mercado. Devido a organização local não ter construído experiências de comercialização coletiva, a venda dos produtos se reduz ao pescado, ao camarão e ao açai, mas principalmente este último. A ilha possui uma diversidade de produtos que não são mobilizados para o mercado devido aos bloqueios criados pela configuração atual do processo de comercialização. A resolução deste problema é fundamental. Para Ploeg (2008) a diversificação da comercialização representa um mecanismo de recampanização, visto que reduz as relações de dependência de determinados agentes de mercado. Neste sentido, a diversificação da comercialização representa o aumento das margens de liberdade em relação a agentes externos, tornando possível a maior capacidade de negociação e fuga de relações de dependência. O desafio é criar canais de escoamento para comercializar a maior diversidade possível de recursos disponíveis no território.

Outra implicação das mudanças históricas nas relações econômicas na Ilha do Capim foi a crescente redução de relações de reciprocidade e a intensificação das trocas mercantis que provocou uma dinâmica crescente de simplificação dos processos produtivos nas áreas de várzea. Isso ocorreu principalmente pela influência da configuração dos mercados como cadeias longas exportadoras, demandantes de um único produto das florestas de várzea. Na Ilha do Capim, este produto é o açai.

No próximo capítulo, mostrarei a atual situação dos sistemas de produção provocada pelas mudanças históricas, buscando responder às questões: Qual o potencial da diversidade local? Quais os efeitos da estruturação dos mercados de produtos extrativistas nos sistemas produtivos e nas paisagens da Ilha? Quais as dificuldades de construção social dos mercados, na diversidade dos sistemas de produção? Desta forma, busco demonstrar que a construção social dos mercados é um processo premente para fortalecer a gestão do território e redirecionar a dinâmica de simplificação da paisagem,

assim como conservar as *bondades da natureza*³¹ essenciais à reprodução da comunidade local.

5. AS IMPLICAÇÕES DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NA DIVERSIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA ILHA DO CAPIM E AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE AÇAÍ

Neste capítulo descrevo a diversidade dos sistemas produtivos existentes na Ilha do Capim para mostrar o potencial produtivo principalmente do extrativismo e sua importância socioeconômica, cultural e ambiental para a comunidade. O extrativismo é muito importante no sistema produtivo local, por representar a maior contribuição na renda das famílias e gerar a maior diversidade de atividades econômicas e de espécies. A biodiversidade na ilha, em flora e fauna, permite que a população possa explorar os recursos de forma a suprir parte das necessidades no que diz respeito ao autoconsumo e também na geração de renda monetária e não monetária.

A Ilha começou a ser povoada há mais de 200 anos e apresenta características secularmente predominantes na região, como o acesso principal pelos rios, a presença de uma população essencialmente cabocla, exploração de três tipos de ecossistemas: a *várzea*, a *terra firme* e um *intermediário*, a margem dos rios (Anderson 1991).

A maioria das habitações dos moradores estão localizadas próximo ao rio em áreas de várzea. O tamanho das áreas de várzea das famílias varia entre 0,5 (meio) hectare e 40 (quarenta) hectares. Essa diferença entre os tamanhos das áreas é devido ao processo histórico da forma de ocupação da Ilha do Capim. Pois no início da ocupação humana da Ilha do Capim a terra era concentrada em algumas famílias e só depois de alguns anos é que começou a ser distribuída com famílias que vinham em busca de trabalho, mas com tamanhos diferenciados. Atualmente na Ilha do Capim ainda existe um pequeno número de famílias com grandes áreas.

Os sistemas produtivos da ilha são compostos por áreas cultivadas (sistema de cultivo) tanto na várzea como na terra firme, áreas de manejo e uso de recursos naturais nativos (sistema extrativista) principalmente na várzea e áreas com produção de animais domésticos (sistema de criação) tanto na várzea como na terra firme.

³¹ Para os povos originários andinos, as bondades da natureza correspondem ao que a economia ambiental conceitua como recursos naturais e serviços ecológicos (ou ecossistêmicos). Esta definição dos povos andinos ajuda a ressignificar a ideia de mercadoria, implícita na noção de “recursos naturais” (PETERSEN, 2009).

5.1. EXTRATIVISMO VEGETAL

As áreas de várzeas estão localizadas à margem da ilha. Nessas áreas localizam-se também os igarapés e lagos e se apresenta um fenômeno natural de periodicidade das águas ou regime de oscilação hídrica (Silva & Almeida, 2004) denominado localmente de *maré lançante* e que na comunidade chegam até um metro acima do solo de várzea. A figura 11 mostra o momento em que a água atinge sua maior altura acima do solo de várzea na Ilha do Capim e chega próximo a estrutura das casas dos moradores. Esse fenômeno de entrada e saída das marés sobre o solo (figura 11) permite um rápido transporte e ciclagem de nutrientes, contribuindo para a fertilidade do ambiente (SIOLI & SOARES, 2006).



Figura 11: Solo de Várzea submerso pela maré alta. Fonte: Autor (2019).

Na floresta de várzea predominam espécies nativas como o açai (*Euterpe oleraceae*) (figura 12), o açacu (*Hura crepitans*), o mututí (*Pterocarpus amazonicus* Huber), a pracuuba (*Mora paraensis*), o pacapuá (*Jacaranda copaia* (Aubl.) D Don), o facão (*Clitoria fairchildiana*), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba* Willd.), o mucunã (*Mucuna* spp.), a garachama (*Eugenia brasiliensis*), o erva-pão (*Artocarpus altilis* Park.), o marajá (*Bactris* spp.), a paxiúba (*Socratea exorrhiza*), a quaruba (*Vochysia maxima*), a andorinha (*Banara guianensis* Aubl.) a jarandeuca (*Pithecolobium Latifolium*), a mamorana (*Pachira glabra*).

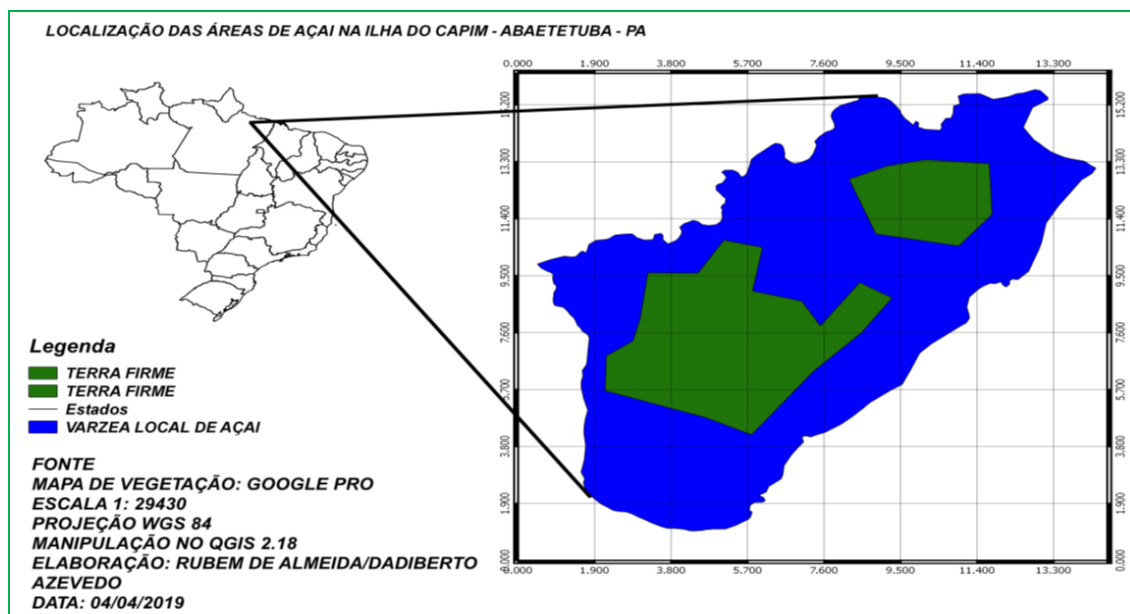


Figura 12: Localização das áreas de várzea na Ilha do Capim. Fonte: Rubem de Almeida e Dadiberto Azevedo (2019).

Além dessas espécies existem outras que iremos mostrar na figura 13 como o murumuru (*Astrocaryum murumuru*) (figura 13a), a samaúma (*Ceiba pentandra*) (figura 13b), o taperebá (*Spondias monbim* L.) (figura 13c), o jupatí (*Raphia taedigera*) (figura 13d), a andiroba (*Carapa guianensis*) (figura 13e), a ucuuba (*Virola surinamensis*) (figura 13f), o Jenipapo (*Genipa americana*) (figura 13g), a siriúba (*Avicennia schaueriana*) (figura 13h), a palhera (*Manicaria saciferi* Gacynth.) (figura 13i), o mangueiro (*Rhizophora mangle* L.) (figura 13j), a seringueira (*Hevea brasiliensis*) (figura 13), o miriti (*Mauritia flexuosa*) (figura 13m), entre outras.

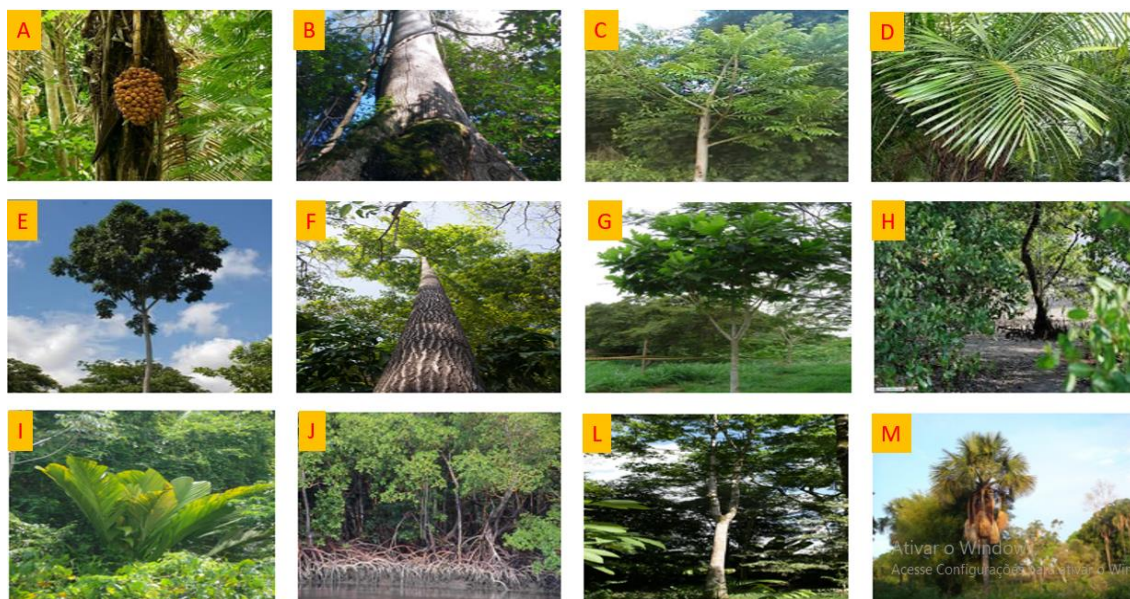


Figura 13: Algumas espécies da Várzea. Fonte: Autor (2019).

Com exceção do açaí, as demais atividades produtivas na área da várzea não possuem muita importância em termos de geração de renda monetária, porém contribuem de forma significativa no consumo doméstico (alimentar e não alimentar), em diferentes períodos do ano. O miriti (*Mauritia flexuosa*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e a palheira (*Manicaria saccifera gaertn*) são as principais espécies utilizadas, mas existe uma grande variedade de espécies utilizadas de diferentes formas, como é possível observar no quadro 7.

Quadro 7: Espécies encontradas na várzea e formas de uso.

Espécie	Uso
Miriti (<i>Mauritia flexuosa</i>)	Alimentação da família e dos animais e tronco utilizado como “estivas ³² ”
Murumuru (<i>Astrocaryum murumuru</i>)	Alimentação dos animais
Taperebá (<i>Spondia monbim L.</i>)	Alimentação dos animais
Seringa (<i>Havea brasiliensis H. B. K.</i>)	Alimentação dos animais
Mututi (<i>Pterocarpus amazonicus Hub.</i>)	Raiz para confeccionar o viveiro de camarão
Genipapo (<i>Genipa americana L.</i>)	“Comidía” para mucura
Mucunã (<i>Mucuna spp. L.</i>)	Fibra para confeccionar a “puqueca”
Pacapuá (<i>Jacarandá copaia (Aubl.) D Don.</i>)	Tronco para lenha
Ucuuba (<i>Virola surinamensis Warb.</i>)	Para madeira e medicinal
Pracuuba (<i>Lecointia amazônica Ducke</i>)	Madeira
Palheira (<i>Manicaria saciferi Gacyth.</i>)	Folhas para cobertura de casas, frutos para tomar água.
Andiroba (<i>Carapa Guianensis</i>)	Madeira e produção de óleo para fins medicinais
Andorinha (<i>Banara guianensis Aubl.</i>)	Produção de lenha
Jarandea (<i>Pithecolobium Latifolium</i>)	Birro ³³ estrutura para a pesca de Matapi
Mamorana (<i>Pachira glabra</i>)	Fibra para confeccionar Puqueca ³⁴
Mangueiro (<i>Rhizophora mangle L.</i>)	Raiz para tingir linha de pesca
Jupatí (<i>Raphia taedigera</i>)	Comidía ³⁵ para mucura e coleta de fibra vegetal
Siriúba (<i>Avicennia schaueriana</i>)	Contenção de erosão

Fonte: Autor (2018).

³² Suportes que são colocados nos caminhos ao longo da várzea para facilitar o trânsito de pessoas.

³³ Varas de galhos de árvores para fixar o Matapi na praia de lama.

³⁴ Isca utilizada dentro do Matapi para atrair o camarão.

³⁵ São plantas que produzem algum tipo de alimento que atrai as caças, servindo como local de captura.

A *terra firme* não produz o açaí nativo devido às condições do solo e maior custo na produção, pois é uma região localizada no centro da ilha e não sofre influência das marés devido ao relevo mais alto. A terra firme é constituída pela reserva ecológica e a beira da terra firme (figura 12). A beira da terra firme está localizada ao redor da reserva ecológica e tem uma largura que varia de 100 a 200 metros que separa a área da reserva da área de várzea. Nesta área estão instaladas algumas casas de moradores e é usada para criação de animais e pequenas roças. Estas áreas estão sendo transformadas em sítios rodeados de fragmentos florestais com baixo adensamento de espécies através do raleamento da floresta. A reserva ecológica é uma área de 180 hectares no centro da Ilha. A reserva ecológica faz parte de algumas ações da associação de moradores para contribuir na preservação do capital ecológico da ilha. Foi criada e demarcada no ano de 2012 pelos próprios moradores. Sua criação foi motivada por dois fatores: a exploração em regime de livre acesso realizada pela comunidade sem respeito às regras de uso do Plano de Utilização³⁶ (PU) e como estratégia de resistência à entrada das empresas mineradoras do município de Barcarena. A criação da reserva definiu uma área de uso coletivo onde nenhum morador pode utilizar os recursos naturais sem o consentimento da associação do assentamento. A reserva ecológica foi uma experiência da comunidade, regularizada e formalizada em vários órgãos, inclusive o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esta área é constituída por floresta em estágio médio de regeneração, rica em animais silvestres e recursos florestais madeireiros e não-madeireiros. Entre as espécies madeireiras destacam-se o acapu (*Vouacapoua americana*), o angelim (*H. petraeum*), a massaranduba (*Manilkara bidentata*), o visgueiro (*Parkia pendula*), o Para-para (*Jacaranda copaia*), entre outros. As principais espécies não-madeireiras são o inajá (*Attalea maripa*), o tucumã (*A. aculeatum*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), entre outros. Essas espécies também são muito importantes para a comunidade e possuem diferentes formas de uso.

5.1.1. SISTEMA DE CULTIVO

A principal atividade produtiva realizada na várzea atualmente é o extrativismo de açaí (*Euterpe oleraceae*). No entanto, os moradores cultivam várias espécies principalmente na Várzea e organizam o plantio de forma aleatória em toda sua área e protegendo espécies nativas como o buriti. Os plantios são feitos de acordo com as

³⁶ Plano de utilização (PU) é um conjunto de regras criado e formalizado pela comunidade para controlar a forma como os recursos naturais seriam utilizados.

características de cada planta, dependendo de sua exigência por luminosidade e condições do solo, deixando as espécies cultivadas em meio às espécies nativas. São cultivadas espécies frutíferas como o Biribá (*Rollinia mucosa* (Jacq.) Baillón), a Manga (*Mangifera indica* Wall.), o Cacau (*Theobroma cacao*), o Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o Caju (*Anacardium occidentale* L.), o Coco (*Cocos spp*), a Graviola (*Annona muricata*), a Banana (*Musa spp.*), o Urucum (*Bixa orellana*), o Limão (*Citrus limon* L.), o Jambo (*Syzygium malaccensis* Skeels), a Goiaba (*Psidium guajava* L.), a Cuia (*Crescentia cujete* Ducke), o Bacuri (*Platonia insignis*), a Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* Mart.), a Mandioca (*Manihot esculenta*) entre outros. É realizado também o cultivo de espécies medicinais como a erva-cidreira (*Kyllinga odorata*) o capim marinho (*Cymbopogon citratus*), a canela (*Cinnamomum zeylanicum* Blume), a hortelã (*Mentha piperita*), a babosa (*Aloe vera*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) entre outros.

Para entender a importância de algumas espécies vegetais tanto do extrativismo como do cultivo para a comunidade, procurei valorar os principais produtos da comunidade (quadro 8).

Quadro 8: Produtos de origem vegetal encontrados na Ilha do Capim e seus respectivos valores de mercado local.

Espécie	kg	L	Unidade	Lata	Milheiro	R\$
Limão	x					5,00
Cacau	x					12,00
Cupuaçu	x					1,20
Banana	x					5,00
Buriti	x					1,00
Macaxeira	x					3,00
Farinha	x					6,00
Pupunha	x					7,00
Coco			x			1,00
Bacuri			x			1,00
Laranja			x			0,30
Abacaxi			x			5,00
Biribá			x			2,00
Óleo de Andiroba		x				40,00
Urucum		x				8,00
Bacaba				x		10,00
Manga					x	30,00

Fonte: Autor, 88 famílias entrevistadas (2018). Legenda: KG: quilograma; L: litro; Lata: 14 kg ou 0,18m³; Milheiro: 10³ unidades

A maioria das famílias utiliza estas espécies apenas para o seu consumo, sendo todas cultivadas em pequena quantidade, e algumas delas produzem frutos que não são totalmente colhidos ao longo da safra devido à ausência de equipamento para processar e armazenar. Esses preços são os valores os quais seriam vendidos caso ocorresse uma negociação, ou seja, o valor de oportunidade. Ocorrem algumas vendas dentro da comunidade entre os próprios moradores, mas não é frequente. No entanto na pesquisa foi possível calcular também a média das quantidades produzidas na comunidade (Quadro 9).

Quadro 9: Produção total (88 famílias) de alguns produtos de origem vegetal na Ilha do Capim e valor de mercado em 2018.

Quantidade total						
Variedade	Kg	L	Unidade	Lata	Milheiro	R\$
Limão	661					3.305,00
Cacau	42					504,00
Cupuaçu	593					711,60
Banana	840					4.200,00
Manga					19	570,00
Buriti	494					494,00
Bacaba				36		360,00
Óleo de Andiroba		49				1.960,00
Macaxeira	16					48,00
Urucu		41				328,00
Coco			473			473,00
Bacuri			19			19,00
Laranja			6			1,80
Abacaxi			5			25,00
Pupunha	8					56,00
Biriba			70			140,00
Farinha de Mandioca	300					1.500,00

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Os dados do quadro 9 correspondem à quantidade consumida e vendida pelos moradores, no entanto alguns desses produtos vegetais como o buriti e a bacaba são encontrados em dezenas de toneladas na comunidade e somente a bacaba teve comercialização iniciada recentemente, mas em pequena quantidade devido à ausência de mercado, sendo utilizada uma pequena parte para o consumo.

Além disso, alguns moradores praticam um conjunto de atividades remuneradas (não agrícolas) para complementar a renda, como a rabetagem, que é o transporte de uma pessoa executado com uma canoa a determinado local de forma remunerada; a fretagem, que é o aluguel da canoa a alguém por um determinado tempo; a troca de combustível em embarcações que passam na região com produtos da comunidade como peixes e frutos; a capina de açazais em estabelecimentos vizinhos; a apanhação de açaí; a atividade doméstica em casas de outros moradores; e a marretagem que são atividades desenvolvidas por atravessadores. São atividades que contribuem com a renda familiar, no entanto são desenvolvidas de forma esporádica e algumas tem baixa remuneração.

5.1.2. EXTRATIVISMO ANIMAL: PESCA ARTESANAL

A pesca é realizada principalmente nas proximidades da ilha para a venda e autoconsumo ou por pescadores que viajam para outras localidades de maior distância. A pesca artesanal é a segunda atividade econômica em ordem de relevância na economia das famílias. Na Ilha do Capim são desenvolvidas a pesca de Camarão e de peixe (Quadro 10). A pesca do Camarão (*Macrobrachium carcinus*) tem o seu ápice durante o mês de maio, apesar de se estender por todo o ano com uma produção oscilante. Quanto ao pescado, é capturado em maior quantidade durante os meses de Junho e Julho.

Quadro 10: Calendário sazonal de algumas atividades de pesca na Ilha do Capim.

Produto/meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	dez
Pesca de peixe			x	x	x	x	x	x	x	x		
Camarão	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Autor (2018).

Há na Ilha do Capim uma diversidade de espécies de peixe que podem ser encontrados em diferentes regiões. Nos rios, *igarapés* e *praias* são capturados principalmente *peixes* como o Jacundá (*Crenicichla lenticulata*), a Tarieira (*Hoplias malabaricus*), o Matupiri (*Tetragonopterus Chalceus*), o Charruque (*Parauchenipterus galeatus*), o Babau (*Colomesus asellus*), a Caratinga (*Geophagus proximus*), o Jiju (*Hoplerythrinus unitaeniatus*), o Tucunaré (*Cichla* spp.), o Aracu (*Leporinus friderici*), o Muré (*Bathygobius soporator*), o Mandii (*Pimelodus maculatus*), o Mandubé (*Ageneiosus* spp.), a Arraia (*Potamotrygon hystrix*), o Acará (*Geophagus brasiliensis*), o Tambaqui (*Colossoma macropomum*), a Tainha (*Mugil brasiliensis*), o Aracu (*Leporinus friderici*), o Jundiá (*Rhamdia quelen*), o Piracatinga (*Calophysus*

macropterus), Ituí terçado (*Gymnotus carapo.*), Piranambu (*Platynematichthys notatus*), Acari (*Hypostomus affinis*), Ituí branco (*Eigenmannia virescens*), entre outros. Algumas práticas e tecnologias utilizadas na Ilha do Capim de acordo com cada categoria de pesca são descritas no quadro 11.

Quadro 11: Categorias de pesca, práticas e tecnologias.

CATEGORIA	PRÁTICA	TECNOLOGIA
Pesca de Mapará	Arrasta	Rede plástica/barcos/motor
Pesca de Filhote	Escora	Rede plástica/barcos/motor
Pesca de Sarda	Boiado	Rede plástica/barcos/vela
Pesca de camarão	Amarra na margem do rio	Mapati/canoa/remo/vela
Pesca de Gapuia	Seca o lago e coleta	Mocooca e conha
Pesca de Espinhel	Escora	Anzol/canoa/remo/vela
Pesca de Jacundá	Revestimento	Taboca

Fonte: Autor, (2018).

Outro local em que é possível encontrar os peixes são os pesqueiros (figura 14). Nesses locais identificados pelos moradores como espaços de maior ocorrência de determinada espécie de peixe podem ser encontrados a Pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*), o Mapará (*Hypophthalmus edentatus*), a Dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), a Sarda (*Pellona castelnaeana*), o Filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), entre outros.

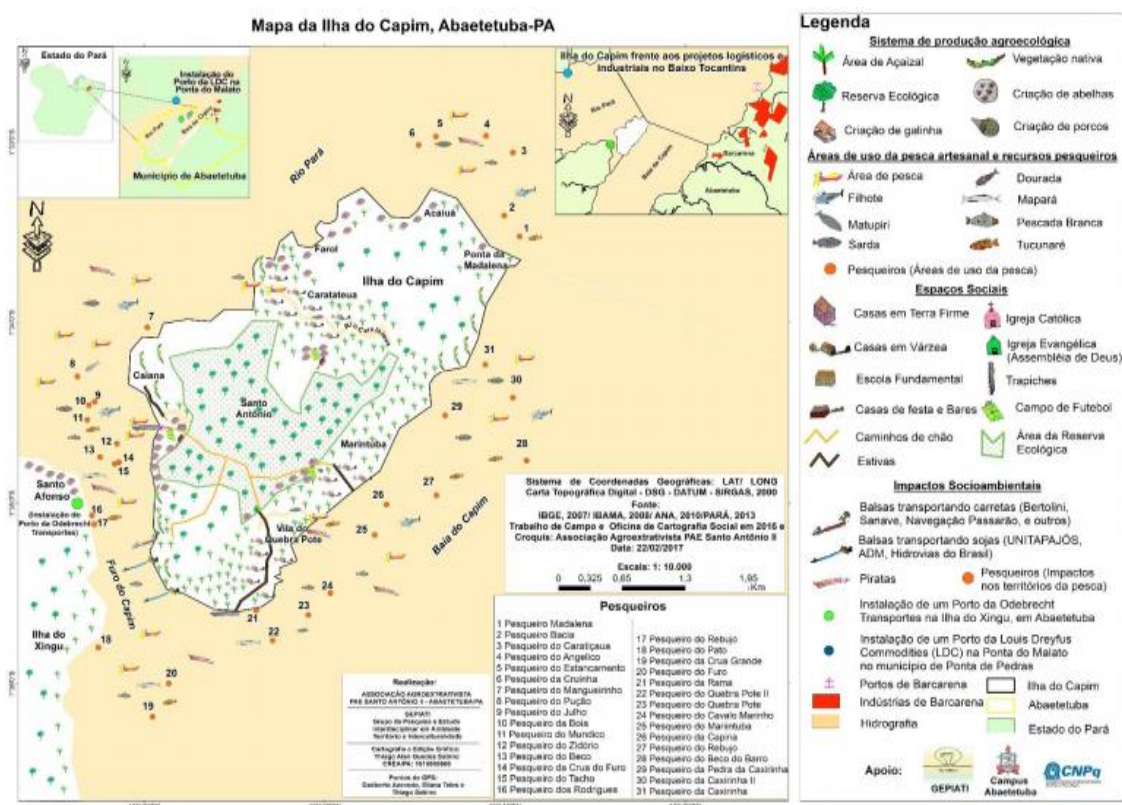


Figura 14: Mapa da Ilha do Capim e localização dos pesqueiros. Fonte: Boletim da cartografia social da Ilha do Capim (2017).

Os pescadores utilizam os pesqueiros de acordo com o tipo de peixe que pretendem capturar. Outros fatores que influenciam a escolha dos pesqueiros é o tipo de *maré*³⁷, a força do vento, a turbidez e o nível da água.

5.1.3. EXTRATIVISMO ANIMAL: CAPTURA OU CAÇA DE ANIMAIS

A atividade de captura de animais é muito importante para os moradores da comunidade, pois tem grande contribuição na alimentação. É praticada por todos os moradores na floresta de terra firme, na floresta de várzea e na beira da ilha. Na floresta da terra firme são capturados a Mucura (*D. marsupialis*), o Cuandu (*Coendou prehensilis*), o Tatu (*Dasytus spp.*), o Veado (*Mazama gouazoubira*), a Paca (*Cuniculus paca*), a Cutia (*Dasyprocta punctata*), a Preguiça (*Bradypus variegatus*), o Juruti (*Leptotila verreauxi*), entre outros. Todos estes animais são utilizados para o consumo familiar. Algumas categorias de captura, práticas e tecnologias utilizadas na Ilha do Capim, de acordo com cada animal são apresentadas no quadro 12.

³⁷ Os moradores diferenciam dois tipos de marés: a lançante e a morta. A maré lançante é aquela que cobre o solo de Várzea e tem maior velocidade para aumentar e diminuir o nível de volume. A maré morta não entra no solo de Várzea e sua velocidade para aumentar e diminuir o volume é menor.

Quadro 12: Categorias de captura, práticas e tecnologias.

CATEGORIA	PRÁTICA	TECNOLOGIA
Captura de tatu	Varrida/escava	Arma de fogo/terçado
Captura de mucura	Armadilha/oco da árvore	Mundé ³⁸
Captura de cutia	Atiçar o cachorro ³⁹	Arma de fogo
Coleta de ovos	Escavação	Terçado

Fonte: Autor, (2018).

Na floresta de várzea e beira da ilha existe também uma grande diversidade de animais, entre os mais capturados estão o Camaleão (*C. chamaeleon*), o Soiá (*A. sylvaticus*), o Jabuti (*Geochelone* spp.), o Carumbé (*Chelonoidis carbonaria*) e a Perema (*R. punctularia*). Estas espécies são utilizadas na alimentação. Além desses existe o Socó-boi (*Tigrisoma lineatum*); a Cigana (*Opisthocomus hoazin*), o Caramujo (*Littorina littorea*) o Sarará (*Armases benedicti*), a Garça (*A. alba*), o Jacurarú (*Tupinambis teguixin*), a Saracura (*A. saracura*), entre outros. Os instrumentos de captura mais utilizados são armas de fogo, terçado e arapuça.

5.1.4. SISTEMA DE CRIAÇÃO

Os moradores criam animais desde a ocupação da ilha e é uma atividade muito importante, pois tem grande contribuição na renda monetária e não monetária das famílias. Entre os principais animais estão os Suínos (*Sus scrofa domesticus*), Patos (*Anas platyrhynchos*), Galinhas (*Gallus gallus domesticus*), Perus (*Meleagris gallopavo*), entre outros. A base da alimentação são frutos e sementes como o miriti, o inajá, o tucumã, a seringa, o murumuru, a Ucuúba (*Virola surinamensis*), entre outras que podem ser compradas, como o farelo, a ração. Também são utilizados restos de alimento.

A maioria das famílias cria animais, principalmente para consumo próprio. Os principais são suínos e aves (frango, pato e peru). O sistema de criação da Ilha do Capim e o extrativismo animal (pesca artesanal e captura) desempenham um importante papel no fornecimento de alimentação saudável e na renda das famílias nos períodos de escassez de outras fontes de alimentação que ocorre em alguns meses do ano, devido a

³⁸ Armadilha confeccionada pelos moradores da comunidade para capturar para capturar alguns animais entre eles a mucura.

³⁹ Incentivar com gritos o cachorro na floresta para ele capturar a caça.

algumas regras orientadas pela comunidade, sazonalidade e impactos ambientais. Nas famílias entrevistadas foi possível calcular a média dos valores de alguns de seus produtos de origem animal (Quadro 13).

Quadro 13: Produtos de origem animal encontrados na Ilha do Capim e seus respectivos valores de mercado local.

VARIEDADE	KG	UNIDADE	R\$
Galinha		x	40,00
Peru		x	100,00
Pato		x	60,00
Ovos		x	0,50
Suíno	x		12,00
Tatu	x		35,00
Paca	x		35,00
Cutia	x		25,00
Mucura	x		15,00
Filhote	x		20,00
Dourado	x		15,00
Mapara	x		10,00
Pescada	x		7,00
Sarda	x		10,00
Tainha	x		12,00
Camarão	x		15,00
Peixe do mato	x		15,00
Tucunaré	x		12,00

Fonte: Autor, (2018). Legenda: Peixe do mato: Jacundá, Charruque, Acará tinga, Jandiá, Aracú e Acará.

A partir desses dados, foi possível calcular também o valor total da produção animal (incluindo criação, captura e pesca artesanal) das famílias entrevistadas na Ilha do Capim (Quadro 14).

Quadro 14: Produção de origem animal na Ilha do Capim e seu valor de mercado no ano de 2017 em 70% das famílias da comunidade. Soma das médias das famílias.

Quantidade total			
Variedade	Kg	Unidade	R\$
Galinha		589	23.560,00
Peru		34	3.400,00
Pato		38	2.280,00
Ovos		2441	1.220,50
Suíno	1680		20.160,00
Filhote (peixe)	3809		76.180,00
Mapará (peixe)	2507		25.070,00
Pescada (peixe)	7200		50.400,00
Sarda (peixe)	3436		34.360,00

Tainha (peixe)	615		7.380,00
Camarão (crustáceo)	4587		68.805,00
Tatu	61		2.135,00
Paca	12		420,00
Cutia	42		1.050,00
Mucura	41		615,00
Peixe do mato	145		2.175,00
Tucunaré	6		72,00
Dourado	1718		25.770,00

Fonte: Autor, (2018).

O quadro 14 mostra ainda que existe também muita produção animal e que tem grande contribuição para a comunidade, pois dispõe de alimento em vários períodos do ano e diminui a dependência de outros produtos. Entre essa diversidade de espécies vegetal e animal tem o açaí que possui uma produção expressiva na comunidade e grande importância econômica.

Na Ilha do Capim os moradores combinam a produção de açaí com outros sistemas produtivos de várias formas, a interação ocorre de acordo com as estratégias adotadas para cada realidade. Existem famílias que trabalham com açaí de forma mais intensiva. Essas famílias diminuem o tempo de trabalho em outras atividades para dedicar maior tempo no manejo de açaí. Existem também famílias que dedicam maior tempo de trabalho em outras atividades como a pesca e praticam um manejo de açaí moderado e menos exigente em mão de obra. Essas estratégias ocorrem devido à aptidão de algumas famílias por determinada atividade como a pesca. Além da combinação entre os sistemas produtivos existe também forte interação no uso das espécies, na execução das práticas produtivas. Um exemplo disso é o uso da *tala* (fibra vegetal) de Jupati (*Raphia taedigera*) para confeccionar o Matapi, instrumento utilizado na pesca para capturar Camarão (*Macrobrachium carcinus*) (Figura 15).



Figura 15: Matapi (Instrumento de captura de Camarão) confeccionado com fibra vegetal. Fonte: Autor (2018).

5.2. DO EXTRATIVISMO AO MONOCULTIVO DO AÇAÍ

Na Ilha do Capim, atualmente, a principal fonte de renda monetária origina-se da produção e comercialização de açaí. Embora sejam realizados vários tipos de atividades econômicas como a pesca, a captura e a criação de animais, a produção de açaí tem um papel de destaque na composição da renda. O açaí é muito importante não somente porque é produzido e comercializado pela maioria das famílias, mas também porque representa um dos principais componentes de sua dieta alimentar diária.

Para compreender a produção total da comunidade foi analisado a produção em rasas (figura 16) no período da safra e entre safra. No período da entre safra de 2017 na Ilha do Capim foi contabilizado 6.378 rasas de açaí e no período da safra foi contabilizado 38.561 rasas de açaí.

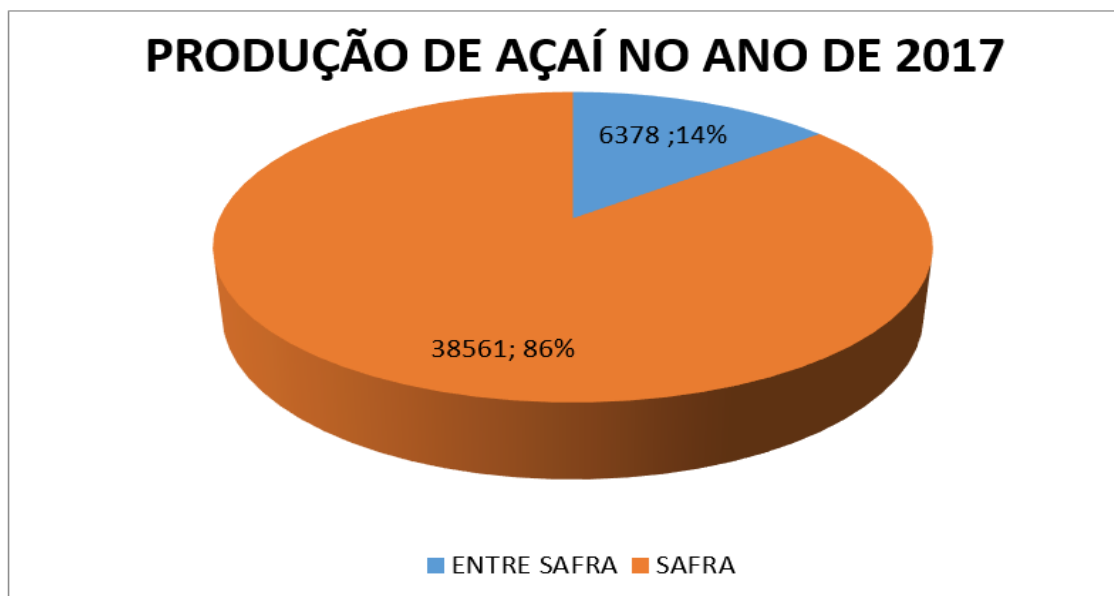


Figura 16: Produção de açaí anual de 88 famílias, no período da entre safra e safra (Produção total em rasas e porcentagem). Fonte: Autor (2018).

A extração começa em agosto e se prolonga até Dezembro. É nesse período que ocorre a comercialização do fruto. Nos demais meses do ano, a produção é voltada mais para o consumo, e uma pequena parte é para venda. Existe, em determinados locais de exploração, um atraso na frutificação chamado localmente de *safra fora de época*, que pode prolongar a produção de fevereiro a março. Esta atividade está tendo uma elevada pressão dos mercados devido ao aumento da demanda por este produto e do conseqüente aumento dos preços no mercado.

Os dados de produção levantados com 88 famílias entrevistadas somam 44.939 (quarenta e quatro mil novecentas e trinta e nove) rasas que equivalem a 629.146 (seiscentos e vinte e nove cento e quarenta e seis) toneladas de açaí *in natura* para o ano 2017, que multiplicados por unidade de rasa (14 Kg) em cada período, são distribuídas em 89,292 toneladas (14%) na entre safra e 539,85 toneladas (86%) no período da safra.

Apesar das dificuldades enfrentadas na comercialização do açaí, é possível perceber a importância econômica desse produto para as famílias em relação a outros produtos na Ilha do Capim (figura 17) no entanto a distribuição da renda do açaí é diferenciada em cada núcleo familiar devido a diferença no tamanho das áreas de várzea de cada produtor.

Para saber a média do valor da produção de açaí em 2017 foi encontrado a média do período da safra e do período da entre safra de forma separada, devido a média de preços da safra e entre safra serem diferentes. Depois foi multiplicado a média do período da safra pela produção do respectivo período e feito o mesmo para o período da

entre safra. A média de preço do período da safra em 2017 foi de R\$ 20,00 e da entre safra foi de R\$ 55,00.

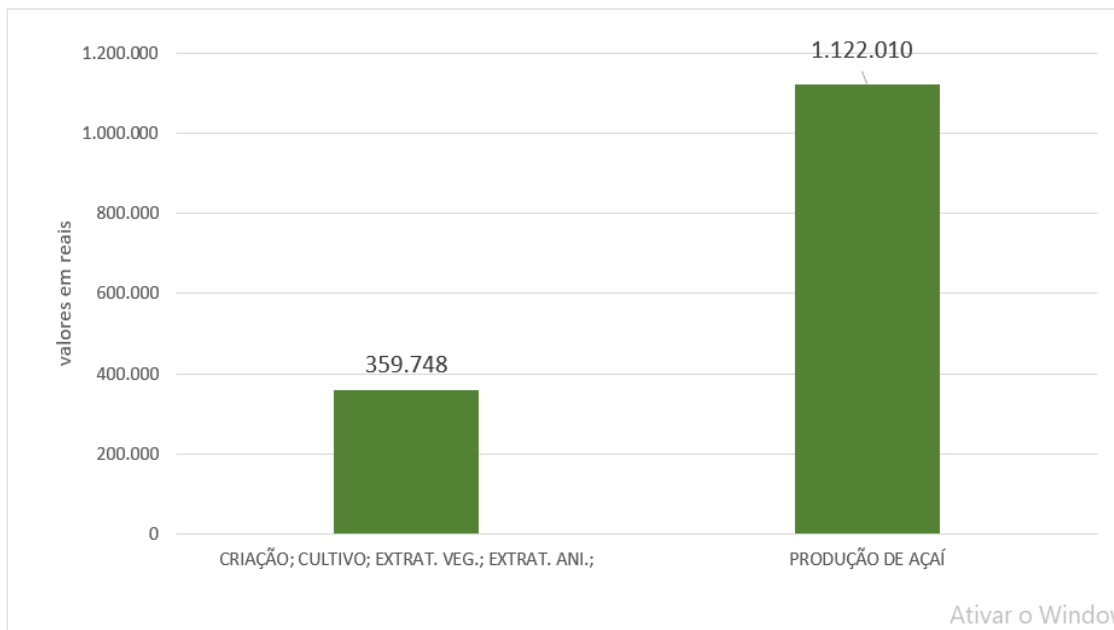


Figura 17: Soma do valor da renda de 88 famílias obtida através da produção de açaí em 2017, comparado com as demais atividades agroextrativistas (valores em reais). Fonte: Autor (2018).

A figura 17 mostra a importância do açaí na renda das famílias e a diferença econômica entre os demais produtos, pois é o período de maior riqueza da comunidade. Isso ocorre devido a ausência histórica de organização coletiva do mercado que contribuiu para o bloqueio da diversidade.

Além da contribuição na renda obtida pela produção de açaí pelas famílias é possível perceber que essa atividade distribuiu parte da renda dentro da comunidade de várias formas. A primeira é na atividade de coleta do fruto que precisa de pessoas experientes como os próprios moradores que são contratados para fazer a atividade, inviabilizando a entrada de empresas terceirizadas por grupos de fora da comunidade, facilitando o diálogo para a remuneração justa das atividades. Outra atividade que contribuiu na distribuição da renda do açaí é a produção de cestos de fibra vegetal feita pelos próprios moradores artesãos com matéria prima local para armazenar o açaí durante a coleta e transporte. A atividade de manejo também ajuda na distribuição de renda entre as famílias da Ilha do Capim, pois ocupa um grande número de moradores nesse trabalho.

5.2.1. RUMO A UMA ESPECIALIZAÇÃO

5.2.1.1. Tipos de manjo

Na Ilha do Capim, os moradores manejam roçados de açaí nas matas de várzea, que se caracterizam pela diversidade de espécies pelo consórcio que ocorre em algumas áreas e atualmente pelo monoextrativismo que começa a ser notado devido à pressão do mercado que tem influenciado muitos moradores a esse tipo de práticas. Segundo Jardim (2004, p. 84) *o manejo envolve o desbaste de estipes altos, finos e com baixa produção de frutos e o raleamento por corte ou anelamento de espécies arbóreas sem valor econômico local ou utilizado apenas como lenha*. De acordo com Reijntjes et al. (1995) o sistema de manejo está diretamente ligado ao sistema de produção.

Na Ilha do Capim o manejo é caracterizado pela inserção de práticas agrícolas, relacionadas ao manuseio do solo, da cobertura vegetal e da água, desenvolvidas pelos moradores e empregadas principalmente para fins de produção vegetal, mas também animal. As formas de manejo são escolhidas de acordo com os seus respectivos conhecimentos tradicionais (empírico), seus interesses e possibilidades socioeconômicas e ambientais. Algumas práticas e tecnologias relacionadas ao manejo de açaí são apresentadas no quadro 15.

Quadro 15: Práticas e tecnologias utilizadas no manejo e extração do açaí.

CATEGORIA	PRÁTICA	TECNOLOGIA
Manejo do açaí nativo	Capina (manual e mecanizada) Desbaste, raleamento, extração do palmito	Maquina(roçadeira), terçado, bota, machado
Extração do açaí	Apanhar, debulhar e carregar	Sapato, incerado, rasa, peconha, faca

Fonte: Autor (2018).

Geralmente os moradores escolhem as porções de solo mais apropriadas para cada espécie, configurando um arranjo disperso entre elas, devido à característica de heterogeneidade das condições da várzea. As plantas cultivadas são misturadas nas parcelas. Outro critério utilizado na construção dos consórcios é a luminosidade, de forma que as culturas são plantadas em locais onde ocorre maior abertura de vegetação conferindo menor competição com outras espécies, principalmente o açaí. Além do açaí, dentre as mais cultivadas estão o limão (*Citrus limon* L.), a manga (*Mangifera indica* Wall.), o cacau (*Theobroma cacao*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), entre outras.

Em todos estes tipos de manejo desenvolvidos pelas famílias na Ilha do Capim, existe a exploração do palmito. Para isso, são eliminadas grandes quantidades de estipes de açazeiros em decorrência da própria atividade. Esta exploração ocorre, em sua maioria, por ocasião do manejo dos açazais para a produção de frutos e aproveitamento econômico deste subproduto para a venda com o objetivo também de utilizar o palmito para contribuir no pagamento dos custos do manejo.

Entre as áreas de várzea onde são desenvolvidas as atividades de produção de açaí, observamos uma grande diferença nas formas do manejo. Nas parcelas pesquisadas foi possível observar que os moradores realizam, três tipos de manejo de açazais na várzea: o manejo leve ou pouco manejado, o manejo moderado e o manejo intensivo. Esses manejos se diferenciam principalmente em quantidade de fruto, diversidade de espécies e mão de obra utilizada.

5.2.1.2. MANEJO LEVE

Poucas famílias ainda exploram os açazais com manejo leve ou pouco manejado na Ilha do Capim. As práticas empregadas são a retirada de algumas espécies principalmente para a obstrução de locais de difícil acesso para chegar até as touceiras e a coleta dos frutos. São famílias que dependem de atividades fora do estabelecimento familiar e utilizam o açaí para venda e consumo, mas sem muito aprimoramento no manejo. Devido à estratégia adotada em retirar poucas palmeiras o manejo leve utiliza pouca mão de obra familiar e tem baixo custo.

O açazal que utiliza manejo leve possui luminosidade baixa devido ao maior adensamento e diversidade de árvores em relação aos tipos de manejo intensivo e moderado. Devido à vegetação estar muito fechada, tem maior quantidade de estipes por touceira em relação ao manejo moderado, diminui a intensidade de plantas espontâneas e estipes de açaí, provoca o estiolamento dos estipes, tem baixa produtividade na safra em relação aos outros tipos de manejo e não produz na entre safra.

Também é possível perceber nas áreas de manejo leve um período curto e específico de floração durante o ano. A safra também ocorre com maior intensidade em um período curto e específico do ano (quadro 16).

Quadro 16: Período de floração, produção e coleta.

Manejo leve	Períodos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Floração do açaí		X	X	X	X							
Produção de frutos e colheita do açaí									X	X	X	X	X

Fonte: Autor (2018).

O período de floração e produção específico e curto em relação a outros tipos de manejos ocorre devido às práticas desenvolvidas pelos moradores. Isso aumenta o período da entressafra do açaí, no entanto, preserva maior diversidade por hectare (quadro 20, mais à frente). O solo apresenta maior cobertura morta (acúmulo de matéria orgânica) devido à alta diversidade de espécies comparadas com outros tipos de manejos. A área total é manejada parcialmente envolvendo algumas parcelas de forma aleatória e em um intervalo de tempo maior.

5.2.1.3. MANEJO MODERADO

No manejo moderado é utilizada mão de obra principalmente familiar na roçagem do açaizal e os moradores demonstram algumas habilidades no manejo relacionado às estratégias adotadas. Entre as práticas de manejo adotadas fazem a roçagem, também conhecida localmente como *capina*, que é a retirada de espécies com menos de dois metros de altura; o desbaste moderado dos estipes, que é a diminuição do número de indivíduos em cada touceira de açaí; o raleamento seletivo da mata eliminando espécies com menor valor econômico, consorciando essências florestais e frutíferas, priorizando espécies de valor econômico. Segundo os moradores, estas culturas são utilizadas também para diminuir os custos com limpeza de área, devido ao seu sombreamento e por exigirem menor luminosidade, diminuindo a competição por luz com o açaí, por suportarem ambiente úmido e por serem utilizados no consumo das famílias. Esse sistema de cultivo é praticado por uma pequena parcela das famílias, pois a maior parte dos produtores está adotando o manejo intensivo de açaizais para atender às exigências do mercado. Nesse manejo, a luminosidade é média em função do elevado adensamento dos estipes de açaí na touceira e de outras árvores. O período de maior floração e produção é mais homogêneo durante o ano em relação ao manejo leve (Quadro 17).

Quadro 17: Período de floração, produção e coleta.

Manejo Moderado	Períodos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Floração do açaí		x	x	x	x				x	x	x	
Produção e colheita do açaí			x	x	x				x	x	x	x	x

Fonte: Autor, (2018).

A parcela manejada não corresponde à área total. Isso contribui para a expressiva diversidade de espécies encontradas nesse tipo de manejo principalmente florestal, alto perfilhamento de estipes, estiamento decrescente, baixa produção na entressafra, porém em crescimento. Intervalo de tempo entre a realização do manejo é de 1 a 3 anos e tem maior facilidade de tratos culturais devido ao menor número de espécies de plantas espontâneas comparadas ao manejo intensivo (quadro 20).

5.2.1.4. MANEJO INTENSIVO

Na busca de aumentar a produção e a oferta do produto em maior espaço de tempo (diminuir o período da entressafra), os moradores da Ilha do Capim vêm experimentando e intensificando outras formas de produção, principalmente a partir de mudanças nas formas de manejo, gerando grandes alterações nas áreas de várzea onde ocorre a produção de açaí. Na ilha a maioria dos moradores está aumentando suas áreas de produção de açaí (Figura 18).

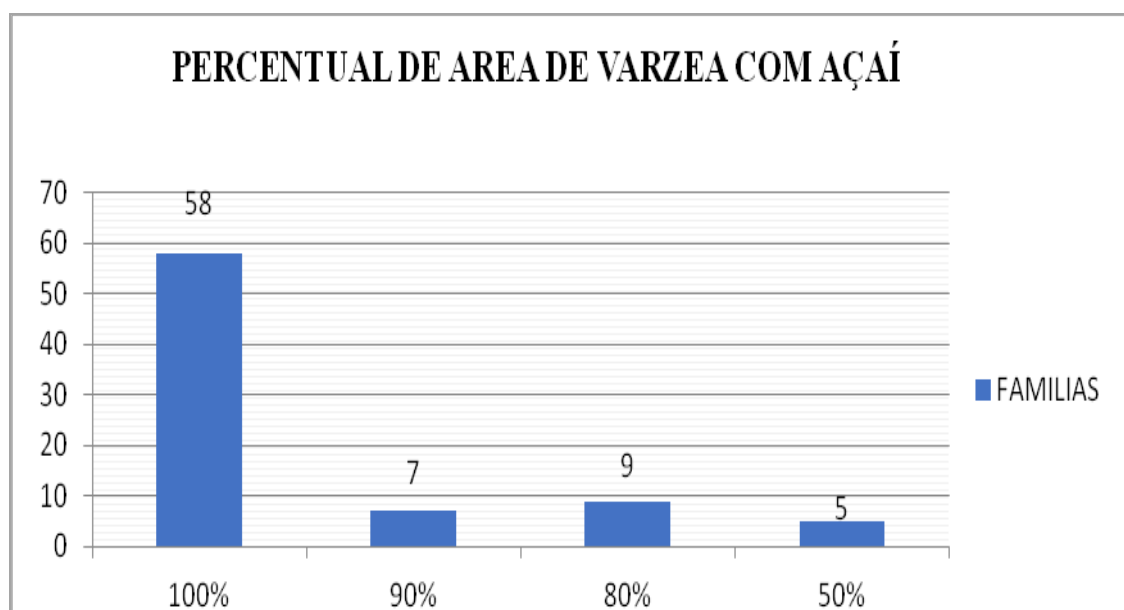


Figura 18: Quantidade de áreas totalmente ocupada com açaí (Frequência em Percentual). Fonte: Autor (2018).

A figura mostra que existe uma tendência em aumentar as áreas com açaí e a maioria das famílias já estão com açaí na área total. No entanto além de que o tamanho das áreas dos moradores da Ilha do Capim não são iguais ela pode estar totalmente ou parcialmente ocupada com açaí.

No manejo intensivo a produção por hectare é maior, no entanto os moradores empregam mais mão de obra no açaizal. Representa a maior fonte de renda das famílias e tem, segundo eles, uma melhor produtividade de frutos. Fazem as seguintes práticas de manejo: enriquecimento com açaizeiro (semeio e mudas), roçagem, desbaste seletivo dos estipes deixando de 3 a 4 plantas por touceira e raleamento da mata deixando pouca ou nenhuma espécie (frutífera e florestal). Em alguns casos, usam máquinas de roçagem, o manejo é realizado em toda a extensão do açaizal, o intervalo entre os manejos é anual, a definição da distância média entre touceiras é de cinco metros e a intensidade do desbaste das touceiras é alta (figura19).



Figura 19: Práticas de manejo intensivo: Capina e raleamento. Fonte: Autor (2018).

Segundo os moradores essas práticas trouxeram algumas melhorias como, maior produção de palmito, pois é mais valorizado no mercado em relação aos tipos de manejo moderado e manejo leve (Figura 20 a), diminui o estiolamento dos estipes e aumenta o tempo de produção do estipe, aumento crescente da produção durante os primeiros oito anos.



Figura 20: Diferença de palmito em cada tipo de manejo: 19 (a) manejo intensivo. 19 (b) manejo moderado e manejo leve. Fonte: Autor, (2018).

Devido à intensidade do manejo a redução na altura dos estipes contribuiu para diminuir a penosidade do trabalho em relação à coleta. O manejo intensivo possui a maior produtividade (produção/ha) quando comparada com as demais. Os períodos de floração e produção se estendem durante a maior parte do ano, diminuindo o período da entressafra (Quadro 18). No entanto, a produção da entressafra é bem menor.

Quadro 18: Período de floração, produção e coleta.

Manejo Intensivo	Períodos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	Floração do açaí	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção e colheita do açaí		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X

Fonte: Autor, (2018).

As áreas são muito abertas, pois existe pouca diversidade de espécies tanto florestais como frutíferas. O acréscimo da luminosidade provocou, no açailal intensivo, o aumento de plantas espontâneas devido à maior exposição do solo à luz e este fenômeno implicou no aumento dos gastos com a capina, principalmente porque nesse sistema a área toda é manejada.

Além do açaí consumido na comunidade pelas famílias (em média uma lata de 14 kg/dia/família), existe também outras despesas que diminuem a renda do produtor (Quadro 19). A produção de açaí exige algumas despesas que vão aumentando de acordo com a intensidade de manejo utilizado e o tamanho da área manejada. Foram analisados os valores pagos com mão de obra familiar e contratada e alguns produtos

utilizados. Apesar da mão de obra familiar ser a principal na produção de açaí, existe grande necessidade de mão de obra externa em decorrência da expansão das áreas manejadas.

Quadro 19: Despesas referentes a materiais e a diária de trabalho de manejo e atividade de coleta de açaí.

Variedade	L	Unidade	R\$
Diária/roçador		x	100,00
Óleo diesel	x		4,80
Gasolina	x		5,00
Maquina roçadeira		x	1.500,00
Terçado		x	15,00
Lima		x	10,00
“Peconheiro ⁴⁰ ”		x	5,00
Decotador ⁴¹		x	30,00
Saca ⁴²		x	2,00

Fonte: Autor (2018).

Foi possível perceber também que, dependendo da mão de obra familiar disponível, a despesa para produzir açaí aumenta ou diminui, pois, núcleos familiares com pouca mão de obra e áreas maiores precisam contratar pessoas e a despesa pode chegar até a R\$ 1.200,00 por hectare de área manejada de açaí anualmente.

No período da safra a atividade desenvolvida é a coleta (Figura 21a) (escalada do açazeiro), a debulha (Figura 21b) e o trabalho de escoamento, ou seja, carregar (Figura 21c) para as margens dos rios e igarapés; na entressafra as atividades são o manejo (poda, raleamento de estipes, transplântio entre outros).



Figura 21: Atividade de escalada do açazeiro, debulha e escoamento. Fonte: Autor, (2018).

⁴⁰ Peconheiro é a pessoa que escala as árvores de Açaí para colher os frutos.

⁴¹ Decotador é a pessoa que faz a poda das árvores que estão competindo com o Açaí em luminosidade.

⁴² Material que faz a Peconha (instrumento que serve para escalar o açazeiro).

O aumento das áreas e a intensidade das atividades exigem maior demanda de trabalho e conseqüentemente a mão de obra familiar passa a ser insuficiente para o rendimento desejado, o que pressiona a contratação de mão de obra externa e altera a organização de outras atividades da família no estabelecimento familiar e encarece a produção principalmente no manejo intensivo onde se trabalha área total.

As famílias relataram também que uma das principais despesas é o combustível, pois na comunidade não existe energia elétrica pública e precisam de combustível tanto para o trabalho de manejo como para o transporte particular (pescaria e viagem para a cidade do município) e para a produção de energia na residência através de geradores elétricos. Além das despesas existem outras diferenças entre os manejos como pode ser observado no quadro 20.

Quadro 20: Diferenças entre os tipos de manejo.

Características	Manejo		
	Intensivo	Moderado	Leve
Nº de famílias/área	64	17	7
Intervenção humana (B) Baixa, (M) Média ou (A) Alta	A	M	B
Distância média entre plantas	5 metros	3 metros	6 metros
(S) Solteiro ou (D) Diversificado	S	D	D
Quantidade média de estipes/touceira	4	6	8
Faixa manejada: (T) Total; (P) Parcial	T	P	P
Intensidade do desbaste: (B) Baixa, (M) Média ou (A) Alta	A	M	B
Intervalo de tempo entre manejos	Anual	1 a 3 anos	3 a 4 anos
Período de manejo	Jan-Fev	Jan-Abr	Jan-Jun
Quantidade média produzida/ha na safra	400 rasas	250 rasas	200 rasas
Quantidade média produzida/ha na entressafra	200 rasas	50 rasas	10 rasas
Luminosidade: (B) Baixa, (M) Média ou (A) Alta	A	M	B
Estiolamento (S) Sim ou (N) Não	N	S	S
Tipo de palmito 1, 2, 3 e (M) Misto	1	2 e M	2 e M
Perfilhamento: (B) Baixa; (M) Média; (A) Alta	A	M	B

Intensidade de plantas espontâneas: (B) Baixa; (M) Média; (A) Alta	A	M	B
Diversidade existente em cada área: (B) Baixa; (M) Média; (A) Alta	B	M	A
Diversidade média em 0.25 ha de espécie nativa (EN)	13	18	35
Diversidade média em 0.25 ha de espécie cultivada (EC)	6	10	30
Penosidade na colheita: (B) Baixa; (M) Média; (A) Alta	B	M	A
Período de floração: (AT) Ano todo, (V) Verão ou (I) Inverno	AT	V e I	V
Vida útil dos estipes	15 anos	10 anos	8 anos

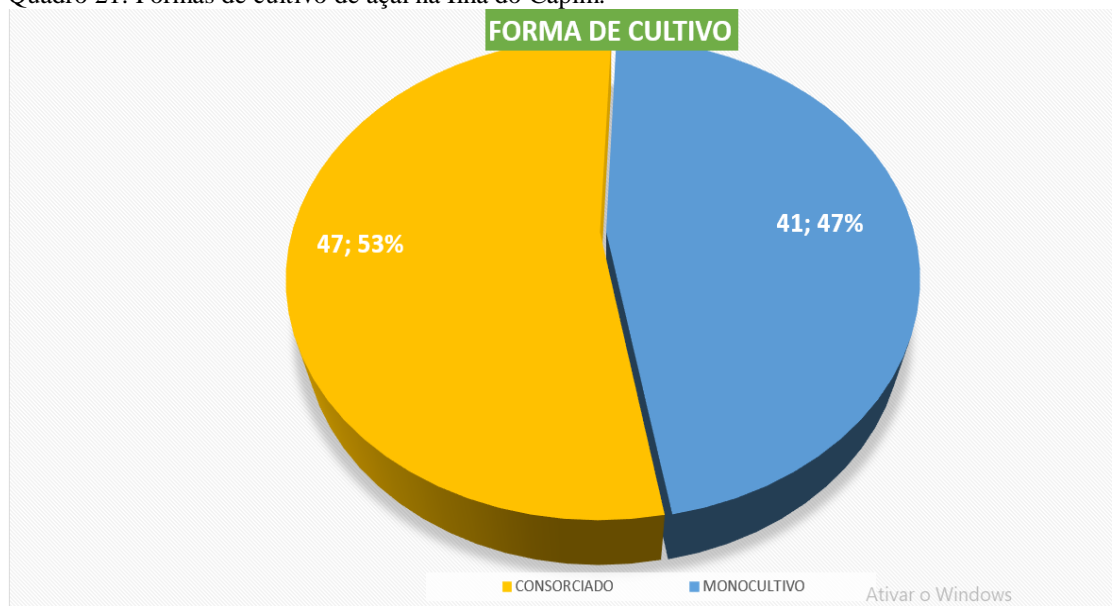
Fonte: Autor (2018).

No manejo intensivo a intervenção humana é alta devido ao trabalho de maior raleamento da floresta. Pois é manejado a área total e nos outros manejos é manejado a área parcial. Apesar da quantidade media produzida no manejo intensivo ser 400 rasas na safra e 200 na entre safra nem todas as famílias tem essa produção devido ao tamanho das áreas produtiva de cada família. Além disso nem todas as famílias que tem manejo intensivo produzem na área total. No manejo intensivo os estipes tem maior tempo de vida útil devido começar logo a produzir.

5.2.1.4.1. PROBLEMAS RELACIONADOS AO MANEJO INTENSIVO

Um dos desafios observados é o aumento no grau de intensidade do manejo dos açaçais, pois as áreas consorciadas estão diminuindo, como mostra o quadro 21 e isso implica na redução da diversidade biológica.

Quadro 21: Formas de cultivo de açaí na Ilha do Capim.



Fonte: Autor, (2018).

No manejo moderado e sem manejo existe um maior número de espécies nativas cultivadas. As espécies nativas em sua maioria são podadas para não causar sombreamento ao açaizeiro. No manejo intensivo é retirado a maioria da vegetação deixando poucas árvores além do açaí. No entanto, os ribeirinhos já começam a perceber algumas mudanças na paisagem:

“Olha aqui nesse igarapé tinha uns poços que a gente não tomava pé de tão fundo que era, agora tá ficando seco e os peixes tão fugindo para a baía porque antes a gente vinha pesca e conseguia, agora não dá nem pra arranja⁴³ a boia⁴⁴” (DOMINGOS, 64 anos, Ilha do Capim, 2018).

Os moradores percebem o impacto nos igarapés devido à erosão que está causando o assoreamento,⁴⁵ diminuindo o calado e aumentando o acúmulo de sedimentos no leito do igarapé e, conseqüentemente, diminuindo a quantidade de peixes. O manejo intensivo tem alterado a configuração do ecossistema para aumentar o adensamento de espécies de açaí. Essa prática tem aumentado a destruição das nascentes e das matas ciliares que, junto com os movimentos das marés e mareas causadas por embarcações, está causando a erosão dos igarapés. As matas ciliares têm grande importância na defesa do solo e da vegetação da comunidade, que tem maior vulnerabilidade por ser uma ilha localizada em mar aberto e sofrer grande pressão hídrica e eólica, o que contribui para a erosão de locais desprotegidos. A erosão é um

⁴³ Arranjar, na comunidade quer dizer conseguir.

⁴⁴ Bóia na comunidade nesse contexto quer dizer comida (peixe).

⁴⁵ Assoreamento é o acúmulo de sedimentos pelo depósito de terra, areia, argila, detritos etc., na calha de um rio, na sua foz, em uma baía, um lago etc.

problema que tem preocupado a comunidade à curto prazo devido à intensidade com que vem ocorrendo e os impactos observados na biodiversidade (Figura 22).



Figura 22: Erosão na margem do igarapé. Fonte: Autor (2018).

Na Ilha do Capim somente uma doença ataca a planta, conhecida como a *seca do açaí*, que ocorre no cacho, definhando-o e diminuindo a turgência dos frutos e que, de acordo com os produtores, vem aumentando a ocorrência com o manejo intensivo do açaí. No entanto, tem aumentado também o número de pessoas infectadas pelo protozoário (*Trypanosoma cruzi*) que se hospeda no inseto (Barbeiro) e infecta as pessoas com uma enfermidade denominada Doença de Chagas. “Olha entre o ano de 2016 a 2018 nós tivemos quatro casos de pessoas infectadas na comunidade (agente comunitária de saúde da Ilha do Capim, 2018)”. A maior incidência do vetor está relacionada com o monoextrativismo do açaí devido à homogeneização da paisagem ao aumentar a quantidade de plantas de açaí na área, eliminando espécies que abrigam concorrentes predadores e os possíveis locais de abrigo do inseto (árvores), aumentando o desequilíbrio do local com risco de aumento da população desse vetor.

O manejo intensivo altera o processo ecológico da reciclagem de nutrientes, fundamental na manutenção da produtividade. Os agricultores já começam a perceber também os sinais desse fenômeno:

“Rapaz se deixar só o açazeiro no começo a produção é boa mas depois de alguns anos a produção começa a diminuir porque o açazeiro precisa estar no meio de outras plantas, se não fica alto e a raiz do açazeiro fica muito fechado e deixa fraco o solo” (Manoel Jose, 68 anos, Ilha do Capim, 2018).

Isso mostra que a mudança das condições regulares é reflexo do maior fluxo de matéria e energia para o meio externo, tornando os sistemas de produção locais mais pobres em decorrência da elevada exportação de nutrientes pelos produtos colhidos. Existe uma forte reposição de nutrientes dos açazais da ilha pela invasão periódica das marés que depõe os sólidos em suspensão, ricos em nutrientes. Porém, os açazais da ilha produzem uma alta quantidade de açaí por hectare ao ano e essa saída não é repostada nas áreas, tendo impacto direto no solo. Desta forma, mesmo existindo um forte processo natural de reposição de nutrientes, os açazais demonstram sinais de desequilíbrio ecológico relacionado aos nutrientes devido à maior saída e menor entrada de matéria. Outra coisa que pode estar diminuindo a produção de açaí é a ausência de polinizadores devido à perda da biodiversidade, pois o açaí depende de toda a diversidade da natureza, tanto dos nutrientes do solo como dos polinizadores. Segundo Campbell et al. (2018), áreas de açaí com manejo intensivo apresentam número até cinquenta por cento menor de polinizadores. Outro problema gerado pela dependência do açaí é a vulnerabilidade econômica dos moradores durante uma época do ano, devido à sazonalidade da produção do açaí. Os meses de produção se referem aos meses de coleta dos frutos, também são exploradas outras matérias-primas, que são extraídas em outros meses do ano, com menor importância monetária para as famílias. Nos demais meses, as famílias que dependem mais deste recurso passam por dificuldades financeiras sérias.

A dificuldade sazonal é ocasionada exatamente pela dependência de um único produto extrativo durante um período do ano, resultante do processo do monoextrativismo do açaí em curso na localidade que aliado à remuneração injusta, devido à forma com o mercado está organizado trazem grandes desafios também econômicos para as famílias. Em função disso, as famílias possuem uma renda monetária que é suficiente apenas para sua manutenção durante um período do ano. Porém, na chamada entressafra do produto elas percebem redução drástica de sua receita, pois não possuem uma produção mais diversificada e renda para custear o período sem açaí.

Outra implicação das mudanças históricas nas relações econômicas na Ilha do Capim foi a transformação acelerada das florestas de várzea. Este processo de homogeneização da paisagem pela crescente abertura da floresta de várzea para o extrativismo do açaí está sendo chamado de açazização (HIRAOKA, 1993).

A concentração de trabalho no açaí está prejudicando a diversidade de atividades produtivas que existem na Ilha do Capim, influenciando na organização e diversidade do trabalho que é uma característica dos moradores por limita-los a comercializar um único produto, prejudicando também a socialização do saber sobre a diversidade de espécies pela perda da memória biocultural. Segundo Toledo & Barrera Bassols (2008), *memória biocultural são os saberes acumulados durante a trajetória de interação entre uma determinada sociedade humana e a natureza*. A intensificação do manejo do açaí tem contribuído com a homogeneização da paisagem e isso contribui para a perda da memória biocultural, que é um dos recursos mais importantes de transmissão de conhecimentos nas comunidades tradicionais, pois individualmente os agroextrativistas não dominam todos os saberes de uso da diversidade local, mas todas as espécies da diversidade possuem forma de uso conhecida pela comunidade. Segundo Maldonado (1992), isso é resultado de uma memória diversificada onde cada integrante do grupo conhece uma parte do saber total.

A intensificação dos manejos na Ilha do Capim vem oferecendo melhorias para as famílias, mas também grandes desafios para manter o equilíbrio ambiental da comunidade, principalmente nas áreas de várzea devido ao manejo intensivo de açaí. Cada espécie tem grande importância para o funcionamento do ecossistema, independentemente de sua função. Na várzea, a retirada dessas espécies de forma intensiva causa grandes prejuízos, como o desmatamento das nascentes e erosão que podem ocasionar a destruição total dessas áreas. Esses tipos de manejos são consequências de um conjunto de situações históricas, relatadas anteriormente como a ausência de organização interna da comunidade referente ao mercado, que contribuiu para o bloqueio da diversidade, e a dependência de marreteiros, que aliado à redução das relações de reciprocidade, diminuiu as relações de confiança dificultando a organização interna. Além disso à forma como esses mercados estão organizados, em cadeias longas que pressionam um único produto fortalece esse tipo de prática. Além desses desafios internos que a comunidade enfrenta, existem também desafios externos e que são bem maiores, no entanto a organização interna tem grande importância principalmente na gestão do território.

5.3. O AGROEXTRATIVISMO, UMA ALTERNATIVA PARA ENFRENTAR OS GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA.

A Ilha do Capim é impactada com os grandes projetos na Amazônia desde a década de 1980 com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí para a produção de energia, afetando a comunidade que está a jusante da barragem no município de Abaetetuba. Esse empreendimento afetou a comunidade, diminuindo drasticamente algumas espécies de peixe e levando à extinção de outras. Essas mudanças tiveram grande impacto na comunidade, pois de acordo com o morador, “*olha! Depois que construíram essa barragem o peixe diminuiu muito e não dava mais para conseguir o sustento só da pesca, tinha que procura outra coisa para fazer (Zeca 2018)*”. Nesse relato é possível perceber o quanto que a hidrelétrica influenciou na dinâmica das famílias da comunidade e afetou seu modo de vida com impacto direto em uma de suas bases de recursos de grande importância que é o pescado.

Na década de 1990 a Ilha do Capim foi impactada com a mineração por meio da construção do complexo Albras/Alunorte, que no ano de 2018 mudou o nome para Hydro/Alunorte. A Hydro tem provocado grandes impactos ambientais na comunidade devido à deposição de rejeitos no leito do rio, causando a contaminação da água e trazendo vários problemas de saúde aos moradores e também provocando a escassez de peixes. Além disso a Hydro tem tentado várias vezes comprar áreas dentro da comunidade para colocar bacias de rejeito de Alumínio que são resíduos tóxicos. A comunidade tem conseguido evitar a venda de terra até o momento, no entanto, é um trabalho muito difícil porque além da empresa oferecer um valor alto em áreas consideradas pequenas, o morador fica animado em vender pela quantidade de dinheiro oferecido na área. Segundo um morador, “*nessa área nossa aqui que tem dois hectares eles falaram que davam um milhão (Manoel Maria, 2018)*”. As empresas sabem que os moradores tem carências de algumas coisas devido principalmente à ausência de políticas públicas e se aproveitam disso para tentar comprar áreas na comunidade. Nesse sentido, a organização do mercado é uma forma de fortalecer a renda dos moradores e contribuir para a gestão do território.

Atualmente a comunidade está enfrentando também o impacto do agronegócio, que por meio do Projeto Arco Norte, criado em 2014, que visa construir terminais portuários em áreas propícias com o intuito de transportar grãos da região Sul do Brasil para a região Norte, utilizando os rios da Bacia Amazônica como hidrovias. A Ilha do

Capim está localizada na parte final do trajeto da hidrovia, onde vai ser construído um terminal portuário que está em processo de licenciamento, no entanto as barcaças que carregam os grãos já estão em plena atividade e tem trazido grandes impactos à comunidade, entre eles a erosão do solo das margens da ilha onde as barcaças encostam, a poluição sonora dos motores das embarcações, a poluição das águas do rio devido à lavagem das embarcações, a inviabilidade da pesca no local onde as barcaças estão ancoradas e o perigo na navegação. A comunidade tem denunciado ao poder público, principalmente o ministério público e buscado parcerias com outras instituições. Atualmente foi criado um grupo com representantes de todas as entidades locais para fortalecer a organização.

Na Ilha do Capim existe uma forte pressão sobre a comunidade proveniente do modelo de desenvolvimento que está sendo pensado para essa região. Nesse sentido, a construção de mercados socialmente regulados é uma importante estratégia para fortalecer a autonomia dos moradores diante de todos os desafios que estão colocados nessa região, trazendo outras possibilidades à comunidade.

6. DESAFIOS ENCONTRADOS NA COMERCIALIZAÇÃO, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO TERRITORIAL

O açaí na Ilha do Capim é a principal fonte de renda dos moradores e tem grande importância na dieta alimentar local. Nesse sentido, abordar o funcionamento ao longo da sua cadeia produtiva é muito importante para compreender seu papel econômico, social e ambiental e superar desafios diretamente ligados à cadeia como os impactos ambientais e a comercialização injusta.

O primeiro momento da cadeia produtiva do açaí na Ilha do Capim já detalhada anteriormente, inicia com a produção a partir da coleta de frutos nos *açaizais*, onde são empregados mão de obra familiar (escalada das árvores, debulha e deslocamento para a margem dos rios) e alguns insumos como os encerados (que servem para proteger o açaí do contato com o solo), rasas, sacas (que servem para fazer a peconha), facas (que servem para cortar o cacho de açaí), organização dos moradores para coletar uma certa quantidade de açaí em um determinado tempo (programação do tempo, disponibilidade de mão de obra e melhores horários para a coleta).

No momento seguinte da cadeia surgem outros atores tanto internos quanto externos à comunidade que são os *marreteiros* ou atravessadores que compram o açaí na comunidade e levam para diferentes locais (Figura 24). Os marreteiros usam

embarcações denominadas de *rabetas* e transportam semanalmente entre seiscentas (600) a oitocentas (800) rasas de açaí e pagaram em média R\$ 15,00 por rasa na comunidade no ano de 2018.

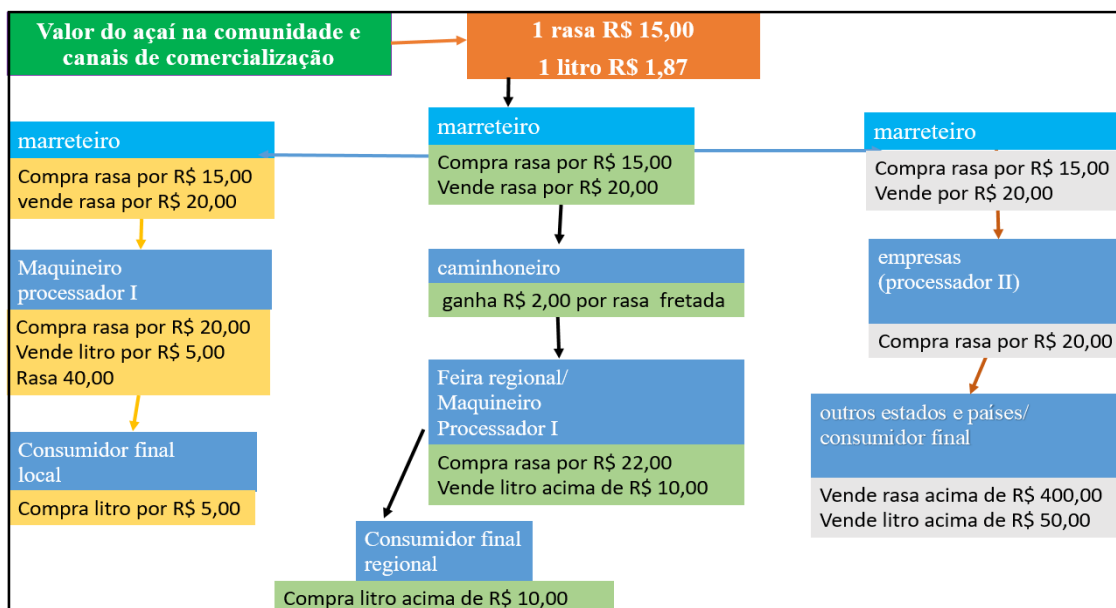


Figura 23: Diferentes canais de comercialização do açaí na Ilha do Capim e média de valor de compra e venda por rasa no ano de 2018. Fonte: Autor, (2019).

Os moradores consideram que nessa etapa da cadeia o preço de R\$ 15,00 é injusto e argumentam que um dos motivos é o alto investimento que fazem na área para poder colher o açaí durante a safra, principalmente em mão de obra, pois, segundo um produtor:

Olha! Se for anotar o que gasta, em um hectare de terra na mata você precisa gastar em média R\$ 30,000 para fazer o manejo até produzir, o que acontece... no primeiro ano tu não vai ter Açaí, mas tem que continuar a limpeza se não morre os filhos, aí tu tem que ta bancando, no segundo ano também não vai ter produção mas precisa continuar a limpeza, no terceiro ano tu já tem um pouco de Açaí, de árvores que tava na sombra e agora começa a produzir mas é uma produção que só dá pra beber, só no quarto ano é que vai ter uma produção boa, em média 300 rasas, fora o do bebe, aí se tu vender trezentas rasas por R\$ 15,00, vai ter um ganho de R\$ 4.500,00 por ano, só que esse açaizal vai ter boa produção no máximo até oito anos e depois a produção começa a diminuir, além disso durante esse período de maior produção a gente continua gastando pra fazer a limpeza, é claro que não gasta o mesmo tanto, mas gasta no mínimo R\$ 500,00 por ano em um hectare, mas tem que limpar se não é perigo por causa de cobra e estraga muito o Açaí na hora da apanha (Armínio, 60 anos, Ilha do Capim, 2019).

É possível observar o preço injusto também quando analisamos a venda do açaí em litros, pois uma rasa de açaí *in natura* que é vendida por R\$ 15,00 na comunidade e

pesa 14 kg, produz 8 litros de polpa média⁴⁶. Isso significa que o litro do açaí médio na comunidade custa R\$ 1,87 (um real e oitenta e sete centavos). Segundo os moradores um preço que pague o investimento feito na área, a força de trabalho e o tempo das famílias destinado a atividade de produção de açaí teria que ser no mínimo de R\$ 20,00 a rasa, pois segundo eles o ganho no período da safra que corresponde a cinco meses do ano, precisa ser uma renda que dividida entre todos os meses do ano seja suficiente para manter a família. Além disso no de 2018 a média de preço teve um reajuste e diminuiu cinco reais R\$ (5), comparado ao ano de 2017.

A maioria dos marreteiros que trabalham na ilha são da localidade e as embarcações que utilizam são próprias, com exceção de alguns marreteiros que alugam embarcações para exercer a atividade. Os marreteiros entrevistados relataram que fazem negociações informais, sem contrato, trabalham em média com 15 famílias e o pagamento do açaí para os produtores na maioria das vezes é feito um dia depois da entrega do produto devido ao fato de não terem capital para pagar no ato da compra. Ganham em média R\$ 3,00 em cada rasa vendida e na maioria das vezes vendem o açaí para empresas que ficam comprando na sede do município, mas vendem também para caminhoneiros que compram na sede do município em Abaetetuba e levam para feira de Belém do Pará. Cada marreteiro ganhou em média por semana R\$ 2.100,00 da produção no período da safra e por mês R\$ 8.400,00 de quinze famílias da Ilha do Capim em 2018. Os marreteiros da comunidades são moradores que se dispuseram a fazer esse trabalho devido à ausência de outras atividades e também por serem proprietários de embarcações com capacidade de fazer a atividade de transporte de açaí. Durante a atividade de campo todos os marreteiros da comunidade se colocaram à disposição em contribuir nas organizações locais.

Além dos marreteiros que compram açaí na comunidade tem os marreteiros que atuam na feira da cidade e compram dos ribeirinhos para revender ganhando em média cinco reais por rasa. Na maioria das vezes vendem para maquineiros (processador I). Já os caminhoneiros fretam seus caminhões para marreteiros que levam o açaí para outras

⁴⁶ Açaí médio ou regular (tipo B) é a polpa adicionada de água e filtrada, apresentando entre 11 % e 14 % de sólidos totais e uma aparência densa. Açaí grosso ou especial (tipo A) é a polpa adicionada de água e filtrada, apresentando acima de 14 % de sólidos solúveis totais e uma aparência muito densa. Açaí fino ou popular (tipo C) é a polpa adicionada de água e filtrada, apresentando de 8 % a 11 % de sólidos totais e uma aparência pouco densa (BEZERRA, 2007).

feiras vizinhas, principalmente a feira do Ver-o-Peso, localizada em Belém do Pará, a 67 km do município de Abaetetuba.

Os maquinheiros (processador I) compram o açaí na feira ao amanhecer, em média a R\$ 20,00 a rasa, despulpam e vendem nas feiras principalmente em Abaetetuba. Uma rasa rende oito litros de açaí médio e vendem em média a R\$5,00 o litro, ou seja, ganham R\$ 20,00 na rasa, além de ganhar R\$ 3,10 no litro a mais que o produtor, e ainda passam o período da tarde sem atividade com açaí.

As empresas ou fábricas (processador II) compram o açaí dos marreteiros vindo das comunidades ou em feiras e levam para o local onde vai ser feito o beneficiamento. A maioria das fábricas se encontra em Belém do Pará, mas no município de Abaetetuba foi possível localizar três fábricas em atividade. A fábrica também compra o açaí em média por R\$ 20,00 a rasa, porém consegue agregar mais valor ao produto e por isso alcança preços muito altos (Figura 24).



Figura 24: Sachê de açaí na prateleira de uma loja de produtos naturais em Brasília – DF. Fonte: Ludivine Eloy (2018).

Na figura 24 é possível observar quanto o açaí fica valorizado quando é comercializado pela indústria, pois um sachê de 400 gramas pode ser encontrado sendo comercializado em capitais brasileiras por R\$ 24,99. Nesse valor um quilo/litro custa R\$ 62,00, e uma rasa de açaí *in natura* que é comercializada na comunidade por R\$ 15,00, pode ser comercializada na fábrica devido o processamento por R\$ 496,00. Ao longo da cadeia o aumento do valor do açaí industrializado é de 96,98%, e a fábrica se apropria de 95.97% da riqueza produzida pelo produto. Apesar da diferença de industrialização

entre os produtos esses valores mostram claramente que existe uma relação injusta na comercialização do açaí com alto nível de expropriação da riqueza produzida no território.

A expropriação da riqueza dos trabalhadores também é resultado da falta de cooperação local promotora de mercados socialmente regulados (Ploeg 2008), no território (Petersen et al. 2017), devido à ausência histórica de experiências comunitária que permite um afastamento estratégico do mercado como na Ilha do Capim (Ploeg 2008). Na Ilha do Capim isso pode ser observado na ausência de estratégia em relação a agente externos (Petersen et al. 2017) e contribuiu para dependência de marreteiros e fabricas e com isso o bloqueio da diversidade e redução das relações de reciprocidade que aliada a ausência de políticas públicas e leis que exigem um alto nível de industrialização para acessar certos mercados dificultam a organização interna da comunidade como a possibilidade de agregar valor ao produto, conseguir um mercado justo e melhorar a gestão do território.

A forma como se organiza a cadeia produtiva do açaí traz grandes desafios para a organização interna da comunidade. O primeiro é a falta de informação tanto interna quanto externa a comunidade. Na comunidade isso ocorre pela ausência de dados da produção dos moradores que na maioria das vezes não fazem anotações para saber qual foi o rendimento anual da produção de açaí, principalmente pela informalidade das negociações que não utilizam notas. Fora da comunidade isso ocorre porque nas exportações a venda de açaí é relacionada dentro de um grupo de frutas tropicais, dificultando o registro da receita gerada pelo açaí. Ocorre também devido à omissão de informação por parte de alguns sujeitos da cadeia produtiva, principalmente as fábricas que não permitem o acesso à informação. Nenhuma das fábricas que funcionam em Abaetetuba aceitaram conversar sobre a comercialização de açaí e demonstraram grande inquietação e insatisfação em conversar sobre o assunto, como se a pesquisa fosse trazer algum problema para a empresa. Isso é uma estratégia também para dificultar a organização do mercado pelos moradores, pois sem a informação não é possível saber o nível de expropriação da riqueza gerada na comercialização de Açaí. A ausência de informação mostra a relação assimétrica de poder entre produtor e processador.

Outra situação que foi possível observar é que na Ilha do Capim tem morador que assina documentos da fábrica do município de Abaetetuba para provar que faz parte de uma associação de produtores de açaí orgânico sem ganhar nada em troca, como

afirma o morador “*todo ano o dono da fábrica vem aqui em casa, pra mim assinar uns papéis de uma associação que ele criou para vender açaí orgânico, aí ele conversa, tira umas fotos e vai embora* (PRODUTOR, 2018)”. A ausência de informação e diálogos sobre a comercialização coletiva na comunidade contribuem para esses tipos de práticas de empresários que visam somente o lucro e se aproveitam da falta de organizações capazes de alertar os produtores sobre o quanto estão sendo enganados.

Apesar de que as empresas em seus sites fazem belas propagandas usando as imagens dos ribeirinhos e relatando que a produção do açaí tem melhorado de forma significativa a vida dos moradores das comunidades ribeirinhas e tem trazido grandes benefícios, os moradores mostram que na realidade essas relações mercantis não são tão justas assim como é noticiado e reclamam que os preços pagos na produção são injustos, pois além do tempo e o esforço físico empregados na atividade, a mesma não está produzindo acúmulo de capital nem tem contribuído na geração de bens sociais, pois as famílias que em sua maioria dependem do açaí na comunidade da Ilha do Capim tem uma boa renda durante a safra, mas passam por grandes dificuldades econômicas durante a entressafra. Além disso, de forma geral não tem trazido melhorias à comunidade, como educação, saneamento básico, transporte público, energia elétrica e melhoria das atividades produtivas e comercialização de forma coletiva. Consideram injusto também porque para produzir o açaí existe um saber tradicional que tem grande importância na atividade, principalmente na conservação da biodiversidade, conhecimento esse que é utilizado e não é valorizado.

A comunidade tem avançado em algumas coisas, principalmente no manejo de açaí, mas ainda existe a ausência de estruturas locais, como casas, barcos, dificuldade de identificação de demandas de mercado, dificuldade de atendimento a normas e legislação, dificuldade de acesso a informações, energia elétrica, transporte público e políticas públicas (crédito, assistência técnica insuficiente e inadequada, falta de apoio a atividade agroindustrial familiar, ações institucionais desarticuladas), entre outros.

Na ilha, não há iniciativas de construção coletiva de estratégias de organização da produção e acesso a mercados. Essa realidade mostra que é fundamental organizar a comercialização para obter preços justos e melhorar a qualidade de vida das famílias. Os arranjos sociais ou laços entre os agricultores são flexíveis em relação ao processo de produção e comercialização. As famílias vendem a maioria de sua produção para os marreteiros que residem na comunidade (no porto) e identificam a falta de transporte

como um dos principais problemas para conseguir escoar a produção até a cidade de Abaetetuba ou Belém do Pará. No entanto, relatam também que não existe nenhum diálogo com os processadores (fábricas), e que nunca conseguiram chegar até esses compradores, pois, de acordo com um morador:

“Olha! Esse pessoal da fábrica, né! a gente sabe que eles têm a fábrica, lá na cidade né, mas a gente nunca fala com eles, só quem vem aqui e coloca os preços no nosso açai são os marreteiros” (Gabriel, 65 anos, Ilha do Capim, 2018).

O preço pago pelos marreteiros aos moradores varia de acordo com o período da safra, com uma média de R\$ 15,00 na safra. No entanto, os produtores reclamam que as fábricas criam situações para diminuir o preço do produto. Uma delas é atrasar o início da compra da safra.

“Rapaz! todo ano esses caras fazem isso. Eles sabem que o nosso açai tá pretando e que nós vamos ter que vender, aí demoram para iniciar a compra e nós temos que baixar o preço para o açai não cair da árvore” (Manoel Maria, 50 anos, Ilha do Capim, 2018).

A comunidade tem conseguido aumentar a produção de açai, mas isso tem trazido grandes prejuízos, principalmente ambientais, e isso tende a aumentar se não for feita uma organização com novas estratégias de mercado, pois é possível perceber que há grande expectativa no aumento da produção, principalmente por parte do governo do estado do Pará, que por meio do programa Pará 30, criado em 2016 tem influenciado a verticalização da produção, contribuindo para o aumento da produção e produtividade, porém, vem marginalizando o debate sobre comercialização e acesso a mercados, fortalecendo os impactos ambientais e preços injustos. Essa política vai ter impacto direto nas comunidades, pois vai fortalecer as grandes indústrias e forçar os moradores a aumentar sua produção devido ao aumento da demanda, saindo de uma lógica sustentável para atender à demanda do mercado sem levar em conta as questões ambientais. Nesse sentido, é importante construir estratégias de mercado que fortaleçam a dinâmica social, econômica e ambiental dos moradores e políticas públicas que consigam ajudar na conservação ambiental e construção de mercados justos.

6.1. EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA PARA ACESSAR DIFERENTES MERCADOS

Nesta seção, farei uma análise de algumas experiências relacionadas à organização coletiva do mercado de açai que já estão em desenvolvimento na Amazônia, estabelecendo comparações entre elas, especialmente analisando o produtor e seu grau de autonomia em relação a agentes mercantis internos e externos à

comunidade. As organizações coletivas do mercado são experiências criadas e desenvolvidas pelos próprios moradores das comunidades com o objetivo de organizar o mercado e contribuir na qualidade de vida das famílias.

6.1.1. EXPERIÊNCIA PORTEL – FUNDO AÇAÍ

A primeira experiência que será analisada já foi sistematizada pelo Instituto Internacional do Brasil (IEB) em parceria com o Instituto Peabiru e o Instituto Vitória Régia (IVR) por meio de um projeto denominado “Embarca Marajó: Navegando na maré da sustentabilidade.” Organizado por Katiuscia Miranda, Manoel Potiguar, Maura Moraes, Rosevany Mendonça e Ruth Corrêa da Silva.

A primeira experiência é o fundo florestal comunitário, conhecido como “Fundo Açaí”, que foi constituído a partir de um longo processo de organização social e culminou em sua criação oficialmente reconhecida pela associação dos trabalhadores agroextrativistas do rio Acuti Pereira (ATAA), entidade que representa a comunidade denominada de Santo Ezequiel Moreno, que está localizada no rio Acuti Pereira, em Portel, no arquipélago do Marajó, Pará. Santo Ezequiel Moreno é uma das comunidades localizadas ao longo do rio Acuti Pereira que tem grandes áreas de várzea, com uma riqueza e diversidade florestal expressiva e conta com um total de 31 famílias.

Uma das situações que contribuíram para a construção da experiência do fundo Açaí nessa localidade foi o intenso desmatamento no município que ameaçava a riqueza florestal expressiva que existia na comunidade e que vem desde a colonização portuguesa e, até mais recentemente, com a intensificação da exploração madeireira a partir da década de 1970. Segundo dados oficiais sistematizados pelas Organizações Não Governamentais (ONG) em 2009, 2012 e 2015, foram retirados valores expressivos em metro cúbico de madeira que movimentaram milhões de reais. Apesar de toda a produção de madeira na região, não houve melhoria na qualidade de vida das comunidades locais. Além disso, os impactos no ecossistema dessa comunidade foram extremamente severos na exploração do palmito de açaí (*Euterpe Olerácea*), que ocorre até hoje.

Outra situação que contribuiu para a construção da experiência do fundo do açaí, segundo o IEB (2017), foi a pesca predatória e a ausência de políticas públicas, principalmente saúde e educação. Diante desse contexto os moradores decidiram se mobilizar para garantir seus direitos e viver em uma comunidade com alegria, fartura e

dignidade, onde as riquezas dos rios e das florestas fossem verdadeiramente propriedade daquela população.

A partir desses desafios, a comunidade começou algumas atividades para organizar sua regularização fundiária e depois começou a discussão para resolver os problemas sobre a energia elétrica. Decidiram então de forma coletiva em 2009 fazer uma coleta de R\$190,00 por família e comprar um gerador. No entanto, sentiram muita dificuldade em pagar porque o valor era incompatível com a renda das famílias. Depois da aquisição do gerador ainda fizeram coleta para adquirir outras coisas, mas perceberam que deveriam mudar sua estratégia, como afirma uma moradora:

[...] aí a gente viu a dificuldade da gente conseguir aqueles R\$ 190,00 por pessoa, prá comprar o conjugado em 2009. Então daí a gente começou a pensar como, o que que a gente vai fazer prá gente começar a conseguir algum projeto prá comunidade não tendo mais aquele alto valor para cada família? Aí começa a pensar o que a gente tem e o que a gente pode fazer para melhorar. E o que a gente tinha muito era açai, a gente vendia muito açai, a gente chegou a vender prá mais de 20 mil latas de açai. Então a gente viu que isso era um recurso que a gente tinha todo ano, mas que a gente via o recurso sair sem deixar o benefício prá comunidade. Então se a gente tinha uma comunidade, tinha o recurso, então pensamos que a gente tinha que bolar uma estratégia para ver em que esse recurso vai ajudar a comunidade. No meu entendimento, que eu tenho quase certeza que as pessoas pode confirmarem que o que levou a gente a criar, a fazer esse fundo, foi a compra desse conjugado, que puxou muito no bolso de cada família (Sônia do Socorro, idealizadora e uma das coordenadoras do Fundo Açai apud IEB, 2017).

No ano de 2010 os moradores, na tentativa de encontrar uma solução para alguns dos problemas vivenciados na comunidade, dialogam sobre a proposta do fundo como uma poupança coletiva para ajudar na melhoria da comunidade, principalmente em termos de estrutura. O Fundo Comunitário do Açai surge então em 2010, com a proposta de organizar um mecanismo financeiro autogerido, com o qual os comunitários poderiam fazer investimentos em obras sociais na comunidade, obras em benefício de todas as famílias (IEB, 2017). Segundo Teofro:

Não foi logo uma reunião, foi através da necessidade de infraestrutura, o açai saía e não deixava nada na comunidade. Foi através de uma conversa entre eu e Sônia, foi pensado em criar uma estratégia de cada lata de açai que cada um tirava deixar um real para investir na comunidade e, através dessa coleta, vamos saber quanto vamos arrecadar...outras pessoas também conversamos...e, aí, na reunião de domingo na comunidade apresentamos a proposta. E muita gente não concordou, meu próprio pai era resistente, pois dizia que uns iam pagar e outros não, mesmo assim iniciamos, muitos pagaram, começamos a anotação no caderno, o nome das pessoas que contribuía. Aí veio a questão da ampliação do centro comunitário, e em 2012 veio a ponte, e cada ano que passava ia aumentando o número de

pessoas que participavam do fundo (Teofro Lacerda, liderança comunitária e membro da coordenação do Fundo Açaí, 2017 apud IEB, 2017).

Existiam muitas demandas na comunidade e a mais evidente era a estrutural, pois as condições de acesso tinham alto grau de dificuldade. Segundo a moradora:

Tenho 32 anos. Com a idade de 10 anos lembro que a gente ia pro centro, tinha tempo que ficava tapado de barranco, tinha que passar o barranco e depois ia de ponte de pau roliço, andava caindo. Isso era a grande dificuldade que tínhamos. Minha avó chamava até de frouxo para os homens, a gente vinha com paneiro de lenha pela estiva, tinha que tirar lenha no mato e vinha, trabalhava com mandioca, farinha, torrando. Para chegar em casa era altas horas da noite, às vezes com lanterna alumando...aí o pessoal foi roçando o barranco e foi melhorando, mas com um certo tempo volta o barranco (Telma do Socorro, comunitária integrante do Fundo Açaí apud IEB, 2017).

A proposta do fundo era que a cada lata de açaí coletada e comercializada o morador da comunidade doaria R\$ 1,00 para o fundo na tentativa de melhorar a qualidade de vida social e ambiental das famílias da comunidade, com o objetivo de gerar bens comuns a todos da comunidade. Porém, o fundo também se revelou como uma estratégia de apropriação territorial, de permanência na comunidade, de afirmação e de posse e atualmente os moradores doam R\$ 2,00 para essa poupança coletiva.

Atualmente são desenvolvidas 16 ações com recursos do fundo, entre elas a construção de uma ponte de 690 m que interliga a área de várzea e a área de terra firme, a instalação de uma mini agroindústria para o beneficiamento da fruticultura comunitária e o início da construção de uma pousada e restaurante. Outra contribuição do fundo foi a extinção da exploração predatória do palmito de açaí devido à prática do manejo. Além disso, conseguiram atuar na política da merenda escolar e inserir alguns produtos da comunidade no cardápio da escola, entre eles o açaí. Segundo uma assessoria técnica:

Aqui estamos construindo uma nova ciência para o Marajó: quando fazemos o biscoito da croeira, o biscoito do tucumã, quando faz a coxinha do açaí e isso vai para a merenda escolar, e aí fazemos a relação com a bolacha Maria lá do Sul, o suco engarrafado. Que coisa maravilhosa a gente descobrir a riqueza que temos e que estamos potencializando. O fundo serviu pra despertar os homens públicos do Marajó – e não só do Marajó – de que o Marajó, a Amazônia, ela é viável (Antônio Vales, Gerente de Extensão Rural- Sede) apud (IEB, 2017).



Mini agroindústria de Açaí construída com recursos do Fundo Solidário da comunidade

Foto: © Acervo Embaeca Maranhão / Juliana Lima

Figura 25: Mini agroindústria comunitária. Fonte: IEB, (2017).

No ano de 2012 foi concluída a ponte de 690 metros, construída com recursos do fundo (Figura 26). A ponte liga a área de várzea onde estão localizadas as casas dos moradores, à área de terra firme onde estão localizadas as roças. A mobilidade trazida pela ponte facilitou o escoamento da produção, facilitou o acesso de visitantes e melhorou a convivência, pois deu maior proximidade na relação comunitária e atividades de lazer. Ela simboliza o enorme êxito do Fundo Açaí. Segundo um consultor:

E aquela ponte ligando a várzea à terra firme foi um “salto logístico” porque permitiu a eles uma dinâmica na produção mais rápida, trazer a água potável da terra firme para a várzea por baixo da ponte. Aí juntou água limpa que é importante numa região de várzea e mais, esta poupança ajudou a enfrentar a situação de diarreia das crianças, a ter uma produção mais dinâmica, de ter uma vida social, poder jogar bola e voltar tranquilamente pra casa. O fundo puxou uma coisa, que puxou outra coisa (Carlos Ramos, engenheiro florestal, consultor) apud (IEB, 2017).



Figura 26: Ponte construída com recursos do Fundo Açáí. Fonte: IEB, (2017).

A construção da ponte foi uma marca como materialização de uma atividade do fundo. Marca também uma mudança de mentalidade dos moradores, que agora começam a entender melhor a ideia do fundo e a importância da conservação dos recursos naturais. Além da ponte várias coisas foram conquistadas na comunidade com a organização (quadro 22).

Quadro 21: Projetos ou ações realizadas a partir do Fundo Açai na comunidade Santo Ezequiel Moreno, Portel, Pará.

Projetos/Ações	Parcerias
1 Ampliação do centro comunitário e construção do banheiro com caixa d'água	1 Fundo: recursos financeiros Comunidade: mão de obra ONG Tramitty: Caixa d'água
2 Construção da ponte de 690 metros	2 Fundo: recursos financeiros Comunidade: mão de obra Prefeitura: transporte de parte da madeira Agroindústria Aparecida/Gilberto Dinadau: madeira
3 Canalização de água e bomba elétrica	3 Fundo: recursos financeiros Comunidade: recursos financeiros provenientes do dízimo, coleta e rifas e a mão de obra
4 Gerador de luz da comunidade	4 Fundo: recursos financeiros
5 Criação de aviário	5 Fundo: recursos financeiros Comunidade: mão de obra Doação de empresa
6 Tanque de piscicultura (atualmente está desativado)	6 Fundo: recursos financeiros Comunidade: mão de obra
7 Datashow	7 Fundo: recursos financeiros
8 Construção de uma pousada e restaurante (início da construção)	8 Fundo: recursos financeiros Comunidade: mão de obra
9 Mini agroindústria	9.1 Para a construção da estrutura física Fundo: recursos financeiros Comunitários e comunidade: recursos financeiros advindos da coleta Prefeitura: Apoio financeiro 9.2 Para as máquinas Banco do Brasil, com participação de 22 comunitários
10 Construção da igreja	10 Fundo: recursos financeiros Comunitários e comunidade: mão de obra
11 Empréstimo para resolver a situação da saúde	11 Fundo e comunidade: recursos financeiros Obs: Este é o único caso no qual a modalidade é de empréstimo, ou seja, um apoio individual em que o comunitário que recebe o apoio deve devolver o recurso ao fundo
12 Participação de comunitário em eventos	12 Fundo e comunidade: recursos financeiros
13 Passarelas que ligam as moradias	13 Fundo: recursos financeiros Comunitários: mão de obra Sema de Portel: madeira
14 Documentação da Associação, pagamento de contador	14 Fundo: recursos financeiros
15 Apoio a primeira feira de ciências da Gleba Acuti Pereira – Maio de 2016	15 Fundo: recursos financeiros Apoio diversos: IEB, IVR, comunitários, comunitários de Melgaço, STTR, Sede
16 Construção da casa de apoio para o viveiro de mudas frutíferas e florestais	16 Fundo: recursos financeiros para compra da madeira Ideflor: telha

Fonte: IEB, (2017).

As iniciativas citadas acima mostram o quanto o fundo é importante e ajuda na melhoria da qualidade de vida das famílias de forma coletiva. Além dessas atividades os

moradores se organizam também para buscar parcerias como uma estratégia de fortalecimento da comunidade. Entre os vários parceiros que contribuíram com a comunidade durante esse período está a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), a Secretaria Municipal de Portel e a Prelazia do Marajó. Essas parcerias também contribuíram na conquista de projetos e ações da organização (Figura 27).



Figura 27: Imagem para identificar os benefícios dos principais projetos e ações do Fundo Açáí.
Fonte: IEB, (2017).

A partir da organização do fundo os moradores tiveram duas estratégias de intervenção. A primeira era voltada para as práticas produtivas do agroextrativismo tentando fortalecer o que já existia e melhorando algumas práticas. Nessa foi construída uma pequena agroindústria com o objetivo de produzir polpas e agregar valor ao produto. Segundo um morador:

Quando a gente pensamos na agroindústria é sinal do quê? De que no dia que a gente for vender açáí em grande escala, é mais um recurso que vai entrar também pro fundo. Tem muito mais máquina do que energia pra poder funcionar, mas isso não quer dizer que veio trazer pra nós um problema. Pelo contrário, eu sempre acredito que é um desenvolvimento no futuro, porque a energia está aqui perto. É uma questão que chegou a energia, é colocar na tomada e ligar. Então estamos passando por esse momento de dois a três anos, que é até uma experiência, mas chegando a energia no final do ano e tendo o açáí, já temos tudo pronto, é só produzir (Teofro Lacerda, liderança comunitária e membro da coordenação do Fundo Açáí apud IEB, 2017).

A segunda estratégia era voltada para construir atividades que vissem ajudar em médio e longo prazo com a comunidade pensando no futuro do território. Nessa etapa se insere a construção de um viveiro de mudas tanto de frutífera como de essências florestais como uma alternativa de diversificar a produção, a construção de uma

pousada, um restaurante, a ampliação do cento comunitário e a construção de uma igreja. Segunda uma moradora:

Não melhorou só para a reunião, mas também para a educação, porque ao mesmo tempo que era reunião em uma casa que não tinha parede, a gente também estudava dentro dela, que era uma casinha, depois que ampliaram o centro comunitário passou a ser a escola também, que funcionou no centro até 2015. Antes as crianças e adultos estudavam no centro comunitário. (Maria Cláudia, secretária do Fundo Açai apud IEB, 2017).

Assim, no período de 2010 a 2014 foi coletado um total de 44.243 latas, correspondendo a um total de R\$ 44.243,00 revertidos para o fundo comunitário, os quais foram integralmente aplicados nas ações e projetos definidos pela comunidade em assembleia geral (Quadro 23).

Quadro 22: Produção de Açai na comunidade Santo Ezequiel Moreno – período 2010-2014.

Parâmetro				
Ano	Produção de rasas (Unid)	Produção em toneladas	Preço médio da rasa (14 kg) durante a safra	Receita estimada
2010	10.954,00	782,43	R\$ 10,00	R\$ 109.540,00
2011	6.231,00	445,07	R\$ 12,00	R\$ 74.772,00
2012	17.686,00	247,60	R\$ 15,00	R\$ 265.290,00
2013	5.603,00	78,44	R\$ 10,00	R\$ 56.030,00
2014	3.769,00	52,77	R\$ 20,00	R\$ 75.380,00
Total	44.243,00	1.606,31		R\$ 581.012,00

Fonte: Lupa Marajó, (2017).

Essa produção permitiu vários tipos de investimentos, como afirma o consultor técnico:

Esse lastro comunitário pra você investir nas hortaliças, investir na piscicultura, investir na agricultura, investir na meliponicultura, investir no manejo de outras essências florestais e das frutíferas da floresta. Tudo isso, pra mim, é o resultado desse fundo. Imagina, você sempre tá dependendo de crédito bancário, de banco, de Pronaf e tudo mais, e de repente perceber que tem algumas coisas que a própria floresta entrega, é só guardar um pouquinho que você vai ter uma mini agroindústria, foi o que eles fizeram (Carlos Ramos, Engenheiro florestal, Consultor apud IEB, 2017).

Foi possível observar no contexto histórico da comunidade de Santo Ezequiel Moreno que havia vários desafios coletivos como a exploração predatória dos recursos naturais e ausência de várias políticas públicas. O fundo do açai foi pensado primeiramente para ajudar em situações como a falta de água, falta de energia elétrica mas sua atuação se ampliou para outros campos como a defesa do território.

6.1.2. EXPERIÊNCIA CURRALINHO – FUNDO FLORESTAL COMUNITÁRIO

A segunda experiência analisada também já foi sistematizada por meio de uma parceria entre o Instituto Peabiru e a ONG Lupa-Marajó, de Curralinho, Pará. Organizada por Carlos Augusto Ramos, Marília Tavares e Manoel Potiguar, essa atividade é uma estratégia do Projeto Embarca Marajó de fortalecer a organização marajoara da sociedade civil na promoção de estudos socioeconômicos e construção participativa de tecnologias sociais. No âmbito do Projeto Embarca Marajó, o Instituto Peabiru desenvolveu ações em quatro eixos temáticos e um deles era o assessoramento a quatro Fundos Florestais Comunitários e Familiares (FFCF). Um desses fundos é da comunidade Boa Esperança no rio Canaticu, no município de Curralinho.

Segundo a Lupa-Marajó (2017), a comunidade Boa Esperança está localizada no rio Pagão, um afluente do rio Canaticu em Curralinho, e é uma das associações que faz parte da cooperativa denominada de Semente do Marajó (nome fantasia). No rio Canaticu existem 26 comunidades dispostas ao longo do rio, a produção de açaí é a principal atividade econômica de todas as comunidades da localidade.

A comunidade Boa Esperança, assim como todas as outras comunidades do rio Canaticu, sempre teve problema na venda do fruto de açaí, pois não tinha estruturas para comercializar fora da comunidade, como embarcações para escoar a produção, o que contribuía para fazer a comercialização na comunidade com marreteiros vindos de outras localidades. Nessas negociações tinham desvantagens no preço e os moradores não tinham como reagir, pois precisavam vender seu produto.

A comercialização na comunidade Boa Esperança funcionava da seguinte forma: o marreteiro que tinha uma embarcação pequena comprava o açaí dos moradores e revendia na saída do rio para o marreteiro que tinha uma embarcação maior, esse último escoava o açaí para as feiras de Belém do Pará.

A primeira atividade da cooperativa em relação à comercialização foi organizar os moradores para vender o açaí de forma coletiva em portos centralizados nas comunidades (Figura 28) e com isso eliminar o atravessador da embarcação pequena e barganhar melhores preços com o atravessador que permaneceu. Segundo eles, com a concentração de açaí a cooperativa pesquisava os preços em outros mercados e forçava uma venda com preços melhores.

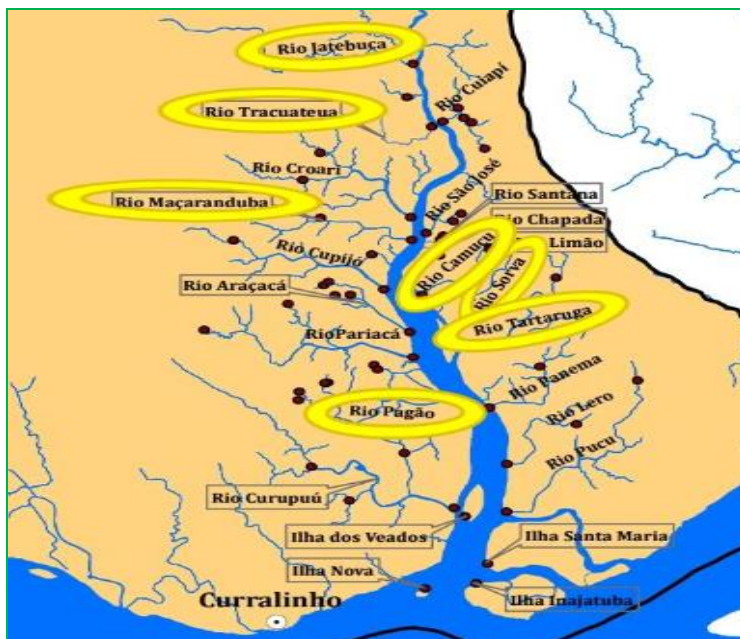


Figura 28: Mapeamento dos portos de açaí nas comunidades do rio Canaticu. Fonte: Peabiru, (2016).

Nos portos é a cooperativa que coordena a comercialização do açaí trazido pelos moradores. Depois da venda o responsável paga o dono do açaí à vista e retira a porcentagem acordada em assembleia geral. A porcentagem muda de acordo com as decisões da assembleia geral e as estratégias que são planejadas durante esse momento. No início da atividade a porcentagem cobrada era um real por rasa comercializada no porto. Da porcentagem retirada no porto (Figura 29), 80% é reembolsada para o morador ao final do ano e 20% fica na cooperativa para a manutenção do porto. Essa prática da porcentagem contribui bastante também com os moradores porque muitos não têm um bom planejamento e gastam toda a renda adquirida durante a safra e essa porcentagem ajuda, pois é liberada somente no final da safra.

A produção de cada família é registrada em um caderno pelo responsável do porto e, ao final da safra, mais precisamente em dezembro, os valores relativos à produção de cada família é devolvido, seja em espécie ou em serviço definido pela comunidade. No caso da destinação dos recursos, o método adotado foi a divisão simples entre as famílias, no formato conhecido como caixinha.



Figura 29: Porto de embarque de Açaí. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=WWJBt2IY4Cs>

A venda no porto da cooperativa tem algumas exigências, entre elas um cadastro do morador em uma ficha onde constam os dados dos valores da produção e dos pagamentos, outra exigência é a responsabilidade de trazer um açaí de qualidade e peso certo de 14 quilos, caso contrário, se o açaí não se enquadrar nas normas de higiene e peso da cooperativa, ele volta para o morador. Outra exigência é a quantidade anual estabelecida para cada morador e a responsabilidade de buscar e deixar o recipiente em que vai ser colocado o açaí no porto.

A comunidade Boa Esperança tem 25 famílias e começou a organizar o manejo de Açaizais nativos no ano 2000. A partir dos desafios enfrentados a comunidade começou a se mobilizar na tentativa de organizar o mercado, principalmente buscando parcerias, e no intercâmbio promovido pelo Projeto Embarca Marajó, a comunidade conheceu a experiência do rio Acutipereira em Portel, depois que os moradores perceberam o quanto a comercialização de seus produtos era injusta e que havia possibilidades de mudanças. Iniciaram uma experiência na tentativa de mudar essa realidade e com essa iniciativa conseguiram criar uma cooperativa com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores da comunidade local. Junto a cooperativa é criado também o Fundo Florestal Comunitário e Familiar (FFCF). O FFCF da comunidade teve sua primeira arrecadação em agosto de 2012, com valores de aproximadamente R\$ 7.000,00, seguindo esta tendência nos anos vindouros (Quadro 24).

Quadro 23: Produção de açaí da comunidade Boa Esperança no período 2012-2014

Parâmetro				
Ano	Produção de rasas (Unid)	Produção em toneladas	Preço médio da rasa (14 kg) durante a safra	Receita estimada
2012	7.363,00	103,08	R\$ 9,00	R\$ 66.267,00
2013	8.000,00	112,00	R\$ 20,00	R\$ 160.000,00
2014	8.300,00	116,20	R\$ 30,00	R\$ 249.000,00
Total	16.300,00	228,20	-	R\$ 409.000,00

Fonte: Lupa-Marajó, (2017).

A comunidade Boa Esperança movimentou em valores com a comercialização de frutos de açaí entre 2012 e 2014 o montante de R\$ 17.000,00 em cada família nos três anos. A comunidade Boa Esperança distribuiu aos participantes entre R\$ 7.000,00 e R\$ 8.000,00 do valor anual arrecadado entre as 25 famílias. Sobre o futuro, a associação dos produtores e pescadores agroextrativistas do rio Pagão (Apparp) pretende gerar em arrecadação até 2019 o acumulado de R\$ 90.000,00 com a venda de frutos, desta vez destinando parte do obtido para o bem-estar social das famílias locais, como saneamento, educação, cultura, saúde e para o próprio manejo dos açaiçais nativos.

Os moradores relataram que o fundo é muito importante, pois ajuda na organização da produção, além de interferir no preço adotado pelos atravessadores. Neste caso, quando se agrega a produção de diversas famílias num único lugar, o volume dessa produção aumenta o poder de barganha dessas famílias, equilibrando as relações de força na cadeia de valor.

Segundo os moradores a organização mudou a forma de negociar e mudou a vida deles também porque antes só vendia ao atravessador e isso diminuía muito o preço do açaí. Com a organização da cooperativa o preço aumentou e não oscilou mais como era antes. Segundos eles, agora é possível negociar preços que antes eram impostos pelos marreteiros, pois a cooperativa tem conhecimento sobre o mercado local. As atividades da cooperativa estão dando bons resultados, pois tem possibilitado a entrada no mercado com segurança e conseguido agregar valor ao produto.

Segundo os moradores precisa ser feito também um trabalho sobre a gestão dos recursos das famílias, pois, segundo eles mesmos, melhorando a comercialização é preciso ter um planejamento familiar de como gastar o dinheiro de forma que no período da entressafra as famílias não passem por grandes necessidades e também incentivar o plantio e a criação de animais.

Segundo os autores que sistematizaram a experiência, os FFCF se constituem como uma tecnologia social simples e eficaz, que permite reconhecer a capacidade das comunidades amazônicas em formar reservas financeiras a partir de seu trabalho na agricultura e extrativismo. Dessa maneira, outros produtos da sociobiodiversidade, se bem administrados e de maneira coletiva, de forma sustentável e com transparência pelas comunidades, são capazes de gerar poupanças coletivas para o reinvestimento na própria comunidade, promovendo um verdadeiro desenvolvimento local. Além disso, a organização local da cooperativa proporcionou também aos moradores um espaço educativo porque conseguiram adquirir e interagir saberes nas trocas de ideias e compartilhamento de saberes que ocorria nas atividades diárias.

6.1.3. EXPERIÊNCIA COFRUTA - COOPERATIVA

A terceira experiência analisada é a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta), localizada na rodovia João Miranda km 5 – ramal do Palhal, Abaetetuba-Pará (Figura 30). Segundo o presidente da Cofruta, senhor Raimundo Brito, a cooperativa começou em 1992 como uma associação sem caráter comercial, mas devido às reclamações entre os associados em relação a comercialização, sentiram necessidade de formar uma cooperativa que pudesse garantir preço justo para seus produtos e evitar dependência de atravessadores ou qualquer comerciante que comprava os produtos nas comunidades por preços injustos sem qualquer compromisso com os moradores. A cooperativa foi fundada no ano de 2002, tem dezessete anos de trabalho e atualmente possui 87 cooperados.



Figura 30: Prédio da cooperativa Cofruta. Fonte: Autor (2019)

A cooperativa tem trabalho com sementes de Andiroba, Ucuuba, Pataua, Murumuru e Tucumã e polpas de Açaí (Figura 32: A e B), Maracujá, Goiaba, Tapereba, Miriti, Abacaxi, Acerola e Cupuaçu. O principal produto da cooperativa é o açaí e vem sendo feito um trabalho para agregar valor ao produto, porque segundo seu Raimundo vender *in natura* não é um bom negócio, pois o produto fica muito desvalorizado no mercado.



Figura 31: Polpa de açaí sendo embalada (A) e armazenada (B). Fonte: Autor (2019).

Segundo o presidente a cooperativa iniciou seus trabalhos com pequenas vendas e com várias empresas para não correr o risco de quebrar caso uma dessas empresas diminuísse seu mercado. Atualmente a estratégia é continuar trabalhando com várias empresas. Atualmente dez estão negociando com a cooperativa, a maioria empresas pequenas. A ideia é não concentrar a venda de toda a produção em uma única empresa, por isso é vendido somente 30% para cada empresa. A cooperativa movimentou de R\$ 2 milhões a R\$ 2,5 milhões durante o ano de 2018 entre produtos cultivados e extraídos. Segundo seu Raimundo o aumento do poder aquisitivo dos produtores na cooperativa é muito bom, pois quando uma rasa de açaí estava a R\$12,00 (doze reais) na feira a cooperativa tinha um valor fixo de R\$22,00 (vinte e dois reais) a rasa, com um ganho de R\$ 10,00 (dez reais) em cada rasa. O preço da Andiroba passa de R\$0,50 (cinquenta centavos) para R\$ 2,50/kg (dois e cinquenta o quilo). Segundo ele esses ganhos fazem grande diferença na renda dos produtores que eram obrigados a vender seus produtos de qualquer forma e por um preço injusto.

A organização da comercialização ocorre da seguinte forma: o cooperado é informado sobre a demanda, a informação pode chegar ao cooperado (coletor ou fornecedor) de várias formas, pode ser feito reunião ampliada ou assembleia nesse

momento apresenta a demanda aos cooperados e organiza quem tem o produto e quem tem o interesse em querer fazer o trabalho, depois distribui com eles o volume. Tem produto que é dividido em partes iguais dependendo da demanda, como o miriti que todos tem, mas tem produto que nem todos os produtores tem como o patauá, que são poucos produtores que tem, então quem tem maior quantidade pega um volume maior para entregar. A cooperativa organiza a demanda e distribui o que cada um vai fornecer, o cooperado traz seus produtos até a frente da cidade e lá o caminhão da cooperativa recolhe o produto.

A cooperativa não tem capital de giro, por isso trabalha com a demanda das empresas. Quando surge a demanda a cooperativa organiza o volume com seus cooperados e entrega. Em 2018 vendeu 180 toneladas, sendo 20 toneladas para a merenda escolar e 160 toneladas para empresas. Os principais clientes da cooperativa são empresas de São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza e no estado do Pará vendem para a merenda escolar. A capacidade diária de processamento é de quatro mil quilos de polpa de açaí por dia. Com capacidade de armazenar até cem toneladas, conseguem movimentar R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) somente com uma empresa e tem cooperado que ganha entre R\$ 30.000,00 a R\$ 50.000,00 (trinta a cinquenta mil reais por mês) na cooperativa e em 2019 estão querendo exportar para outros países. A venda se dá para mercado direto no Rio de Janeiro e São Paulo e tem selo para vender em qualquer lugar do Brasil.

As principais empresas que trabalham com a cooperativa são Natura, Cem por Cento, Beraca, entre outras. Além das empresas a cooperativa tem apoio dos governos municipal, estadual e federal, além de instituições de ensino como a Universidade Federal do Pará (UFPA campus Belém) e o Instituto Federal do Pará (IFPA campus Castanhal) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). A cooperativa e as empresas prestam assistência técnica aos cooperados e apoiam pequenos projetos.

O senhor Raimundo informa ainda que a cooperativa enfrenta alguns desafios, entre eles a logística devido à ausência de aparatos para recolher os produtos nas casas dos produtores, pois o capital de giro que a cooperativa tem é pequeno em torno de oito a nove mil reais e por isso o produtor precisa trazer seu produto no porto da cidade. Outro desafio é a gestão dos trabalhos que, segundo ele, *tomar conta da roça de todos é mais difícil*. Outro desafio da cooperativa é que o produtor não recebe o valor da

mercadoria no momento da venda, pois o pagamento é feito entre quinze e vinte dias depois.

Apesar de todos os desafios a cooperativa tem grandes expectativas para o futuro, pois tem crescido muito ultimamente, tem recebido visita de várias empresas e estão com uma encomenda de uma empresa de duzentas mil rasas de açaí para 2019. Segundo o presidente da cooperativa eles não se preocupam com a concorrência e procuram trabalhar um produto diferenciado numa empresa diferenciada e com público diferenciado, estão também com vontade de agregar mais valor ainda ao açaí produzindo o mix do açaí e conquistar novos cooperados. Para se tornar cooperado tem que se encaixar dentro do critério da cooperativa (estatuto), tem que ser agricultor familiar, tem que comprovar que reside nas ilhas ou na estrada e tem que ter um poder aquisitivo anual de no máximo R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Com sua organização a cooperativa já conquistou sete técnicos em agroindústria pelo Instituto Federal do Pará (IFPA) campus Castanhal, dois técnicos em floresta, quatro técnicos agropecuários e participam de feiras municipal, estadual, nacional e internacional, além de dois agentes administrativos cedidos pelos parceiros, grupo de colaboradores de dezenove pessoas, comissão externa de vendas, dois locais de congelamento com capacidade de 20 toneladas, uma câmara de armazenagem com capacidade de 100 toneladas, caminhão frigorífico com capacidade de 8.500 kg (oito mil e quinhentos quilos), um carro com capacidade de uma tonelada, uma moto, uma fábrica para polpa (Figura 32) e uma para semente.



Figura 32: Fabrica de polpa. Fonte: Autor, (2019).

Todos os profissionais que a Cofruta conseguiu qualificar são sócios da cooperativa e desenvolvem alguma atividade relacionada à sua formação. Segundo o senhor Raimundo Brito essas parcerias com as instituições de ensino são fundamentais para o fortalecimento da cooperativa.

6.1.4. EXPERIÊNCIA ILHA DO CAPIM – COMERCIALIZAÇÃO DA BACABA DA RESERVA ECOLÓGICA

A próxima experiência sistematizada está sendo desenvolvida na Ilha do Capim, a comunidade da presente pesquisa. A experiência é recente, tem poucos meses de início, não tem instituições parceiras de outros locais e foi denominada de venda da bacaba. Essa experiência que é coletiva, foi aprovada em assembleia geral da associação de moradores e já está funcionando, no entanto ainda falta organizar o regulamento com as regras de atividades na floresta e saber qual o percentual de valores arrecadados que serão investidos nas áreas escolhidas.

A primeira questão que levou os moradores a discutir sobre a venda da bacaba como uma estratégia de fortalecer a organização comunal da reserva ecológica e o trabalho político da associação, principalmente de defesa do território, foi o contato dos moradores da comunidade com discussões sobre estratégias de mercado da presente pesquisa. Essas discussões aliadas a outras situações da comunidade, como a grande quantidade do fruto de bacaba que estragava durante a safra contribuíram para o início da experiência que ainda está em fase de construção.

Outra questão que levou à discussão sobre a necessidade de venda da bacaba na Ilha do Capim foram os grandes desafios enfrentados pela associação de moradores Santo Antonio II, relacionado a contribuição mensal que não estava sendo pago pela maioria dos associados. Essa discussão contribuiu para que os moradores pensassem uma estratégia de conseguir uma renda para a associação, pois a associação precisa de recurso para desenvolver suas atividades, principalmente viagens na cidade de Abaetetuba para participar de reuniões semanais na secretaria do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) que fica localizado na sede do município em Abaetetuba, seminários entre outras atividades da organização que são frequentes e necessitam de recurso.

Outra situação que contribuiu com o debate sobre a venda da bacaba na Ilha do Capim foi a possibilidade de atividades econômicas a partir da reserva ecológica (figura 13) onde se encontra a palmeira. A reserva ecológica é uma área dentro da Ilha do Capim medindo 180 hectares, que foi demarcada em 2012 pelos próprios moradores, regularizada no ano de 2013 e formalizada em vários órgãos, inclusive o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com o intuito de preservar a biodiversidade e proteger a comunidade da entrada de grandes empresas. A venda da bacaba seria também uma boa oportunidade de fazer a reserva trazer maiores contribuições, pois os moradores reclamam do pouco retorno econômico para a comunidade, além de avançar no desenho institucional que regimenta a sua utilização, visto que as regras criadas na criação da reserva ecológica possuem um caráter preservacionista, dificultando desta forma o desenvolvimento de mecanismos que distribuam equitativamente os riscos e benefícios do uso da floresta.

A atividade da venda da bacaba foi pensada da seguinte forma: toda a bacaba da reserva ecológica, com exceção da bacaba consumida pelos moradores, será vendida pela associação para marreteiros que vem comprar na Ilha do Capim. Em cada ponto da Ilha tem uma pessoa da associação responsável em negociar com o marreteiro, fazer a venda e depois prestar contas com a associação. Devido ao seu recente início a experiência de venda da bacaba na Ilha do Capim, ainda não conseguimos fazer uma avaliação sobre suas atividades, por isso não é possível saber ainda qual a sua arrecadação e seu impacto na comunidade.

A bacabeira (*Oenocarpus bacaba*) é uma palmeira (Figura 33a) de maior incidência em áreas de terra firme (menos alagado) que pode alcançar até 30 metros de

altura e possui diâmetro de até cinquenta centímetros, produz um fruto denominado de bacaba (Figura 33b). Esse fruto produz um suco bastante saboroso e bastante consumido pela comunidade. Na Ilha do Capim é produzido dezenas de toneladas de fruto de bacaba durante a safra e sua produção ocorre no período de entressafra do açaí, o que aumenta sua procura. A produção de bacaba da Ilha do Capim no período da safra era estragada porque os moradores só conseguiam consumir uma pequena parte da produção e o restante se perdia na floresta.

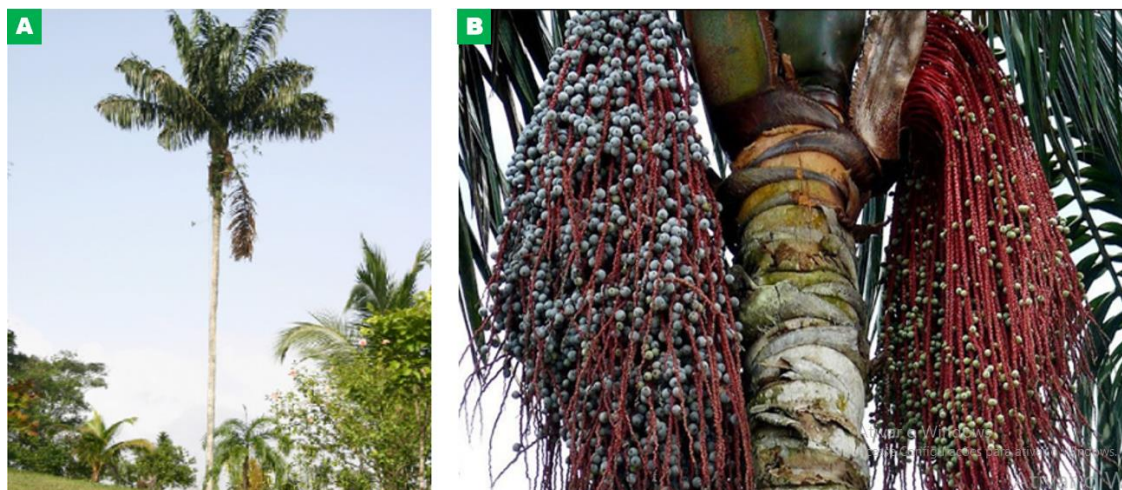


Figura 33: Árvore de bacaba (A), fruto de bacaba (B). Fonte: Autor, 2019.

Segundo o presidente da associação a comunidade tem grande expectativa que essa experiência possa dar certo, pois seria uma forma de arrecadar fundo para a associação desenvolver seus trabalhos e ao mesmo tempo aproveitar os produtos da floresta da reserva ecológica. Segundo ele a associação está fazendo todos os trabalhos para o fortalecimento dessa ação que é recente, mas pode trazer grandes benefícios à comunidade.

O quadro 25 faz uma análise das experiências pesquisadas para comparar as diferenças existentes, quais contribuições trouxeram para as comunidades os desafios enfrentados e perspectivas.

Quadro 24: Comparação entre as experiências de comercialização no contexto da gestão do território (Continuação).

Nome da experiência e data de início de funcionamento	Problemas/situações motivadores das experiências	Forma e características da cooperação local	Diversidade da produção	Liberdade para... (PLOG, 2008)	Liberdade em relação a... (PLOG, 2008)	Mercado <i>no</i> território	Mercado <i>fora</i> do território	Avanços, desafios e limites
Fundo do açaí do Acutipereira Fundado em 2010 e continua até os dias atuais	<ul style="list-style-type: none"> - A venda de palmitos de açaí reduzia drasticamente a quantidade de touceiras na floresta; - Valor da matéria prima (palmito) era muito baixo no mercado; - Manutenção histórica de situação de pobreza; - Dificuldade de melhorar o manejo; - A produção era realizada de forma individual; - A comunidade não tinha autonomia em relação a atravessadores; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de instituição informal (fundo) como mecanismo de redistribuição equitativa da riqueza no âmbito comunitário; - Baseado em relações de reciprocidade; - Presença marcante de laços de confiança; - Base de recursos local como motor da cooperação; - Organiza a venda coletiva; - Mobiliza os produtores; - Planeja a comercialização; - Busca parcerias; - Gerencia as atividades deliberadas em assembleia; 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda de açaí in natura; - Venda de açaí processado; - Venda de doces de açaí; - Aumentou a quantidade de espécies cultivadas e criadas para o autoconsumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de ponte de 690 metros para escoamento da produção; - Construção de hortas; - Ampliação do centro comunitário - Construção de abastecimento de água etc; 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de agroindústria na comunidade; - Processamento na comunidade; - Formação de lideranças; - Ampliação e fortalecimento de parcerias - Existe atravessador mas a comunidade tem grande poder de barganha devido ao controle da produção nas mãos da organização local através do fundo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Merenda escolar; - Feira municipal; - Empresas; 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoveu a melhoria e conservação da base de recursos material do território (infraestrutura, cultivos, etc); 2. Promoveu a melhoria da base de recursos social (formação técnica e de lideranças, entre outros); 3. Promoveu a redistribuição de uma parcela do valor agregado no território; 4. Fortaleceu a organização política e relações com instituições parceiras; 6. Aumentou a diversidade produtiva; 8. Reduziu significativamente a pobreza; 10. Agregou valor a produção através do processamento na comunidade;

<p style="text-align: center;">Fundo do açaí do Canaticu Fundado em 2010 e continua até os dias atuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção histórica de situação de pobreza; - Alto nível de expropriação da riqueza; - Dificuldade de melhorar o manejo; - A produção era realizada de forma individual; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de instituição informal (fundo) como mecanismo de redistribuição equitativa da riqueza no âmbito comunitário; - Baseado em relações de reciprocidade; - Presença marcante de laços de confiança; - Base de recursos local como motor da cooperação; - Organiza a venda coletiva; - Mobiliza os produtores; - Planeja a comercialização; - Busca parcerias; - Gerencia as atividades deliberadas em assembleia geral; 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda de açaí in natura; - Venda de produtos na cantina; 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de portos para embarcar o açaí; - Mutirão para manejar açazais; - Cantina (fundo); - Criação de animais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da cantina para não depender de produtos de atravessadores ; - Parceiros: Instituto Peabiru, instituto vitória regia, Cooperativa semente do Marajó, ONG lupa Marajó entre outros - Não tem atravessador, o açaí é entregue direto no porto do fundo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda nos portos para empresas; - venda para a cooperativa; 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoveu a melhoria da base de recursos material do território (infraestrutura, cultivos, etc); 2. Promoveu a melhoria da base de recursos social (formação de lideranças, entre outros); 3. Promoveu a redistribuição de uma parcela do valor agregado no território; 4. Fortaleceu a organização política e relações com instituições parceiras; 5. Maior capacidade de barganhar melhores preços devido a união dos produtores; 6. Possibilidade de uma pessoa negociar pelo grupo; 7. Maior diversidade; 8. Maior consciência de organização coletiva; - Maior conservação dos recursos naturais;
<p style="text-align: center;">Cooperativa COFRUTA – Fundada em 2002 até dias atuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Produtos com preços baixos; - Necessidade de agregar valor; - Muito trabalho e pouca renda; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de instituição formal (cooperativismo) como mecanismo de aumentar o valor agregado; - Relações de reciprocidade frágeis; - Laços de confiança frágeis; - Organiza a venda coletiva, planeja a comercialização, busca parcerias e executa as atividades deliberadas em assembleia. 	<p>Venda para diversas empresas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar capacitação para os cooperados (cursos de manejo de açazais, de agroindústria etc); - Comprar veículos; - aumentar as estruturas físicas (frigorífico); 	<ul style="list-style-type: none"> - Parceiros: Natura, Beraca, IFPA, entre outros. - Não tem atravessador os produtos são entregues direto na cooperativa; 	<ul style="list-style-type: none"> - Merenda escolar; - Feira municipal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda direto para empresas em outros estados; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoveu a melhoria da base de recursos material do território (infraestrutura, cultivos, etc); 2. Promoveu a melhoria da base de recursos social (formação de lideranças, profissionalização, entre outros); 4. Fortaleceu a organização política e relações com instituições parceiras;

<p style="text-align: center;">Comercialização da bacaba da reserva ecológica da Ilha do Capim Início 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de acesso de informação sobre mercados; - Existência de bloqueios institucionais para acessar recursos da reserva ecológica; - Dificuldade de regular o uso dos recursos naturais comuns; - Dificuldade de conciliar o uso conservacionista dos bens comuns com a geração de renda; - Dificuldades de arrecadação de fundos para os trabalhos de organização social e defesa do território contra organizações multinacionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação formal de estratégia de arrecadação de fundo para a associação local; - Uso da base de recursos comum (bacaba) como motor da cooperação; - Presença marcante de laços de desconfiança; - Relação de reciprocidade frágil e forte desconfiança exigiu a formalização do processo organizativo, ou seja, tornou-se uma regra registrada na ata da associação local); - Organiza a venda; - Propõe redistribuir os recursos financeiros em forma de bens (materiais e sociais) de interesse comunitário; 	<p>Vende somente para atravessador;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A experiência propõe o aumento da diversidade da produção ao permitir a venda socialmente regulada de um bem (bacaba) que antes não podia ser vendido; - Permite uso da bacaba para autoconsumo e para alimentação de animais domésticos; 	<ul style="list-style-type: none"> - A experiência pretende possibilitar a venda de um recurso (bacaba) que estava institucionalmente bloqueado (devido os empecilhos institucionais resultantes da criação da reserva ecológica) e portanto, sua possibilidade de contribuir na produção de valor agregado no território; - A experiência pretende arrecadar fundos para investir em infraestrutura de captação de água potável para os agricultores; - A experiência pretende fortalecer a autonomia financeira no âmbito da ação política da comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de mercado socialmente regulado a partir da mobilização de um bem comum (bacaba) para fortalecer a organização política; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ficou decidido que a venda será feita direto para o atravessador; - Ainda não foi realizado nenhuma venda devido ainda não ter chegado a safra da bacaba; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ainda não foi realizada nenhuma venda da bacaba devido não ter chegado a safra; 3. A maior relevância, até agora, está na criação de um acordo inovador entre os comunitários para usar a base de recursos comum (bacaba) para fortalecer a organização política; 4. A experiência contribuiu no início de um processo de aprendizagem social sobre a gestão do território ao elaborar um mecanismo institucional (de forma mais formal) para superar os desafios do contexto social marcado por relações de desconfiança que é produto do processo histórico (identificado no primeiro capítulo desta dissertação) de penetração das relações mercantis no território; 5. A experiência pretende contribuir na conservação dos recursos naturais da reserva ecológica ao fortalecer esta reserva como um espaço de provisão de bens e ao mesmo tempo de regulação social destes bens;
---	--	--	--	--	--	--	--

O quadro 25 mostra a análise das experiências de organização para fortalecimento da gestão do território no âmbito das relações mercantis revela dois fatores relevantes. O primeiro é que as experiências que mais contribuíram para o fortalecimento da gestão do território no âmbito das relações mercantis são aquelas que criaram, ao mesmo tempo, mecanismos fortalecedores da “autonomia para” e da “autonomia em relação a” (PLOEG 2008). Isso mostra que a gestão do território no âmbito das relações mercantis precisa ser pensada em um duplo sentido: a) na relação com atores externos através da diversificação das estratégias de comercialização e b) na construção de mecanismos internos de regulação comunitária de uma parcela do valor agregado (riqueza socialmente produzida no território). A experiência do fundo do Açáí na comunidade do Acutipereira é ilustrativa desta situação.

O segundo fator relevante é que a forma de construção social dos mercados em cada localidade depende da configuração específica dos mecanismos de integração social resultantes da trajetória histórica da comunidade. Nesse sentido, nas localidades onde as relações de reciprocidade e confiança são fortes, as experiências podem ser construídas de forma mais informal, diferentes das localidades onde as relações de reciprocidade e confiança são frágeis que exigem maior formalização. Por isso, a compreensão da trajetória histórica específica de cada localidade em relação as mudanças nas formas de intercambio é relevante para pensar o processos de construção social do mercado no sentido de fortalecer a gestão do território. O terceiro fator é que as experiências mais exitosas são aquelas que promoveram melhoria quantitativa e qualitativa da base de recursos material (bens comuns, pontes, entre outros) e social (formação de lideranças, formação técnica, etc) da comunidade. Portanto, estes três fatores foram aqueles que mais contribuíram na construção de processos de distanciamento estratégico em relação a situações de dependência.

6.2. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ALTERNATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ NA ILHA DO CAPIM

A última etapa da pesquisa buscou construir de forma coletiva alternativas para melhorar as condições de comercialização do açáí na Ilha do Capim, mediada pela oficina da pesquisa de campo a partir da análise dos dados coletados nas etapas anteriores da pesquisa e socializados através de roda de conversa. Por meio deste espaço de diálogo a oficina procurou discutir e elaborar, de forma participativa com os moradores da comunidade, um plano de comercialização da produção de açáí que

promova o aumento do valor agregado da produção e contribua na gestão autônoma do território. Desta forma, as informações coletadas nas etapas anteriores serviram de insumo para debater a etapa atual e que trouxe algumas perguntas para serem refletidas.

A partir da explanação da pesquisa, das perguntas orientadoras e do debate coletivo na oficina, os moradores foram levados a refletir sobre a situação do mercado e sugeriram várias atividades para compor um plano de estratégias coletivas na tentativa de superar os desafios enfrentados na comercialização do açaí. Nesse sentido, a seguir são apresentadas algumas propostas de ação. Todos os moradores que participaram da oficina relataram que concordam com os problemas relacionados à comercialização do açaí apontados pela pesquisa, além desses problemas também relataram que observam outros problemas na comercialização do açaí e todos concordam que a comunidade precisa se organizar de forma coletiva e urgente para organizar a comercialização.

Os moradores confirmaram na oficina vários desafios na cadeia produtiva do açaí mostrados na pesquisa como a comercialização injusta (exploração), necessidade de se organizar, aumentar a renda, dificuldade de relações formais, gestão das atividades, principalmente venda dos produtos, infraestrutura, impactos ambientais, vários obstáculos que diminuem o poder de negociação e o beneficiamento que dificulta muito o desenvolvimento da cadeia. Além disso, a atividade proporcionou aos moradores informações detalhadas sobre as etapas da cadeia produtiva do açaí, mostrando sua importância como um dos agentes da cadeia e sua fragilidade diante de outros agentes, a força de trabalho e o conhecimento empregado nessas atividades e refletindo sobre ações para seu desenvolvimento. Segundo eles, para organizar a comercialização é preciso criar inicialmente espaços de diálogo permanente na comunidade sobre mercado, organizado pela associação de moradores para que possa esclarecer sobre como se organiza a comercialização, pois não existe esclarecimento sobre as etapas da cadeia produtiva e os moradores precisam se informar melhor sobre a forma como se organiza a cadeia produtiva do açaí, os agentes envolvidos e a influência dos mesmos na comunidade.

Essa proposta trazida pelos moradores é muito importante e tem grande possibilidade de ser implementada pela associação dos moradores, pois a mesma tem forte articulação dentro da comunidade, principalmente a capacidade de mobilização com reuniões programadas em todos os setores da ilha para dialogar com a máximo de

moradores. Além disso, a associação é a instituição que representa todos os moradores da ilha e tem vários trabalhos relacionados à gestão do território e a proposta de organizar espaços de diálogo sobre comercialização pela associação de moradores da Ilha do Capim pode fortalecer rapidamente essa articulação em torno do mercado, principalmente porque a comunidade tem uma trajetória histórica de experiência e forte organização social e também apoio de algumas estruturas físicas como a sede da associação.

Outra alternativa que os moradores relataram para organizar a comercialização é formar um grupo responsável pela comercialização em nome da associação para dialogar com possíveis compradores e, com isso, diminuir ou eliminar atravessadores ao longo da cadeia para aumentar o valor do produto. Esse grupo deve ser escolhido pelos moradores para contribuir com a associação e criar um cronograma que mostre quais vão ser suas atividades e em qual período serão desenvolvidas. Depois essa agenda de atividades deve ser apresentada na reunião para que os moradores aprovem e, a partir de sua aprovação, seja implementada.

Essa proposta dos moradores de formar um grupo de trabalho junto da associação para articular a comercialização fora da comunidade também é muito importante e exequível de ação porque na comunidade tem pessoas que podem contribuir com essas atividades junto da associação. Esse grupo poderá, a partir das diretrizes da associação, desenvolver várias atividades como a visita em locais de compra de açaí e outros produtos com menor custo para a associação, pois seria um número pequeno de pessoas que se deslocariam em busca de mercados mais justos e retornariam para informar os moradores sobre as ofertas de mercado. Também teriam maior disponibilidade de participar de reuniões devido à quantidade de pessoas e também a possibilidade de visitar locais mais distantes da comunidade. Além disso, essa atividade pode colocar a associação em negociação direta com os moradores, pois atualmente são marreteiros que fazem isso e se beneficiam da distância e ausência de diálogo entre os produtores da comunidade.

Os moradores demonstraram ter grande expectativa que essa organização possa trazer melhorias para a comunidade, fortalecendo as organizações de base com maior envolvimento dos moradores com a associação e conseguindo congregando todas as famílias da comunidade, aumentando a produção e a renda vinda do extrativismo. Nesse

sentido, outra alternativa indicada pelos moradores é iniciar com urgência a organização da comercialização e começar com as famílias que se implicarem com os compromissos exigidos na organização, deixando aberta a possibilidade de entrada de outras famílias, acreditam que um dos grandes desafios é iniciar os trabalhos, os moradores assumirem o compromisso com as atividades planejadas e colocar em prática o plano que tem objetivo de organizar a cadeia produtiva do açaí devido ao seu potencial reconhecido pela comunidade.

A proposta dos moradores de iniciar com urgência a organização da comercialização e com poucas famílias, deixando em aberto a possibilidade de entrada de outras no decorrer da atividade é muito importante porque, devido ao histórico de desorganização do mercado na comunidade, muitas famílias podem não acreditar de imediato que a forma injusta de comercialização possa mudar. Além disso, é possível que nem todas as famílias concordem com as regras da organização inicialmente mas com o passar do tempo aceitem ingressar na atividade para melhorar a comercialização.

Outra alternativa que os moradores colocaram foi buscar parcerias de instituições com experiência de comercialização coletiva para estudar o mercado e também iniciar diálogo com a Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), devido sua experiência em mercado e seu trabalho com diversidade de produtos.

Os moradores da Ilha do Capim, nunca participaram de nenhuma cooperativa como a COFRUTA devido à ausência de informação sobre sua importância para a organização dos produtores. Essa proposta dos moradores é muito importante e pode ser desenvolvida sem grandes custos para a associação porque a cooperativa se encontra no município de Abaetetuba, onde os moradores tem frequente circulação durante a semana, facilitando o acesso e podendo contribuir de várias formas, principalmente com informação, tendo a possibilidade de esclarecer e ajudar os moradores a organizar, planejar e executar de forma coletiva a comercialização de seus produtos.

A comunidade tem vários produtos do agroextrativismo que com a comercialização justa e diversificada pode contribuir com o desenvolvimento local, além de contribuir também com a preservação dos recursos naturais, pois a partir que esses recursos aumentem e diversifiquem a economia da comunidade as famílias

automaticamente vão se sentir com maior responsabilidade de cuidar e manter esses recursos.

Outra alternativa que os moradores relataram é visitar experiências que trabalhem com mercados coletivos e trazer na comunidade pessoas com experiência de comercialização justa e coletiva para esclarecer as dúvidas dos moradores sobre esse tipo de comercialização.

Essa proposta também é muito importante porque, com essas informações que os moradores vão buscar em outras experiências, podem aumentar o nível de consciência sobre a importância dos recursos naturais e seu valor econômico diante de relações injustas de mercado, colocando os moradores em condições igualitárias de negociação devido a informação sobre o valor econômico, mostrando o quanto a floresta pode contribuir com os moradores da comunidade e não com pessoas de fora, como sempre ocorreu. As visitas em experiências podem também ajudar na articulação para convidar pessoas que possam de forma voluntária trazer esclarecimento aos moradores.

A apresentação da pesquisa na oficina foi um momento de reflexão crítica e coletiva onde os moradores conseguiram visualizar com clareza o quanto sua riqueza é expropriada e a importância da participação coletiva na construção de estratégias de comercialização para contribuir na gestão do território a partir do fortalecimento da autonomia, aumento da economia e permanência dos moradores na comunidade. Nessa perspectiva, outra proposta dos moradores para melhorar a comercialização foi a criação de uma cooperativa dos moradores da Ilha do Capim.

Essa proposta da cooperativa tem grandes desafios e não é viável a curto prazo porque é possível observar que o cooperativismo não é uma prática na organização comunitária da Ilha do Capim e que somente agora tende a ganhar força na adoção desse modelo alternativo de desenvolvimento. Por isso, seria prudente iniciar a atividade de organização da comercialização pela associação. Na Ilha do Capim as organizações sociais sempre foram desenvolvidas pela Comunidade Eclesial de Base (CEB) por meio de suas pastorais. A organização dos moradores da Ilha do Capim por meio de associação é recente, pois somente em 2005 foi criada a associação com o objetivo de conseguir algumas políticas do governo federal como fomento e habitações

e só a partir desse momento os moradores iniciaram a experiência de trabalhar em associação desenvolvendo alguns trabalhos para o bem comum da comunidade.

Outra alternativa foi a possibilidade de capacitar lideranças sobre como se organiza o mercado de açaí e como acessar programas do governo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de contribuir para organizar outros documentos como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que segundo os moradores é muito importante para essas organizações acessarem algumas políticas públicas e aumentar a incidência em espaços públicos de diálogo.

Essa atividade é muito importante para o fortalecimento da organização, mas é uma atividade que deve acontecer de acordo com o avanço da organização da comunidade. Porém, existe na comunidade um projeto⁴⁷ executado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) denominado de “Manejo da gente: propostas locais na gestão ambiental”, que tem o objetivo de promover práticas produtivas tradicionais de comunidades rurais e que ajudem a combater o desmatamento e as mudanças climáticas através do tratamento de lacunas existentes na legislação relevante e na sua implementação concreta na realidade. O projeto está sendo desenvolvido em alguns municípios, entre eles Abaetetuba, na Ilha do Capim. Na comunidade o principal objetivo desse projeto é organizar os moradores e inserir o açaí na merenda escolar, além de outras ações que estão sendo desenvolvidas. Esse projeto pode ser um grande aliado nessa e em outras propostas indicadas pelos moradores, contribuindo com informações sobre o mercado, além de suas atividades que também tem grande importância para a comercialização formalizada.

Outra proposta dos moradores é se conectar a mercados que valorizem tanto o cultivo tradicional como práticas ecologicamente sustentáveis para conseguir um preço melhor de venda e iniciar uma articulação para agregar valor com a possibilidade de certificação e venda direto ao consumidor.

Essas propostas são muito importantes para os moradores, pois a possibilidade de certificação em grupo organizada pela associação pode fortalecer a organização da

⁴⁷ Instituição financiadora do projeto: A Climate and Land Use Alliance (“CLUA”) Proponente e executora: Universidade Federal do Pará através do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF.

comunidade e garantir maior controle das atividades de manejo de açazais, trazendo melhores condições econômicas, ambientais e sociais. No entanto, são propostas de médio e longo prazo devido ao nível de burocracia que existe para fazer essas atividades e os desafios encontrados pela organização local de se mobilizar.

Esse conjunto de iniciativas tem o desejo de ajudar as famílias na tentativa de combater o comércio injusto e fortalecer a comunidade tendo grande possibilidade de dar certo devido à relação comunitária que existe entre os moradores e o potencial da cadeia produtiva do açaí. O desenvolvimento interno pode contribuir em práticas produtivas no agroextrativismo principalmente do açaí através do manejo e diversificação de outras atividades, tanto do extrativismo como na criação de animais e no cultivo, além do fortalecimento da organização social que pode melhorar as organizações internas na defesa da comunidade e efetiva permanência dos moradores no território, aumentando sua autonomia a partir de suas próprias iniciativas.

As propostas elaboradas na oficina representam o início de um processo de construção social dos mercados na perspectiva da organização autônoma do território no âmbito das relações mercantis. As propostas apontam para a construção de um nicho de inovação social voltado para a superação das dificuldades enfrentadas na comercialização. Por nicho de inovação social referimo-nos a espaços de aprendizagem social construídos ativamente e elaborados a partir de um enfoque estratégico, contextualizado nas especificidades do território. Por ser um processo recente as propostas que surgiram apresentam fragilidades. Um exemplo ilustrativo é o fato de nenhuma das propostas apresentadas pelos moradores sugerir mecanismos institucionais de internalização e redistribuição de parte do valor agregado através da associação, como ocorre na experiência do rio Acutipereira em Portel. Porém, os moradores propuseram a construção de um grupo permanente para avançar na construção de ações construtoras de novas relações mercantis. Isso sugere que propostas de mecanismos redistribuidores da riqueza no âmbito comunitário poderão surgir quando o amadurecimento da aprendizagem social sobre a comercialização avançar. Desta forma, as iniciativas elaboradas pelos moradores representam um salto qualitativo no processo de construção social dos mercados em função (i) de ser a primeira iniciativa de toda a comunidade ao longo de uma história de mais de 200 anos de ocupação da localidade e (ii) de iniciar um processo de aprendizagem social sobre novas relações mercantis.

7. CONCLUSÃO

Meu processo de formação foi resultado, entre outros fatores, da luta histórica por acesso à educação e resolução de problemas enfrentados no território através da Comunidade Eclesial de Base (CEB) de minha localidade desde a década de 1960. Nesse contexto, considero que essa pesquisa representa uma conquista de minha comunidade já que minha formação resultou de uma das principais demandas da organização local e traz contribuições para a resolução de problemas considerados por todos como uma necessidade.

A pesquisa traz contribuições sobre os desafios a serem superados na comercialização na perspectiva de contribuir na gestão do território. Além da compreensão dos desafios enfrentados, a contribuição deste trabalho está na reflexão sobre formas de pensar a gestão do território no sentido de aumentar as margens de autonomia da comunidade, mostrando que a organização do mercado pode contribuir significativamente na mudança da realidade atual de expropriação da riqueza produzida no território por agentes mercantis externos.

Para dar conta desta tarefa foram investigadas (i) os desafios gerados pelas transformações históricas na atual configuração dos mecanismos de integração social (reciprocidade, troca mercantil e redistribuição) e suas implicações na construção social dos mercados; (b) as implicações das transformações nos mecanismos de integração social nos sistemas de produção, principalmente no aspecto da diversidade produtiva e (c) foram analisadas várias experiências de construção social dos mercados para compreender como podem fortalecer a gestão do território e superar os desafios históricos.

A análise da trajetória histórica de transformação dos mecanismos de integração social (reciprocidade, troca mercantil e redistribuição) revelou quatro fatores de relevância na construção social de mercados com implicações adversas.

O primeiro é que ocorreu na Ilha do Capim, ao longo de mais de 200 anos, um significativo aumento das relações de troca mercantil, reduzindo as relações de reciprocidade. A implicação desse fenômeno está no aumento das relações de desconfiança entre os comunitários em processos organizativos que procurem reorientar a distribuição do valor agregado (riqueza socialmente produzida).

A consequência para o processo de construção social de mercados é que as estratégias de organização precisam ser elaboradas com maior grau de institucionalização e formalidade necessário para lidar com o contexto de baixa confiança dos agroextrativistas em processos de organização social da comercialização.

O segundo fator é que ao longo da história ocorreram fenômenos político-institucionais bloqueadores de processos de organização comunitária da comercialização. Entre estes fatores, destacaram-se (a) o mecanismo da “terça” no período da borracha que transferia parte significativa dos resultados do trabalho para os donos dos seringais; (b) a situação de instabilidade fundiária dos inquilinos que impunha-lhes a condição de “pessoas de fora” e dificultava ações de organização coletiva. Desta forma, a autonomia em relação a agentes externos era pequena e dificultava as ações de cooperação local.

O terceiro é a situação atual de dependência generalizada em relação a agentes mercantis externos (principalmente de atravessadores) e (d) o quarto fator, que resulta dos demais fatores, é a ausência histórica de criação de espaços de aprendizagem social para enfrentamento desses problemas. Entre as consequências negativas destes desdobramentos históricos está a manutenção de situações de elevada pobreza de muitos agroextrativistas devido a transferência da maior parte do valor agregado para atores mercantis externos.

Com base nestas reflexões, defendo que os problemas enfrentados na gestão do território dos agroextrativista não está no aspecto ecológico-produtivo dos sistemas de produção defendido por Homma (1993), mas em processos históricos, de natureza político institucional, promotores da expropriação da riqueza produzida no território por agentes mercantis externos e pela ausência histórica de processos internos de aprendizagem social para elaboração de alternativas. As transformações históricas tiveram consequências diretas relevantes nos sistemas de produção.

Na análise dos sistemas de produção foram observados vários desafios enfrentados que resultaram das transformações históricas nos mecanismos de integração social. Os desafios são de natureza externa e interna. No caso dos desafios externos identifica-se a configuração do mercado em cadeias longas que valoriza um único produto como o Açaí e cria bloqueio para a comercialização da diversidade de produtos extrativos disponíveis localmente. A comunidade conhece a importância da diversidade

nos sistemas de produção, porém o extrativismo começa a se especializar surgindo o monoextrativismo.

No caso dos desafios internos observa-se que a comunidade enfrenta impactos resultantes desta situação como: o aumento da dependência econômica de uma única espécie (diversificar a economia), redução da diversidade, e do índice do uso da terra (que implica na redução da produção quando vista em seu conjunto), afeta a conservação de outras espécies, tem maior vulnerabilidade ambiental (seca e barbeiro), entre outros.

A intensificação dos manejos na Ilha do Capim vem oferecendo melhorias econômicas para as famílias mas também grandes desafios para manter o equilíbrio ambiental da comunidade principalmente nas áreas de várzea devido o manejo intensivo de Açaí. Cada espécie tem grande importância para o funcionamento do ecossistema, independentemente de sua função. Na várzea a retirada dessas espécies de forma intensiva causa grandes prejuízos como o desmatamento das nascentes e erosão que podem ocasionar a destruição total dessas áreas. Para ter maior garantia da diversidade é importante ter um mercado que valorize outras espécies.

A análise das experiências de organização para fortalecimento da gestão do território no âmbito das relações mercantis mostra alguns fatores relevantes. O primeiro é que as experiências que mais contribuíram para o fortalecimento da gestão do território no âmbito das relações mercantis são aquelas que criaram, ao mesmo tempo, mecanismos fortalecedores da “autonomia para” e da “autonomia em relação a”. Isso mostra que a gestão do território no âmbito das relações mercantis precisa ser pensada em um duplo sentido: a) na relação com atores externos através da diversificação das estratégias de comercialização e b) na construção de mecanismos internos de regulação comunitária de uma parcela do valor agregado (riqueza socialmente produzida no território). A experiência do fundo do Açaí na comunidade do Acutipereira é ilustrativa desta situação.

O segundo fator relevante é que a forma de construção social dos mercados em cada localidade depende da configuração específica dos mecanismos de integração social resultantes da trajetória histórica da comunidade. Nesse sentido, nas localidades onde as relações de reciprocidade e confiança são fortes, as experiências podem ser construídas de forma mais informal, diferentes das localidades onde as relações de reciprocidade e confiança são frágeis que exigem maior formalização. Por isso, a

compreensão da trajetória histórica específica de cada localidade em relação as mudanças nas formas de intercambio é relevante para pensar o processos de construção social do mercado no sentido de fortalecer a gestão do território.

O terceiro fator é que as experiências mais exitosas são aquelas que promoveram melhoria quantitativa e qualitativa da base de recursos material (bens comuns, pontes, entre outros) e social (formação de lideranças, formação técnica, etc) da comunidade. O êxito destas experiências dependeram da criação de espaços permanentes de aprendizagem na comunidade para elaborar estratégias e alternativas viáveis e coletivas. Portanto, estes três fatores foram aqueles que mais contribuíram na construção de processos de distanciamento estratégico em relação a situações de dependência.

A pesquisa buscou fortalecer a organização local desconstruindo relações externas de poder como os atravessadores e construindo relações internas de poder como a organização coletiva dos moradores por meio da associação como forma de melhorar a gestão do território na tentativa de estimular um comercio justo; promover processos de formação sobre questões ambientais, comercio justo e gestão territorial; diminuir os impactos ambientais com práticas de manejo de mínimo impacto; possibilitar maior circulação da renda na comunidade; diversificação da produção; assessoria técnica para contribuir no manejo dos açazais, com uma abordagem agroecológica que pense a diversidade e leve em consideração os saberes locais entre outros. A construção social do mercado que é um importante instrumento de combate à exclusão social pois apresenta alternativa viável para a gestão do território.

É importante fazer uma análise crítica e observar que quando ocorre o debate sobre os problemas enfrentadas pelo extrativismo eles não são resultado das populações extrativistas. É fundamental considerar o contexto, no caso do extrativismo, dos sistemas agroalimentares. Atualmente estes últimos são organizados principalmente por circuitos longos de comercialização, que deixa mais caro um único produto devido sua imersão na dinâmica do mercado global. Os circuitos mercantis longos fazem com que os produtos agroextrativistas ganhem maior valor e implica em maior pressão sobre a natureza. Nesse sentido uma das formas de diminuir isso é territorializar os mercados, regular as relações entre produtor e consumidor (no sentido de aproximá-los) e retirar os empecilhos que bloqueiam a mobilização da diversidade dos recursos para o mercado e não transformar tudo em cultivo para dar conta da demanda como indica Homma

(1993). Desta forma, o fundamental é pensar na capacidade de suporte do agro ecossistema e não na demanda de mercado.

A economia do Açaí deve ser valorizada devido sua importância para as famílias da Ilha do Capim mas para isso também deve ser trabalhada de forma justa a cadeia produtiva para evitar riscos de destruição do ecossistema. Para alcançar esses objetivos é importante também que políticas públicas no sentido de ajudar os moradores a diminuir os impactos ambientais e garantir uma renda justa pelo seu trabalho e produto sejam implementadas, principalmente a verticalização da cadeia produtiva com foco no produtor contribuindo com a inclusão e distribuição de renda. Portanto além do trabalho coletivo da comunidade é preciso que as instituições públicas responsáveis pelo sistema produtivo seja parceiro dos produtores para fortalecer ações que invista em conhecimento e trabalho cooperativistas.

Compreendo que a comercialização justa, o aprimoramento do manejo dos açaiçais e a promoção de reflexões coletivas sobre a conservação da biodiversidade podem contribuir para a gestão do território, visto que fortalece a base de recursos (diversidade de produtos) que proporcionam melhoria da reprodução social dos agroextrativistas na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Hueliton Pereira. Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. Universidade Federal do Pará- UFPA, 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A; MARTINS, C. de C. Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências - Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins – N. 8. Alfredo Wagner Bero de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Cynthia de Carvalho Martins (Org.). Manaus: UEA Edições, 2017.
- ARAÚJO, C. T. D. d. ; NAVEGANTES-ALVES, L. d. F. 2015. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaí (*Euterpe oleraceae* Mart.) no estuário amazônico: perda de diversidade florística e riscos do monocultivo. *Revista Brasileira de Agroecologia* 10(1).Disponível em:<<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16397>>
- ANDERSON, A. B.; GELY, A.; STRUDWICK, J.; SOBEL, G. L.; PINTO, M. das G. C. Um sistema agroflorestal na várzea do estuário amazônico (Ilha das Onças, município de Barcarena, estado do Pará). *Acta Amazônica*, Manaus, v. 15, n. 1/2, p. 195-224, mar./jun., 1985. Suplemento.
- ANDERSON, S. D. Engenhos de várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional da Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Goeldi, 1991.
- ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M. A lógica do extrativismo: manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001. p. 163-179.
- ARZENI, S.; JARDIM, M. A. G. Estratégias de sobrevivência em comunidades agroextrativistas do estuário amazônico. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.
- GROSSMANN, M. (Ed.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 253 – 265. (Coleção Adolpho Ducke).
- BAVA, S. C. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: BARTELT. D. D. (org). *Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro/RJ: Heinrich-Böll-Stiftung, Editora e Gráfica, 2012.
- BEZERRA, Valéria Saldanha. *Açaí congelado*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, il. (Coleção Agroindústria Familiar). 2007. 40 p.
- BOTTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du “local”: considérations pour une définition de l’espace local? In: NOUVEAUX dynamismes industriels et économie du développement. Grenoble, IREPD. Série actes de colloques, p. 423-447, 1994.

BRONDÍZIO, Eduardo S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada *Culture and Agriculture*, v. 26, n. 1-2, 2006, p. 1-24.

BRUM, Argemiro Luís. Mercado e cadeias produtivas. In: SIEDENBERG, Dieter (Org.). *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

CAMPBELL, A. J, CARVALHEIRO, L. G., MAUÉS, M. M., JAFFÉ, R. GIANNINI, T. C., FREITAS, M. A. B, COELHO, B. W. T, MENEZES, C. Anthropogenic disturbance of tropical forests threatens pollination services to açai palm in the Amazon river delta. *Journal of Applied Ecology*. 2018; 1–12.

CHAMBOULEYRON, R. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/2260>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

COSTA; FERNANDES. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: *Rev. Econ. Contemp.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, set-dez/2016.

DINIZ Janaina; CERDAN Claire. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: Flávia Charão Marques, Marcelo Antônio Conterato e Sergio Schneider (org.) *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ESTERCI, Neide. Imobilização por dívida e formas de dominação no Brasil de hoje. In: Léna P., Geffray C. & Araujo R. (eds.) *L'oppression paternaliste au Brésil*. Karthala: Paris. *Lusotopie* 1996, pp. 123-137.

FARIAS NETO, J.T.; RESENDE, M.D.V.; OLIVEIRA, M.S.P.; NOGUEIRA, O.L.; FALCÃO, P.N.B.; SANTOS, N.S.A. Estimativa de parâmetros genéticos e ganhos de seleção em progênies de polinização aberta de açazeiro. *Rev. Bras. Frutic.*, Jaboticabal, v.30, n.4, 1051-1056, 2008.

FEITOSA, Orivalda Cerdeira. Saberes e experiências políticas pedagógicas no processo organizativo da apropriação e distribuição do açai em comunidade marajoara. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2017.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). *Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 - 24.

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELO, A. F. (Org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 133-157, 1993.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo na Amazônia: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1993.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. IBGE-cidades de 2017.

JARDIM, M. A. G. Morfologia e ecologia do açazeiro *Euterpe oleracea* Mart. e das etnovariedades espada e branco em ambientes de várzea do estuário. 2000. 119 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

JARDIM, M. A. G.; ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas de açazeiro no estuário amazônico - resultados preliminares. Boletim de Pesquisa Florestal, Curitiba, (15): 1-18, dez. 1987.

JARDIM, M. A. G. Pesquisas com a palmeira açai (*Euterpe oleracea* Mart.) no museu paraense Emílio Goeldi. In: Açai: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 79 – 99. (Coleção Adolpho Ducke).

LEITÃO, Wilma. O Pescador mesmo. Um estudo sobre o pescador e as políticas públicas e desenvolvimento da pesca no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Departamento de Antropologia, 1997.

MARINI, J. A. Os canais de comercialização das principais frutas produzidas pela agricultura familiar na região do Salgado Paraense. 2009. 112 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA, Belém-PA.

MALDONADO, A. B. La historia oral em sociedades orales. Opciones, v. 13, p. 40-45, 1992.

NOGUEIRA, O. L. Regeneração, manejo e exploração de açazais nativos de várzea do estuário amazônico. 1997. 149 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 1997.

NOGUEIRA Ana Karlla M; Santana Antônio Cordeiro de; Garcia Wilnália G. A dinâmica do mercado de açai fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. Rev. Ceres, Viçosa, v. 60, n.3, p. 324-331, mai/jun, (2013)

NASCIMENTO, M. J. A fotossíntese do lucro. Papers do NAEA n. 149. Belém: UFPA, maio, 2000.

NOGUEIRA, O. L.; FIGUEIREDO, F.J.C.; MULLER, A. A. Açai: manejo de cultivo. Sistemas de produção. Embrapa Amazônia Oriental, 2005. Belém, Pará. 137p.

NOGUEIRA Ana Karlla M; Santana Antônio Cordeiro de; Garcia Wilnália G. A dinâmica do mercado de açai fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. Rev. Ceres, Viçosa, v. 60, n.3, p. 324-331, mai/jun, (2013).

OLIVEIRA, M.S.P. de; FERNANDES, T.S.D. Aspectos da floração do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) nas condições de Belém-PA. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 44, São Luís, 1993. Resumos..., São Luís: SBB, 1993. p.159.

OLIVEIRA, M. S. P.; CARVALHO, J. E. U.; NASCIMENTO, W. M. O. Açai (*Euterpe oleracea* Mart.). 2000. <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Oliveira+et+a>

l.%252c+2000 000gbtehk8902wx5ok7shnq9dunz6i0.pdf> Disponível em: Acesso em: 15 Out. 2018.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. *Anuário Antropológico*, v. 32, n. 1, p. 9-30, 2007.

PETERSEN, P. A agroecologia e a restauração de metabolismos orgânicos nos sistemas agroalimentares. *Handbook of Nature*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387467820>. Acessado em: 14/02/2019.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. M da; FERNANDES, G. B; ALMEIDA, S. G. Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PETERSEN, P. Trajetórias dos agroecossistemas. AS-PTA, Agricultura familiar e agroecologia. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Exp-3-Trajetorias-dos-agroecossistemas.pdf>. Acessado em: 03/06/2019.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, p. 69-74, 2013.

PINTON, F. et EMPERAIRE, L. A farinha de mandioca, um elo dos sistemas extrativistas in EMPERAIRE, L. (Ed.) *A floresta em jogo: O extrativismo na Amazônia central*, Unesp, São Paulo, 2000.

PINHEIRO Pedro Wander dos Santos. *A cultura do Açaí na Várzea Amazônica: Circuito Espacial Produtivo e Comercial do Açaí nas Ilhas de Abaetetuba/Pa*, Universidade Federal do Pará – UFPA, 2010.

PLOEG, J. D. The drivers of change: the role of peasants in the creation of na Agroecological agriculture. In: **Agroecologia**. Universidad Biologia, Universidad de Murcia. Vol. 2011.

PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In E. S. Guzman (ed.), **Ecología, campesinado y historia**. Espanha, Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

POLANYI, K. Formas de integração e estruturas de apoio. In: *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 83-93.

Projeto Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável / Organizado por Katiúscia Miranda; Manoel Potiguar;

MAURA Moraes; Rosevany Mendonça e Ruth Corrêa da Silva. – Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

QUEIROZ, J. A L. de; MOCHIUTTI, S. (Org.). Guia prático de manejo de açaizais para produção de frutos. Macapá, Embrapa/IEPA, 2001. 58p.

REIJNTJES, C., HAVERKORT, B., BAYER, A. N. Cultivando para el futuro: introducion a la agricultura sustentable de bajos insumos externos. Montevideo: Editorial NordanComunidad, 1995. 274.

RODRIGUES; RIBEIRO; SILVA. **Influência da cadeia produtiva do Açaí (euterpe oleraceae mart.) na geração de renda e fortalecimento de unidades familiares de produção, tomé açu-pa.** Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Castanhal, (2015).

RODRIGUES Diana Cruz; SOBRINHO Mário Vasconcellos. Dilemas na apropriação de benefícios sobre inovação biotecnológica na cadeia produtiva do açaí. VI Colóquio organizações, desenvolvimento sustentável, (2015).

ROGEZ, H. Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação. Belém: ADUFPA,2000. 313p

SABOURIN, E. **A economia de reciprocidade: herança e desafio dos povos e comunidades tradicionais.** III Colóquio Povos e Comunidades Tradicionais, Montes Claros, MG, Brasil, Mesa redonda Economias, 2014.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SHANLEY Patrícia; MEDINA Gabriel. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SIOLI, H.; SOARES, T. 50 anos de pesquisa em limnologia na Amazônia. Acta Amazônica, 36(3): 287-298. 2006.

SIMONIAN, L. T. L. Devastação e impasse para a sustentabilidade dos açazais no vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 233 – 252. (Coleção Adolpho Ducke)

SILVA, P. J. D.; ALMEIDA, S.S. Estrutura ecológica de açazais em ecossistemas inundáveis da Amazônia. In: Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 37 – 51. (Coleção Adolpho Ducke).

SILVA, SILMARA F. DA. Redes Sociais de Gerentes de Empresas: Dissertação de Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia. Relacionamentos que Auxiliam no Desenvolvimento das Agroindústrias de Açaí BELÉM-PA 2013.

TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BASSOLS, N. La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editora, 2008.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E DAS CADEIAS DE COMERCIALIZAÇÃO AGROEXTRATIVISTA NA ILHA DO CAPIM

- Perguntas sobre o período da Borracha

1. Como ocorria a atividade na comunidade? Período? Condições de trabalho? Trabalhadores? Quem eram os patrões? Exigências para ingressar na atividade? Outros
2. Quem eram as pessoas que compravam os produtos aqui na ilha? Havia muitos ou poucos compradores?
3. Quem eram as pessoas que compravam os produtos na cidade? Havia muitos ou poucos compradores?
4. Em quais cidades eram vendidos os produtos?
5. Como era feito o pagamento? À vista? Em dinheiro? Em mercadoria? Etc.
6. Qual o tipo de pagamento? Na meia? Na terça? Outros?
7. A forma de pagamento era justo? O que você acha?
8. Produtos que vocês vendiam? Era barato ou vendiam caro?
9. Quais eram os problemas que as pessoas enfrentavam para vender seus produtos naquela época?
10. Você acha que os problemas de comercialização da produção prejudicavam muito a vida das pessoas? se sim, porquê?
11. Teve alguma organização social para ajudar os agricultores na comercialização dos seus produtos naquela época? Qual? Como ocorreu?
12. Havia alguma ajuda do governo para comercializar a produção? Se sim, qual?

- Perguntas sobre o período da Pesca artesanal

1. Como ocorria a atividade? Local de pesca? Tipo de material? Outros
2. Como era feito a comercialização?
3. Quem eram as pessoas que compravam os produtos aqui na ilha? Havia muitos ou poucos compradores?
4. Quem eram as pessoas que compravam os produtos na cidade? Havia muitos ou poucos compradores?
5. Em quais cidades eram vendidos os produtos?
6. Como era feito o pagamento? À vista? Em dinheiro? Em mercadoria?
7. Qual o tipo de pagamento? Na meia? Na terça?
8. A forma de pagamento era justa? O que você acha?
9. Como era o valor dos produtos que vocês vendiam? Era barato ou vendiam caro?
10. Quais eram os problemas que as pessoas enfrentavam para vender seus produtos naquela época?
11. Você acha que os problemas de comercialização da produção prejudicavam muito a vida das pessoas? Se sim, porque?
12. Teve alguma organização social para ajudar os moradores na comercialização dos seus produtos naquela época? Qual? Como ocorreu?
13. Havia alguma ajuda do governo para comercializar a produção? Se sim, qual?

- Perguntas sobre o período do açaí

1. Que período inicia a produção para consumo? As formas de extração e preparo ao longo do tempo? Porque surge as mudanças de manejo?
2. Quais seus impactos econômicos, sociais e ambientais nas famílias da Comunidade?
3. Período (ano) que inicia a valorização no mercado e como ocorre hoje?
4. Quem eram as pessoas que compravam os produtos aqui na ilha? Havia muitos ou poucos compradores?
5. Quem eram as pessoas que compravam os produtos da cidade? Havia muitos ou poucos compradores?

6. Em qual cidades eram vendidos os produtos?
7. Como era feito o pagamento? À vista? Em dinheiro? Em mercadoria?
8. Qual o tipo de pagamento? Adiantado de um ano para o outro? Na árvore? Apanhado?
9. A forma de pagamento é justa? O que você acha?
10. Como era o valor dos produtos que vocês vendiam? Era barato ou vendiam caro?
11. Quais são os problemas que as pessoas enfrentam para vender seus produtos hoje?
12. Teve alguma organização social para ajudar os moradores na comercialização dos seus produtos? Se sim, qual? Como ocorreu?
13. Você acha que os problemas de comercialização da produção prejudicam muito a vida das pessoas? Se sim, porque?
14. Havia alguma ajuda do governo para comercializar a produção? Se sim, qual?

ANEXO B - QUESTIONÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE PRODUTIVA E A CADEIA PRODUTIVA DE AÇAÍ NA ILHA DO CAPIM.

Setor:

Trabalha com Açaí:

Sim _____

Não _____

Tamanho da área total de várzea (desenhar)

Área com açaí % _____

Forma de plantio de açaí:

Consortio () Quais principais espécies: _____ Monocultivo ()

Tipos de manejo:

Intensivo (praticas):

Moderado (praticas):

Leve (praticas)

Quantidade total produzida no ano de 2017: _____ Rasas.

Açaí	Produção / rasas	Meses	%	Consumo rasas/dia	Vendeu rasas	Preço p/ rasas
Inverno		Jan				
		Fev				
		Mar				
		abr				
		Maio				
		jun				
		jul				
Verão		Agosto				
		Set				
		Out				
		Nov				
		Dez				

Que quantidade de Açaí você vendeu em cada canal de comercialização:

No mercado da cidade /Abaetetuba ou Belém (%): _____

Para o marreteiro (%): _____

obs: avaliar a dependência? Por que?

Atividades agroextrativistas desenvolvidas no lote:

Plantio (cultivo) Variedade: mensal, 2017

Limão: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Cacao: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Cupuaçu: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Banana: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Manga: quantidade cons. Kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Outros: quantidade cons. Kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____

Criação: mensal, 2017

Galinha: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Peru: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Pato: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Suíno: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____

Extrativismo vegetal: mensal, 2017

Miritti: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Bacaba: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque _____

Há intenção de produzir outras espécies que não produz hoje?

Quais? _____

Extrativismo animal (pesca artesanal): mensal, 2017

Filhote: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Dourado: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Mapará: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Pescada: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Sarda: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Tainha: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Camarão: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____

Extrativismo animal (caça): mensal, 2017

Tatu: quantidade consumida: _____; quantidade vendida: _____
 Paca: quantidade consumida _____ quantidade vendida: _____
 Cutia: quantidade consumida _____ quantidade vendida: _____
 Mucura: quantidade consumida _____ quantidade vendida: _____
 Outros: quantidade consumida _____

Extrativismo mineral: mensal 2017

Areia _____
 pedra _____

Possui outra fonte de renda? desenvolve outras atividades?

Já recebeu algum tipo de financiamento:

Sim () Qual ? _____

Não () Porque? _____

Atividades externas: 2017

1. Peconheiro: quantas rasas apanha anual 2017 _____ Média de preço: _____
2. Frete de rabeta 2017 (R\$): _____ quantas viagens fez _____

3. Vendedor de gelo 2017 (R\$): _____ quantas viagens fez _____
4. Serviço público (R\$): sim () não () qual? _____
5. Freteiro: quantas viagens por mês: _____ Média/pessoas: _____
6. Vendedor de óleo: (Quant.) _____
7. Mergulhador: quantas atividades: _____ - média que cobra _____ -
8. Empregada doméstica: meses _____ média _____
9. Mecânico: quantas diárias _____ valor _____
10. Carpinteiro: quantas diárias _____ valor _____
11. Roçador: quantas diárias: _____ valor _____
12. Carvão: quant sacas _____ valor da saca _____
13. Comerciante - renda: _____

Você tem problemas (falta de marreteiro) para comercializar sua produção de Açaí em qualquer momento da safra? Sim () Não ()
Por quê?

Você conhece o preço que os empresários pagam para os marreteiros(atravesadores)? Quanto você acha que ele ganha?
Sim () Não ()

Modalidades de venda:

- 1 adiantado: sim () não ()
 - 2 na árvore: sim () não () quantas vezes na safra _____
 - 3 apanhado pela família sim () não ()
 - 4 Quem apanha? _____
- Contrata peconheiro? Sim () não ()

Você vende ou já vendeu alguma vez seu açaí adiantado (“na arvore”) da safra?
Sim () Não ()
Por quê? Quantas vezes?

Possui transporte próprio?
Sim () não ()

Você conhece alguma “manobra” dos marreteiros (atravesadores) para ganhar mais dinheiro (tipo: juntar vários marreteiros para tabelar os preços, etc.)?
Sim () Não ()
Quais?

Possui algum diálogo ou negócios com os processadores? (fábrica)
Sim _____
Não _____

Qual a dificuldade encontrada para vender por um preço melhor?
Embarcação _____
Distância da cidade _____
Diálogo com a fábrica _____
Mobilização dos camponeses _____
Outros _____

Existe iniciativa local?

Sim () não ()

Você já tentou organizar a comercialização?

Não _____

Sim _____ como?

Desafios?

Que desafios/problemas você vê se tentássemos fazer uma ação para melhorar a comercialização do açaí?

Você acha que existe alguma alternativa para melhorar a comercialização do Açaí na comunidade? (preço justo)

Não _____

Sim _____ qual?

Se aqui na ilha tivesse uma forma de comercialização organizada pela associação, que melhorasse os preços, você iria participar?

Sim () Não ()

Por que?

ANEXO C - QUESTIONÁRIO PARA MARRETEIROS DA COMUNIDADE

Atua em quantas famílias _____

Compra à vista ou negocia para paga depois _____

Quem são os agentes econômicos que vende (empresa) _____

Local de entrega _____

Aspectos da negociação:

Contrato _____

Informal _____

Regularidade da entrega:

Diário _____

Semanal _____

Aleatório _____

Outros:

Qual o volume de açaí foi transportado em 2017?

Qual a sazonalidades de compra e venda em 2017?

Valor bruto ganho por lata 2017?

Qual a disponibilidade de participar da organização da cadeia produtiva do açaí pela associação e exigências?

ANEXO D - QUESTIONÁRIO PROCESSADOR

Nome da empresa: _____

Tempo de atuação no mercado _____

Município _____

Qual o volume processado em 2018 em toneladas?

Quais os preços de compra e venda de açaí em 2018?

Quais as exigências que são feitas para iniciar uma relação com a comunidade? E em quanto tempo? _____

Existe demanda da empresa em comprar açaí de organizações comunitárias?

ANEXO E - PERGUNTAS DA OFICINA

1-Vocês concordam com os problemas que foram identificados na pesquisa relacionado a comercialização do Açaí?

2-Vocês percebem outros problemas na comercialização do Açaí, além desses que a pesquisa mostrou?

3-Vocês concordam que os moradores deveriam se organizar de forma coletiva junto da associação para organizar a comercialização do Açaí na Ilha do Capim na tentativa de enfrentar os desafios trazidos pela seguinte pesquisa?

4- Se você percebe que realmente a comercialização do Açaí é difícil e você tem desejo de superar isso, qual a sua proposta para resolver essa situação?